política e trabalho

Mestrado em Ciências Sociais

Abril – 1986

5

POLÍTICA E TRABALHO

Abril - 1986

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 05

QUALIFICAÇÃO, DESQUALIFICAÇÃO, E DESVALORIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO 07
Maria Carmela Buonfíglio

PROCESSO DE PRODUÇÃO E CONDIÇÕES SUBJETIVAS DE TRABALHO 18
Graziela de Oliveira

PROCESSO DE TRABALHO E COLETIVO OPERÁRIO NOS CANTEIROS DE OBRAS PÚBLICAS 29
Angela M. Tude de Souza

FORMAÇÃO DO OPERARIADO URBANO NO NORDESTE 51
Jacob Carlos Lima

OPERÁRIOS E PATRÕES UNIDOS, ATÉ QUANDO? UMA HISTÓRIA ANTIGA 61
Celina Ribeiro Hutzler

O BNH E A NOVA FORMA DO ESTADO NO BRASIL PÓS-64 — CONTRIBUIÇÕES PARA O SEU ESTUDO 77
Maria Beatriz Ferreira Lavieri

MOVIMENTOS SOCIAIS NO MEIO RURAL NORDESTINO: A QUESTÃO DOS SAQUES 91
Ariosvaldo da Silva Dniz

RESUMO DE TESES 111

DE INVASOR A POSSEIRO: ESTADO — IGREJA E A LUTA PELA TERRA URBANA
Elza Guedes Chaves

A INDÚSTRIA MADEIREIRA NA AMAZÔNIA
Marino Baima de Almeida

MICROEMPRESAS NO AMAZONAS: ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS
Arnóbio Alves Bezerra

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
ABRIL DE 1986 (5)

Expediente

Conselho Editorial: Jacob Carlos Lima, Theophilos Rifiotis, José Luiz Braga
Produção Editorial: João de Lima Gomes
Foto Capa: Luzivaldo Morais
Impressão: Tipografia Vitória

Endereço para correspondência: Mestrado em Ciências Sociais, CCHLA — UFPb.
58.000 — João Pessoa-PB - Brasil

Apresentação

Este é o número 5 da Revista do Mestrado de Ciências Sociais (M.C.S.) da U.F.Pb., **Política e Trabalho**. Através deste canal procuramos espelhar os temas e os problemas relacionados com as pesquisas desenvolvidas junto a este Mestrado.

Em linhas gerais, podemos afirmar que este número apresenta os seguintes temas: "processo de trabalho", "reprodução da força de trabalho", "formação do operariado no NE", "Estado" e "movimentos sociais". Ao lado deste corpo de artigos, publicamos, neste número, sínteses de teses defendidas no M.C.S; contamos desta forma divulgar uma produção – geralmente – restrita ao círculo daqueles que participam do seu processo de elaboração e defesa.

Abrimos este número com três artigos sobre "processo de trabalho", dois deles de cunho eminentemente teórico, e outro de caráter mais específico. Neste último temos uma análise do complexo da produção nos canteiros de obras públicas, onde são discutidos o processo de trabalho e a reprodução da mão-de-obra. O primeiro artigo trata da "qualificação – desqualificação" dos trabalhadores frente à introdução de inovações tecnológicas. Segue-lhe um outro onde se procura relacionar o processo de produção na indústria e a "personalidade" e o "bem-estar psíquico" dos trabalhadores.

A composição – formação do operariado no Nordeste é discutida numa análise de dados estatísticos referente à década de 20. O trabalho a seguir, particularmente voltado para o resgate de elementos históricos, discute as relações entre empresários e operários na primeira década do século XX, na cidade de Paulista – PE.

As transformações operadas no Brasil, pós-64, são discutidas a partir de um estudo sobre o B.N.H. Nele somos levados a considerar a intervenção estatal no sistema financeiro, no domínio da produção, na organização do espaço urbano, e a articulação do B.N.H com os interesses de classe.

No quadro dos "Movimentos Sociais" são analisados os "saques" no Nordeste. A partir de um levantamento histórico de 1883 até os nossos dias, revela-se uma "regularidade" e uma "curva ascencional" neste tipo de ação. Além disso temos uma apreciação teórica dos "saques" enquanto objeto de estudo.

Após esta sumária apresentação, gostaríamos de deixar registrada uma última observação. Esta revista pretende ser um espaço de discussão, e por isso mesmo ela necessita de leitores – colaboradores: artigos, críticas, resenhas. Naturalmente, **Política e Trabalho** é apenas um dos canais para a construção do pluralismo que todos pretendemos para este Mestrado. Neste sentido, queremos crer que ela passa a ter um lugar expressivo apenas quando compõe com outras práticas – gerando um conjunto.

Qualificação, Desqualificação e Desvalorização da Força de Trabalho

Maria Carmela Buonfiglio

Prof. Adjunto do Departamento de Ciências Sociais
e do Mestrado em Ciências Sociais da UFPb.

A nova revolução tecnológica renovou o interesse pela polêmica questão da qualificação e da desqualificação dos trabalhadores como uma conseqüência da introdução das novas tecnologias.

O presente artigo, que apresenta uma discussão dessa problemática, rejeita a tese da desqualificação "tout court" e propõe um conceito amplo – a qualificação e desqualificação relativas, que está muito longe da famosa dicotomia qualificação-desqualificação geralmente proposta, que tende a ver no processo de trabalho uma elite de trabalhadores super qualificados ao lado da massa desqualificada.

1. O ATAQUE AO OFÍCIO:

Embora seja um lugar comum afirmar-se que tanto a máquina como o taylorismo foram instrumentos eficazes para a destruição dos ofícios, e apesar do muito que se discutiu a esse respeito, a qualificação dos trabalhadores é ainda um assunto polêmico. Por isso, voltaremos a essa questão para resgatar alguns pontos relativos a este problema.

Em primeiro lugar, devemos explicitar em que consistiu o ataque ao ofício e por que era essa uma tarefa imprescindível. E aqui também a resposta não é nova: os ofícios e suas agremiações bloqueavam o pleno desenvolvimento do capitalismo ao impor medidas que protegiam seus membros – medidas essas que iam desde a fixação de tarifas até a formação do pessoal capacitado, passando pelo controle do exercício da atividade. Ao depender desse tipo de trabalhadores, que dominavam o processo produtivo, o capital se encontrava muito vulnerável. Portanto, tornara-se imprescindível a destruição dos ofícios. E os instrumentos ideais para isso foram tanto a tecnologia como a "técnica social", que encontrou no taylorismo a ferramenta ideal. Porém a destruição do ofício não se reduziu simplesmente a uma destruição de conhecimentos: ao contrário, foi acompanhada de uma transferência, de uma apropriação desses conhecimentos pelo capital, o que lhe permitiu um maior controle sobre o processo produtivo. (Tudo isso já foi assinalado por muitos autores, entre os quais, Braverman e Marglin.)

Divisão do trabalho, parcelamento das tarefas, maquinaria, automação: todos, elementos que participam desse processo e que permitem dividir os trabalhadores, cooptar uma parte deles ou pelo menos neutralizá-la para então **redistribuir sobre uma nova base o conhecimento necessário para o funcionamento da produção.**

Aqui, atenção: quando dizemos que se dá uma redistribuição de conhecimentos, queremos dizer que se **devolvem aos trabalhadores** os conhecimentos necessários à produção. Não há dúvida de que esse retorno implicará uma devolução fragmentada, dividida, manipulada, controlada. No entanto, é importante ressaltar esse aspecto aparentemente óbvio: em qualquer processo produtivo o conjunto de trabalhadores detém os conhecimentos necessários para sua realização. Se se trata de uma produção automatizada na qual o "savoir-faire", a mestria está toda concentrada na máquina, ainda assim os trabalhadores deverão estar em condições de controlá-la. Não há produção possível se não houver controle da situação pelas pessoas nela involucradas. E isso também é qualificação. Portanto, aqui se apresentam duas questões que merecem ser discutidas:

a) Se por um lado, a transformação do processo produtivo torna obsoletas algumas qualificações, por outro, estabelece novas qualificações. Estas, geralmente não conservam as características dos antigos ofícios, porém correspondem às necessidades da produção. Não cabe aqui comparação. São qualificações distintas e, certamente, o conjunto das novas representa uma quantidade de conhecimentos maior que aquele representado pelas antigas qualificações.

b) O fato de que esse conjunto de qualificações agora se apresente dividido de forma a permitir a dominação do capital é sem dúvida de importância fundamental. Isso porque a recomposição das qualificações sob sua direção permitiu:

- ampliar a massa de qualificações requeridas pelo desenvolvimento das forças produtivas sem se submeter a uma categoria decididamente antagônica;
- fragmentar as qualificações entre as diversas categorias de trabalhadores para assegurar a qualificação necessária à produção e, ao mesmo tempo, beneficiar-se da desvalorização da força de trabalho.

2. A DESVALORIZAÇÃO:

A desvalorização do trabalho vivo, como todos sabem, é conseqüência da divisão do trabalho e da transferência de habilidade à máquina, pois ambos processos permitem a incorporação de uma parte significativa de trabalhadores com reduzido tempo de aprendizagem. Entretanto, há ainda outro fator: a desvalorização também é possível **porque se nega o reconhecimento social às habilidades identificadas como "manuais"**. Talvez resida nisso o segredo do

taylorismo. Ou seja, o exito em fazer crer que a divisao entre execuçao e concepção correspondia de fato a divisão entre trabalho manual e trabalho mental e com isso impingir à execução o desprezo arraigado nas sociedades antigas ao "trabalho manual".

Evidentemente não se trata somente de ideologia, de fazer crer, etc. Isso só foi possível a partir de condições reais de existência de contingentes de força de trabalho capazes de garantir uma integração em tais bases. Porém, nada mais falso que a frase de Taylor: "Não lhes pedimos que pensem, há outros a quem se paga para isso". Assim como o capital constante entra por inteiro na produção, o operário ainda quando executa a mais parcelizada das tarefas, também entra por inteiro na produção. (1) Sem atenção, sem pensamento não há produção possível. E isso já o sabia o próprio Ford, o responsável pela parcelização do trabalho, que incentivava as "idéias", as sugestões dos operários. (2) Por isso, a frase de Taylor foi substituida por outra: "Não trabalhem mais pesado e sim com mais inteligência" (3)

Agora, sempre que se possa recorrer a uma força de trabalho abundante no mercado de trabalho nacional ou internacional e desprovida do reconhecimento social de suas habilidades, o capital pode se beneficiar de suas qualidades a um valor depreciado. (4)

No entanto, uma situação como essa pode ser modificada. Então, a categorias inteiras de trabalhadores "desqualificados" se reconhece "certa qualificação". Tomemos dois exemplos; a situação observada na Itália, no final dos anos sessenta, e na França, nos primeiros anos da década 70.

O CASO DA ITÁLIA:

Os dados das estatísticas oficiais para 1970 revelavam um aumento das qualificações na indústria italiana. Praticamente as categorias de menor qualificação desapareciam. O mais significativo é que isso ocorria precisamente nos primeiros anos da crise econômica, o que sempre pressupõe uma situação desvantajosa para a classe operária. Dentro das várias explicações para o fenômeno se destacam as do Instituto Gramsci de Milão e a de Massimo Paci, que na verdade se complementam Aqui nos deteremos mais na de Paci, (PACI: 1973). por sua originalidade.

O Instituto Gramsci explica o aumento das qualificações pela combatividade operária. Paci, apesar de aceitar essa explicação a julga insuficiente, pois a ela faltaria explicar a origem da força desses trabalhadores num momento de expulsão do mercado de trabalho das chamadas "quotas débeis" (mulheres, jovens e trabalhadores mais velhos). E, para ele, a resposta a esta questão se encontra nas características do mercado de trabalho e nas necessidades do capitalismo maduro.

E o que acontece com o capitalismo maduro dos anos 60 – /0? Torna-se seletivo com respeito à força de trabalho. Já não se trata simplesmente de conseguir braços e sim de preencher certos requisitos, uma vez que a moderna

indústria exige trabalhadores de um determinado tipo: homens, entre os 30 e 35 anos, casados, com instrução secundária e com certa "experiência urbana".

Agora, quais são os efeitos dessa seletividade sobre o mercado de trabalho? Um mercado de trabalho claramente dividido: mercado de trabalho intelectual, mercado de trabalho industrial e mercado de trabalho marginal. É importante destacar que não há comunicação entre esses três setores, que praticamente não há intercâmbio entre eles. O bacharel não compete com o operário industrial ou vice-versa, assim como o trabalhador marginalizado pelo moderno setor industrial não compete com o operário industrial. Trata-se, portanto, de uma divisão entre os conceitos de "superpopulação relativa" e "exército industrial de reserva". Não há correspondência entre eles pelo menos no capitalismo atual. Cada um dos setores do mercado de trabalho tem muito bem definido seu próprio "exército industrial de reserva".

Portanto, o êxito das reivindicações dos operários italianos nesse período, e que em certa medida desmascarava a arbitrariedade do sistema de qualificações, foi possível pelo fortalecimento operário industrial no mercado de trabalho, pois era este o único segmento do mercado de trabalho livre da pressão do exército industrial de reserva.

b) O CASO FRANCÊS: (5)

Naturalmente a França apresenta uma diferença essencial com relação à Itália: seus operários desqualificados, os chamados "O.S.", não são franceses; foram recrutados entre os emigrantes argelinos, tunisianos marroquinos. Portanto, temos aqui uma divisão muito importante na estrutura e no movimento operário.

No entanto, nos anos posteriores a 68, culminando em 71, também na França aparece a luta pelas qualificações. E também aí se obteve algumas conquistas, com a modificação das tabelas classificatórias (CORIAT. 1982) E, sem dúvida, a principal delas consiste na rejeição operária do arbitrário sistema das qualificações, que com o "O.S." os condena irremediavelmente aos trabalhos mais pesados, menos remunerados e mais desprezados. (6)

Que conclusões podemos tirar desses exemplos? Em primeiro lugar, o caráter arbitrário dos sistemas de qualificações; em segundo lugar, que em circunstâncias favoráveis se pode obter um maior reconhecimento pelo trabalho executado, isto é, uma maior "qualificação".

3. QUALIFICAÇÃO: CONCEITO AMBÍGUO

Atrás da aparente clareza desta palavra se esconde toda uma série de ambiguidades. Os administradores de pessoal ou aqueles que se ocupam da formação profissional geralmente a identificam com característica do indivíduo e da ocupação. Portanto, a determinação da "qualificação" se estabelece a partir de dois elementos básicos: a escolaridade do sujeito as características do posto de trabalho (complexidade das tarefas, grau de responsabilidade).

Podem também entrar outros elementos, como a experiência na função, por exemplo. Porém, atrás da aparente objetividade de tais critérios se esconde, como já vimos, a arbitrariedade: a ausência de reconhecimento social às qualidades implícitas no trabalho de execução, no chamado "trabalho manual". Estas, longe da simplicidade que lhes é atribuida, implicam necessariamente em atenção, coordenação de movimentos, resistência física, etc. Aqueles que crêem na ilusão da simplicidade dessas tarefas certamente não tiveram a experiência da fábrica – e, naturalmente, como operário, como "peão". Bastaria lembrar o relato de Robert Linhart, (LINHART, 1981) que entre outras coisas, desmistifica a falsa simplicidade das próprias tarefas da cadeia de montagem, geralmente tomadas como exemplo da desqualificação e da simplicidade total.

É claro que a imprecisão e a arbitrariedade em torno às qualificações não se limita a sua manipulação pelo "staff" da administração patronal. Frequentemente elas são encontradas entre os próprios intelectuais, que ao se proclamar contra a desqualificação operária, acabam por aceitar a arbitrariedade implícita nos sistemas de qualificação (7). Aqui, sem dúvida os homens do pensamento ficariam atrás dos operários mais "desqualificados", que a rejeitaram. Porém seria injusto ao lhes atribuir esta falta, identificá-los com a ideologia patronal. O problema neste caso tem outra origem: geralmente ao denunciar a desqualificação tomam como referência os ofícios tradicionais. Com isso, negam-se a reconhecer os novos conhecimentos ou habilidades incorporados pelo próprio processo de destruição de ofícios como qualificações. É assim que o mesmo Coriat, que tem uma extraordinária clareza no que se refere ao componente "reconhecimento social" nas qualificações, (8) **questiona a qualificação dos trabalhadores altamente qualificados da indústria moderna por não corresponder essa qualificação aos antigos ofícios!** Vejamos, por exemplo, como se expressa ao se referir aos operários das indústrias de processo contínuo: "... porém aqui condições de ordem "técnica" (o bom desenvolvimento dos processos exige uma força de trabalho flexível, fluida, suscetível de enfrentar rapidamente os imprevistos) como "social" (necessidade de estabilizar no seio do processo de trabalho um núcleo de operários encarregados das tarefas de guia e de controle dos aparatos automáticos) levam a que se reconheçam como "qualificadas" categorias inteiras de operários que, propriamente falando, não possuem nenhum ofício (fora de sua indústria, a "qualificação" deixa de ser reconhecida". (CORIAT: 1982).

No entanto, aqui se trata de outra coisa distinta: hoje, fora de seu emprego, um operário possuidor do ofício no sentido tradicional provavelmente terá as mesmas dificuldades em fazer valer seu ofício que seu companheiro do exemplo de Coriat. Portanto, cremos que se deve rejeitar tanto a ideologia do trabalho desqualificado como a ideologia do ofício, pois uma como a outra não constituem a chave para entender a questão das qualificações na atualidade. Vejamos alguns exemplos da total impropriedade que delas resulta. Po-

rém, em primeiro lugar se deve esclarecer o que se entende por "qualificação", qual é o parâmetro de referência para medi-la ou para determinar sua ausência. Isso porque se se toma como referência os "ofícios", só podemos concluir que há um avassalador processo de desqualificação. E isso não como uma conseqüência das novas tecnologias e do taylorismo e sim como um processo que se inicia desde a introdução das primeiras máquinas. Assistimos hoje à realização da tendência assinalada por Marx de um desenvolvimento tecnológico tal que acaba por depositar o "savoir-faire" na máquina, fazendo do homem um mero apêndice seu. Portanto, não deveria haver dúvida: se por qualificação entendemos o domínio de um ofício, entendido este como a capacidade criativa do homem na transformação da matéria somente com o auxílio de suas ferramentas de trabalho, deveríamos concluir que já não existe. O maquinismo e o taylorismo destruiram os ofícios e sem dúvida liquidaram esse tipo de qualificação.

Além disso, seria necessário refletir sobre o significado de um trabalhador qualificado nesse sentido na sociedade atual que persegue a automação. Sua situação econômica e social é mais que tudo lamentável e inferior àquela de seu colega "desqualificado" da indústria moderna. Pensamos, por exemplo, no operário da construção civil da Paraíba, alguns deles verdadeiros artistas em seu penoso labor. Ou, no velho mestre sapateiro que no final de sua vida foi condenado a remendar velhos sapatos para sobreviver miseravelmente. A produção em massa destruiu sua arte. Ou ainda, para usar um exemplo de Marx, pensemos no tecedor indiano que realizava um trabalho complexo, romantismos à parte, não compensa o sacrifício que significa ser hoje um trabalhador "qualificado" nesse sentido, ou seja, um representante de antigos ofícios atualmente desvalorizados socialmente.

Por outro lado, se tomamos como determinante em sua definição questões como escolaridade ou grau de responsabilidade requerido pela ocupação, também não se eliminam as dificuldades. Por exemplo, teríamos que considerar as teses de Harbison e Myers, (HARBISON: 1964) para quem a maior escolaridade dos trabalhadores, mais que um indicador de exigências da produção, refletem o aumento da escolaridade da sociedade. Ou então as várias denúncias, principalmente européias, relativas à função "estacionamento" (9) da Universidade; ou seja, um instrumento que permite retardar o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, aliviando as pressões sobre ele.

Com relação ao grau de responsabilidade, aparentemente mais confiável, vejamos um único caso que anula essa aparência. Suponhamos uma fábrica que passa de uma situação de trabalho parcelado a uma organização do trabalho centrada em grupos semi-autônomos ou no enriquecimento do trabalho. Tal passagem pressupõe necessariamente um aumento de responsabilidade destes trabalhadores, porém seria absurdo pretender que implique também numa maior qualificação. Não houve mudança de pessoas, são as mesmas. Se trata somente de uma mudança no tipo de organização do trabalho que, portanto, não altera em nada a qualificação.

Se criticamos todos esses critérios para determinar as qualificações no capitalismo atual, vejamos quais são os aspectos que devem ser levados em conta para uma melhor compreensão do fenômeno:

4. TRANSFORMAÇÕES DO PROCESSO PRODUTIVO: PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E DE DESQUALIFICAÇÃO RELATIVAS.

Para finalizar a questão, retomaremos alguns pontos já tratados no decorrer da exposição, ao mesmo tempo que acrescentaremos outros, todos, a nosso ver, imprescindíveis nesta discussão.

1. O desenvolvimento tecnológico pode ser uma arma contra os trabalhadores, porém é inegável que como não se produz por geração espontânea, implica necessariamente na existência de um conhecimento novo e maior. Por agora deixaremos de lado a questão dos criadores de conhecimento (a eles dedicamos um outro trabalho: "Teoria do Valor e Produção Automatizada"), restringindo-nos ao âmbito da produção industrial. Teremos que considerar dois casos: a indústria tipo processo contínuo (digamos uma petroquímica) e a indústria de processo discreto (por exemplo, uma automotriz com a clássica linha de montagem ou mesmo com sistema de grupos semi-autônomos; excluimos, por agora, robôs e similares).

Tanto numa como na outra, o conjunto de qualificações de conhecimentos necessários para a produção são elevados. Muitos deles já se encontram incorporados à própria máquina, porém outra parte considerável se encontra dividida entre o conjunto de trabalhadores; engenheiros, técnicos, operadores, pessoal de manutenção, operários especializados, (10) ajudantes, etc. As máquinas por mais hábeis que sejam, por maior capacidade de "raciocínio", precisão e rapidez que tenham, ainda devem ser controladas, consertadas ou atendidas. Neste ponto devemos discutir dois problemas: o primeiro relativo aos trabalhadores e operários; o segundo, relativo à distribuição de conhecimentos, habilidades e aptidões entre os diversos trabalhadores em cada um dos tipos de indústria acima mencionados.

2. **Trabalhadores e Operários:** Os operários representam somente uma parte dos trabalhadores de uma indústria. Porém, o que são os demais? Evidentemente, o "corpo técnico-administrativo" representado pelo conjunto de engenheiros, técnicos de todo tipo, supervisores, etc, se separam dos operários. Porém, sem dúvida as diferenças hierárquicas, salarias, de prestígio, de nível de instrução, etc, são insuficientes para apagar esta característica fundamental e comum a todos eles: a **condição de assalariado.** Portanto, essa divisão no conjunto dos trabalhadores – em alguns aspectos artificial – consegue que parte deles se identifique com os interesses do capital ou que pelo menos se declare "neutra". Este é, sem dúvida, um dos maiores êxitos do capital. Ou para sermos mais precisos, do taylorismo.

Agora: se reservamos o termo operário ao trabalhador industrial que não pertence à elite de técnicos e, ainda mais, opondo-os como contrários, também não poderemos falar de desqualificação como um processo derivado da destruição de ofícios. Os orgulhosos mestres de antigamente, da mesma forma que os técnicos de hoje, não aceitariam ser nivelados com a "massa desqualificada".

Ao destruir ofícios o capital se apropria dos conhecimentos de uma determinada categoria profissional para devolvê-los modificados, divididos, a outra categoria que está sob seu controle. Nesse processo, qualificações, categorias inteiras, pessoas, ofícios são destruidos. No entanto, nem o capital pode evitar a devolução de conhecimentos, nem se pode pretender que os antigos ofícios estejam agora representados pela "massa desqualificada" incorporada à produção.

Por outro lado, nesse processo de devolução de conhecimentos, o capital assegura para si também o controle sobre o processo de formação de conhecimentos, auxiliado pelo Estado, ao mesmo tempo que tem o poder de determinar a hierarquia das qualificações. Esta última circunstância lhe possibilita, como já vimos, negar o reconhecimento a certas habilidades ou aptidões, que ao serem rotuladas como "desqualificadas" implicam numa desvalorização desses trabalhadores.

Portanto, acreditamos que se pode falar de um **processo de qualificação e desqualificação e desqualificação relativas**, porque ao mesmo tempo em que novos conhecimentos e novas habilidades enriquecem o conhecimento social, esse novo saber se apresenta, para o trabalhador individual, cada vez mais dividido, parcial, enfim, relativizado. O domínio de um ofício implicava um conhecimento total, um domínio de cada uma das fases – desde a concepção até à execução. Hoje, a maior qualificação possível pressupõe sempre uma certa defasagem entre todo o conhecimento que um dado processo produtivo implica e o conhecimento que cada trabalhador individual domina.

3. **Os trabalhadores das indústrias de processo contínuo e de processo discreto**: Embora a cadeia de montagem e o trabalho parcelado generalizaram a figura do operario parcial, sem domínio do conjunto do processo produtivo, o mesmo não se verifica na indústria de processo contínuo ou mesmo no setor "manutenção". (11) Para controlar o processo ou para consertar as máquinas, os trabalhadores devem dominar um conjunto de conhecimentos técnicos suficientemente elevados. Não se trata do operário parcial: raciocínio, abstração, matemáticas, mecânica e outras habilidades são os requisitos desses trabalhadores ou técnicos qualificados. Aqui a pirâmide das qualificações se encontra invertida. Nada de "operário-massa". Na indústria moderna, o operário típico se aproxima mais do operário do qual nos falava Paci, ou seja, urbanizado, com uma instrução geral de escola secundária que se soma a conhecimentos específicos. Aqui também não cabem as conclusões de Freyssenet, (12) segundo as quais tratar-se-ia de um processo que "super-qualifica" a uma mi-

noria e desqualifica a maioria. Nesta situação, não valem observações dessa natureza, porque o próprio processo de produção as desautorizam.

Vejamos agora a situação inversa, ou seja, a indústria tipo processo discreto, o reino do trabalho parcelado, do operário-massa. Aqui sim se pode encontrar a concentração da qualificação entre alguns, ao lado da "desqualificação" massiva de que nos falava Freyssenet. Porém, ainda assim, colocações desse tipo só tem sentido à luz do que discutimos antes: a desqualificação tem muito a ver com a parcelização do trabalho, porém muito mais com a falta de reconhecimento das habilidades aí exigidas. Ou com as condições do mercado de trabalho e da situação de cada segmento do dividido exército industrial de reserva.

4. Portanto, para concluir, podemos dizer que o abismo que separa a realidade do operário universal qualificado e o "operário-massa" de Negri – sinônimo de operário desqualificado – não só está constituído pelos graus de domínio do processo de trabalho, mas também pelo não-reconhecimento de certas habilidades como qualificação. Talvez valesse recordar aqui que Ford já preconizava o operário genérico, universal, enfim, o mesmo "operário-massa" de Negri. E, no entanto, naquilo que se refere a qualificações talvez tenha razão Ford e não Negri, que achava que a crença na desqualificação era mais que tudo uma ilusão dos que vivem nos livros:

Porém ainda existe a convicção de que o operário que faz funcionar uma máquina é menos hábil e menos esperto que um daqueles antigos artesãos que trabalhavam a mão. Também se pensa que o nível médio de habilidade táctil e de digitação esteja em baixa entre os mecânicos e que os produtos das máquinas terminarão, por força de uniformidade, por nos rodear de um mundo sem graça e sem beleza. As pessoas que só vivem de livros sofrem às vezes esta ilusão." (FORD apud Friedmenn: 177 p. 140-141).

NOTAS:

(1) Para ilustrar como o trabalhador entra por inteiro na própria produção parcelizada e repetitiva, vejamos um recho de Simone Weil: "Nada pior do que a mistura da monotonia e do acaso; eles se agravam mutuamente, pelo menos quando o acaso é angustiante. É angustiante na fábrica pelo fato de não ser reconhecido; teoricamente, embora todo mundo saiba que não é nada assim, as caixas para por a peças fabricadas nunca faltam, os reguladores nunca fazem esperar e qualquer atraso na produção é erro do operário. O pensamento deve estar constantemente pronto ao mesmo tempo para seguir o curso de gestos indefinidamente repetidos e para encontrar em si próprio recursos para remediar o imprevisto. Obrigação econtraditória, impossível, exaustiva. O corpo está às vezes esgotado, de noite, à saída da fábrica, mas o pensamento está sempre esgotado, mais ainda que o corpo. Quem passou por este esgotamento e não o esqueceu, pode reconhecê-lo nos olhos de quase todos os operários que desfilam à saída da fábrica. Que bom seria poder depositar a alma, à entrada, no cartão de ponto e retomá-la inteira à saída! "(Weil, Simone: **A Condição Operária e Outros Estudos Sobre a Opressão, p. 134).**

(2) A esse respeito, assim se espressava G. Friedmann, **La crisis del progresso,** *Barcelona, Ed. Laia, pp-152-153: "... Ford não renuncia a por o pensamento técnico dos trabalhadores a serviço da empresa. Através de copiosos incentivos estimula todas as sugestões que permitiam economias e reconhece de bom grado que a maior parte delas procedem dos supervisores. Freqüentemente, as buscas dos operários se originam no desejo de tornar menos penoso o trabalho. E aqui, mais uma vez, encontram respaldo por parte de uma direção exclusivamente interessada no lucro, porque geralmente, ocrorre que os procediemntos menos cansativos para os trabalhadores são também os mais baratos."*

(3) Robert J. Doyle, diretor pessoal da Donnelly Mirrors Co., assim se expressava num artigo de 1970, citado por D. Pignon e Jean Querzola. "Autoridade e Democracia na produção", in A. Gorz (ed.), **Crítica da Divisão do Trabalho, p. 130.**

(4) Essa colocação é perfeitamente compatível com a determinação do valor da força de trabalho em Marx. Lembre-se inclusive que esse valor historicamente determinado é mais um valor ideal, já que o salário geralmente oscila acima ou abaixo desse valor em função das pressões do exército industrial de reserva. A não valorização social de certas habilidades próprias do "trabalho manual" é um mecanismo que permite manter esse grupo de trabalhadores longe dos benefícios da produtividade alcançada,.

(5) Para a situação francesa nos apoiamos basicamente na obra de Benjamin Coriat, **Le taller y el cronómetro,** *Madrid, Siglo XXI, 1982.*

(6) É claro que a condenação pode ir além do "O.S.". Com a crise, com a agudização do problema do emprego devido também à "reconversão industrial", podem servir também de bode expiatório. Agora são também responsáveis pelo desemprego entre os franceses! Sobre esta questão, veja-se **Actualidad laboral,** *1982/4 e 1982/3.*

(7) Entre as exceções destacamos mais uma vez os nomes de Massimo Baci e de Benjamim Coriat. Este último, na obra aqui citada, deiba bem claro este aspecto.

(8) Um exemplo de sua clareza neste aspecto do problema: "se os postos de trabalho são considerados comonãoqualificados isso se deve, na nossa opinião, mais ao fato de que as categorias de trabalhadores que os ocupam estão incapacitadas para fazer valer o valor do uso da força de trabalho que ao caráter não qualificado dos trabalhos que lhes são confiados." (op. cit., p. 119).

(9) Com este termo os italianos denunciam o significado do crescimento da escolaridade registrado nos últimos anos: retardar as pressões sobre o mercado de trabalho.

(10) Este termo, conforme o país, designa coisas diferentes: enquanto que na França é atribuido ao operário mais desqualificado, na Itália indica a maior qualificação operária. Porém, aqio nos servem ambas acepções.

(11) Atualmente as inovações tecnológicas tendem a eliminar este tipo de trabalhador, uma vez que os desarranjos são facilmente identificados pelo computador e simplesmente se troca o módulo afetado. Porém aqui não examinaremos essa situação.

(12) Freyssenet, Michel: "La división capitalista del trabajo", texto tradução-síntese da homônima obra, preparado por M. Schteingart, Colégio de México, 1981.

BIBLIÓGRAFIA

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do Trabalho no século XX.** Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

CORIAT, Benjamim. **El taller y el cronómetro.** Barcelona, 1982.

FRIEDMANN, Georges. **La Crisis del progresso.** Barcelona, 1977 (ed. original em francês, 1936).

FREYSSENET, Michel. "La división capitalista del trabajo", texto trad. – síntese da homônima obra, preparada por M. Schteingart, Colégio de México, 1981.

HARBINSON, Frederic e MYERS, Charles A., **Education, Manopower and Economic Growth**, N. Y., McGraw Hill, 1964.

LINHART, Robert. **De cadenas y de hombres**, México, Siglo XXI, 2ª edição, 1981 (no Brasil, foi traduzido como o título **A Greve na fábrica**).

PACI, Massimo. **Mercato del Lavoro e Classe Sociales in Italia.** Bolonha, Il Mulino, 1973.

PIGNON, Dominique e QUERZOLA, Jean. "Autoritarismo e Democracia na Produção – Para que servem os patrões? In: A. Gorz (ed.): **Crítica da Divisão do Trabalho**, São Paulo, Martins Fontes Editora, 1980.

WEIL, Simone. "A Recionalização". In: **A condição operária e outros estudos sobre a opressão** – Ecléa Bosi (org.), R.J., Paz e Terra, 1959.

Processo de Produção e Condições Subjetivas de Trabalho

Graziela de Oliveira

Prof. Adjunto do Mestrado de Economia da UFPB

INTRODUÇÃO

No. que transforma a natureza, no processo de produção e reprodução de suas condições materiais de vida, o homem transforma a sua própria natureza.

O tipo de transformação imprimida à natureza do homem é condicionado pelas relações de produção e pelas forças produtivas que caracterizam o processo de produção social considerado. O que o homem é, coincide com o que ele produz e como produz (cf. Marx/Engels, 1979 : 28).

Na sociedade capitalista, a produção pressupõe a contraposição ao trabalhador das condições objetivas de trabalho. O trabalhador é submetido a condições de trabalho que aceleram e antecipam o desgaste de sua força de trabalho. O trabalho industrial capitalista, dadas as relações de interesse que o impulsiona-nos níveis econômico, social e político –, é organizado de tal forma que, em lugar de ser ajustado às condições psico-físicas do trabalhador, ao contrário, tenta adaptar o trabalhador às condições de trabalho.

O trabalho industrial capitalista, no que submete o trabalhador à produção do lucro e aos interesses político-sociais da classe capitalista, transforma-o numa peça das condições de trabalho. Esta é a condição geral de trabalho para a classe trabalhadora. Como se manifestam, porém, as condições de trabalho no trabalhador singular?

ARRAZOADO METODOLÓGICO

Através do materialismo histórico, Marx nos legou um referencial metodológico que nos permite desvendar a essência do homem, ou o complexo de relações sociais no qual está envolvido.

Marx estuda o homem concreto, enquanto membro de uma determinada classe social. O homem concreto, é resultado de múltiplas determinações, enraizadas na estrutura econômica da sociedade.

O homem não é apenas resultado; ele também é produtor das relações que mantém. Ele é um sujeito-objeto complexo e sua complexidade reside no fato dele encerrar diversas essências que se imbricam e entram em conflito (Lefebvre 1972: 168).

As relações sociais que envolvem o indivíduo não se esgotam na base econômica. Além das relações sociais de produção que definem a posição do indivíduo na sociedade (em relação à propriedade dos bens de produção), o indivíduo desenvolve outras relações sociais que extrapolam a esfera do econômico, já que a atividade humana não se reduz ao mundo econômico.

Por constituir uma unidade indivisível, o homem, sujeito-objeto, não pode ser considerado ora como sujeito, ora como objeto, porque ele é sujeito e objeto ao mesmo tempo. O ser humano é uma totalidade e a manifestação sociológica ou psicológica desta totalidade representa somente uma das manifestações da sua essência. A manifestação fenomênica sociológica ou psicológica é, contudo, dependente da essência, que é a totalidade das relações sociais, e está em relação dialética com ela.

Entre a produção e as várias formas de manifestação das relações sociais há diversas formas de mediação. A análise destas manifestações deve, portanto, desvendar estas mediações para, como diz Sartre, compreender "o processo que produz a pessoa e seu produto no interior de uma classe e de uma sociedade dada, num momento histórico dado" (Sartre 1972: 50).

As ciências sociais não-marxistas ocupam-se das manifestações fenomênicas, sem analisá-las em suas relações com a base material de produção. Partindo da concepção do indivíduo isolado, ocupam-se com sistemas e subsistemas sociais, papéis e posições dos indivíduos, sistemas simbólicos e interacionistas, baseadas numa metodologia empirista.

Sistemas sociais são, contudo, realizações das relações sociais de produção. As relações sociais não são "um dado", mas realizam-se através de atividades sociais regulares. Por seu turno, os sistemas sociais tampouco são um elemento estático, mas constituem-se mediante relações sociais de produção (cf. Tjaden, 1973 : 69).

O materialismo dialético requer níveis de mediação que lhe permitam passar das determinações gerais e abstratas a certos traços do indivíduo singular (cf. Sartre 1972 : 54). Segundo Sartre, a estrutura de determinada família é uma singularização da estrutura familiar própria de determinada classe; a família singular é a mediação entre a classe universal e o indivíduo (ibid, 54-55). Além das relações de produção o indivíduo está imbricado em outras relações sociais que o reenviam ao conflito das relações de classe. Sartre:

"A pessoa vive e conhece mais ou menos claramente sua condição através de sua pertinência a grupos. A maioria destes grupos são locais, definidos, imediatamente dados. É claro, com efeito, que o operário de fábrica sofre a pressão de seu "grupo de produção"; mas ... está igualmente submetido à pressão de seu "grupo de habitação". Ora, tais grupos exercem ações diversas sobre seus membros;" ... (1972 : 58).

O subsistema família funciona como mediação entre o geral e o singular. Através do materialismo histórico torna-se possível situar os resultados da pesquisa empírica em sua materialidade, independente da consciência e da vontade humanas.

Se, portanto, fazemos uso de categorias metodológicas oriundas das ciências sociais burguesas (papéis, interação, posição, etc) é porque o materialismo histórico é capaz de inserir os fenômenos estudados por estas categorias numa visão histórico-dialética, esclarecendo que elas não existem isoladas na base material que as suporta.

No processo de produção, as relações entre os homens são permeadas de interpretações através de imaginações e suposições da situação de trabalho, ou seja, relações sociais são mantidas em interacionismo simbólico. As relações interacionistas têm a função integrativa social, ou seja, de contato entre os indivíduos. As relações sociais de produção se concretizam em subsistemas, nas dimensões operativo-cooperativa e interpretativo-comunicativa (cf. Tjaden 1973 : 64). As interações sociais são portanto a forma de expressão e de realização das relações sociais de produção. Empiricamente, como diria Merton, estas relações sociais se manifestam como sistema de ação.

As relações sociais de produção se realizam através de atividades sociais regulares; sistemas sociais são constituidos por relações sociais de produção. No processo de produção, a apropriação do trabalho, a exploração da mais-valia, ocorrem como relações simbólico-interacionistas, nas dimensões cooperativo-operativas e interpretativo-comunicativas. Este processo de interação sosocial, no qual se desenvolvem as relações de produção inclui padrões específicos de papéis e posições dos indivíduos nele particpantes.

A economia política requer a mediação de outras disciplinas para chegar ao indivíduo concreto. Ela sozinha é insuficiente para explicar as influências do trabalho sobre o trabalhador singular. Neste artigo, pretendemos provocar discussão em torno da questão metodológica. O nosso interesse no indivíduo concreto centra-se apenas nos determinantes econômico-sociais de suas reações psico-emocionais ao processo de trabalho e não no estudo da personalidade, tarefa esta reservada à psicologia.

A personalidade do indivíduo é consequência de suas relações com o mundo que o cerca e uma consequência social, uma vez que o indivíduo só existe através do trabalho (mesmo que do trabalho alheio) e em relação com a sociedade. As condições de sua integração na sociedade, sua socialização portanto, possui uma base material, que é revelada pela economia política. Como afirma Lefebvre, o indivíduo mantém relações sociais de caráter diverso. Com sua família, por exemplo, ele mantém relações que não são técnicas nem econômicas; as relações entre grupos, entre indivíduo e família, não podem ser separadas da base econômica que as determina, mas também não podem ser reduzidas às condições econômicas, pois possuem sua realidade própria (1971 : 174). Destas relações sociais surgem e se desenvolvem necessidades, que não são satisfeitas por meios econômicos.

Baseados neste arrazoado metodológico, passamos a discutir o complexo condicionante da estrutura subjetiva do trabalhador, complexo dado pelas formas de organização dos processos de consumo produtivo e individual do trabalhador.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E BEM-ESTAR PSÍQUICO

As formas que a organização do trabalho assume, em vista da realização dos objetivos capitalistas, trazem uma série de consequências para o trabalhador.

Entre os autores que se preocupam com o estudo das influências exercidas pelas condições do trabalho sobre a saúde mental do trabalhador reina uma divergência de interpretações e conclusões.

Para Ute Volmerg, por exemplo, na sociedade capitalista as condições de trabalho industrial submeteram a estrutura subjetiva do trabalhador ao processo de produção. Lateralidade e monotonia levam a uma fragmentação da estrutura subjetiva e são uma ameaça à manutenão da identidade do indivíduo (cf. 1980 : 114).

Smith, Mackinney et alii argumentam, por outro lado, que o tipo de reação às condições de trabalho depende da própria personalidade do trabalhador (cf. 1972 : 383).

Antes de continuarmos esta discussão, parece-nos necessário deixar claro:

1) o que é a personalidade do trabalhador?

2) que fatores podem exercer influência sobre a sua estrutura psico-emocional?

Após havermos respondido estas duas questões, poderemos então elucidar a terceira:

3) qual o papel das condições de trabalho no complexo de influências que atuam sobre a estrutura psíquica do trabalhador?

SOCIEDADE E PERSONALIDADE

O ser humano é uma unidade psico-física. O desenvolvimento desta unidade está na dependência do meio social vivido pelo homem. O seu desenvolvimento psíquico é também um processo social. O ser psíquico é resultado e expressão de relações sociais.

O processo de formação da personalidade é um processo de socialização, histórica e socialmente condicionado (cf. Hurrelman 1975 : 14).

O processo de socialização através do qual o indivíduo adquire valores, normas, formas de pensar e agir dominantes na sociedade é um processo que ocorre em vários níveis: o da família, o do bairro, o da escola, o do trabalho, etc.

No seio da família o indivíduo assimila normas de comportamento e aprende a distinguir os valores aceitos dos rejeitados. Na família, a socialização se dá tanto formal quanto informalmente.

Na escola, porém, o indivíduo é consciente e deliberadamente educado, com medidas, métodos e normas estabelecidos (cf. Hurrelman; ibid : 20).

Por meio da socialização, os diversos grupos aos quais o indivíduo pertence procuram integrá-lo num sistema de papéis. O indivíduo interage com o grupo; neste processo, que é de aprendizagem, o indivíduo internaliza valores e desenvolve motivos de ação que o capacitam na execução de papéis e na realização de um comportamento esperado (cf. ibid : 35).

PERSONALIDADE, FILOGÊNESE E ONTOGÊNESE

O processo de socialização é vivido subjetivamente pelo indivíduo, ou seja, cada indivíduo reage individualmente ao processo de difusão e internalização dos valores sociais.

Os homens não nascem com valores e idéias, mas com certas possibilidades de desenvolvimento que estão em conjunto em sua estrutura psico-física que é, por sua vez, formada historicamente (cf. Schaff 1972 : 26). Estas possibilidades de desenvolvimento são vividas diferentemente por cada indivíduo. Os indivíduos são, portanto, individualmente distintos, apesar de poderem até experimentar um mesmo processo de socialização. O potencial de comportamento é condicionado também endogenamente.

Como resultado da filogênese, a estrutura psíquica do homem possui caracteres imutáveis, comuns a qualquer homem em qualquer sociedade, apesar desta estrutura depender de condições históricas concretas (cf. Schaff 1972 : 35). Contudo, cada indivíduo é singular, não repetido, e reage de acordo com sua constituição psico-física singular, característica da ontogênese.

Para A. Schaff, a categoria personalidade está ligada a de individualidade, no sentido de único e singular. O homem concreto, histórico-socialmente determinado, é individual. Este indivíduo desenvolve uma personalidade "particular", que é condicionada e determinada por suas condições materiais de vida.

Marx: "O homem – tão quanto é um indivíduo particular e justamente sua particularidade o torna um indivíduo e uma criatura realmente **individual** – tão quanto ele é uma **totalidade**, a totalidade ideal, o ser subjetivo da sociedade pensada e sentida para si" (apud Schaff, ibid. 19, grifo do original, tradução nossa).

INDIVÍDUO CONCRETO

O indivíduo é o particular dentro do geral, que é a sociedade. Em suas relações com o geral, o indivíduo a forma e é formado pela sociedade. O que o indivíduo é, é resultado das relações sociais mantidas na sociedade. O indivíduo é função das relações sociais. Estas, porém, não se limitam às classes. O indivíduo pertencente à classe trabalhadora está inserido em determinada camada social, participa de diversos grupos – profissionais, políticos, de lazer, etc. O papel desempenhado por estes diversos grupos na vida do indivíduo,

enfim, a estrutura da sociedade e suas subestruturas formadas pelas relações sociais dos grupos nos quais o indivíduo participa influenciam diretamente a sua estrutura psíquica. As potencialidades com as quais o indivíduo vem ao mundo, resultantes da filogênese, tornam-se realidades somente num contexto social determinado.

Embora intergrantes de uma mesma classe social, os indivíduos se diferenciam em personalidades e individualidades, dadas as condições concretas que experimentam na classe a qual pertencem. Categorias profissionais distintas, que enfrentam situações distintas no mercado de trabalho e, em consequência deste, gozam de condições de reprodução diferentes, não podem oferecer aos indivíduos as mesmas condições de socialização e de formação/consolidação da personalidade. Para o indivíduo adulto, a manutenção equilibrada de sua estrutura psíquica está na dependência das condições de formação desta estrutura e da experiência com condições de trabalho condizentes com ou adversas a seu modo de pensar, sentir e ver o mundo que o cerca.

O psiquismo ou atividade mental não é, segundo afirmam alguns autores (cf. Le Ny 1967 : 122) simplesmente o produto da atividade do cérebro.

Embora seja correto afirmar que as atividades ou funções do corpo humano têm a sua base na matéria humana, parece-nos no mínimo insuficiente argumentar que "o psiquismo depende estreitamente da atividade do sistema nervoso e de seu órgão superior, o cérebro" (cf. ibid, 122), sem colocar em discussão que as potencialidades ou forças inatas do homem somente se desenvolvem socialmente, isto é, no interior de uma sociedade, sob influência de relações sociais múltiplas. A natureza do homem deve ser refletida sempre em relação com a sua história social.

O indivíduo humano é um complexo de equipamento genético, influências do meio social, história e estruturas sociais (cf. Friebel 1977 : 18).

Aestrutura subjetiva do indivíduo – sua personalidade, é resultado das relações sociais dominantes na sociedade, principalmente as relações de produção. Estas, no entanto, como discutido acima, não atuam diretamente sobre o indivíduo, mas por meio de mediações que são as camadas sociais, as categorias profissionais, a família, os diversos grupos dos quais o indivíduo faz parte. Assim, sucessivamente, chega-se ao indivíduo concreto socialmente determinado.

Tal como A. Schaff, Sartre acha insuficiente a determinaçao de classe para chegarmos ao indivíduo concreto. Segundo Sartre, na determinação do indivíduo concreto torna-se necessário usar-se de mediações para se compreender "o processo que produz a pessoa e seu produto no interior de uma classe e de uma sociedade dada, num momento histórico dado" ... (1972 : 50). Os grupos nos quais toma parte, principalmente a família, exercem pressões e um papel decisivo na formacão da consciência do indivíduo.

CONDICIONAMENTO DA PERSONALIDADE DO TRABALHADOR

A socialização do trabalhador ocorre no contexto das condições de vida da classe trabalhadora. A sua socialização difere em forma e conteúdo daquela experimentada por um indivíduo da classe capitalista.

As experiências vividas pelo trabalhador antes de sua integração ao mundo do trabalho estão em estreita relação com o trabalho, na medida em que a vida privada do trabalhador e de sua família (mulher e filhos) é condicionada por sua vida laboral: a compra e venda da força-de-trabalho prende o prende o trabalhador ao capital. As condições de vida do trabalhador são condições de vida do capital (cf. Oliveira 1983 : 63).

O salário recebido pelo trabalhador condiciona ainda as experiências que seus filhos podem adquirir antes de ingressarem no trabalho. Educação, habitação, lazer, transporte, acesso a fontes de informação e de cultura geral, etc., estão na dependência do montante do salário. Deste modo, a socialização da fase anterior ao trabalho e a extra-trabalho condicionam o comportamento e a estruturação da personalidade.

A personalidade é, pois, formada por um complexo de relações que se estruturam e se manifestam ao nível do psíquico. Estas relações são social e historicamente determinadas e condicionam o pensamenteo, o comportamento e as atitudes do indivíduo. Como afirma Volpert: "O modo como o indivíduo vive, pensa e se comporta, depende essencialmente de sua posição numa sociedade historicamente determinada" (1979 : 23).

O lugar ocupado pela classe trabalhadora na sociedade capitalista condiciona, portanto, o complexo arcabouço de sistemas de valores, imaginações e pontos de vista do trabalhador. Schaff: ... "as relações sociais com a ajuda da consciência social dominante, formam o indivíduo humano" (1972 : 25, tradução nossa). O complexo de relações sociais existentes na sociedade condiciona a personalidade – complexo de características mentais, espirituais, visões do mundo (Weltanschauung) do indivíduo.

O tipo de vida e de trabalho influenciam pois diretamente a personalidade ou estrutura psíquica do trabalhador. A consciência do homem é determinada pelo modo de sua existência material. Valores sociais, opiniões, posicionamentos são produtos histórico-sociais.

CONDIÇÕES DE TRABALHO E PERSONALIDADE

Ao ingressar no trabalho, o trabalhador já tem personalidade formada. Contudo a personalidade é um processo. Como diz Schaff, é um produto da autoprodução humana (cf. 1972: 57-58). Esta autoprodução ocorre também no processo de interação social no ambiente de trabalho. Deste modo, o ambiente de trabalho imprime novos valores, visões e formas de comportamento ao trabalhador, atuando sobre sua consciência. O trabalhador não apenas so-

fre as pressões das relações sociais, como ele mesmo as produz. Neste amálgama de relações – de trabalho, familiares, de diversos grupos (de lazer, político, religioso, etc.), torna-se difícil a determinação exata das influências exercidas pelas condições de trabalho sobre a estrutura psíquica do trabalhador. No entanto, levanta-se o seguinte problema:

O trabalho é o exercício da força de trabalho. O indivíduo possui um potencial em energia física e mental que ele põe em movimento no processo trabalho. A depender do tipo e das condições de trabalho, este potencial é realizado em maior ou menor grau. No trabalho industrial, as possibilidades de realização do potencial de energia mental do trabalhador são limitadas pela racionalização, ou seja, pela forma de divisão de trabalho, que separa trabalho manual de trabalho mental; pela falta de iniciativa, decisão e controle sobre o trabalho imposta pela divisão do trabalho. Esta forma de organização do trabalho industrial determina o desenvolvimento de condições de trabalho alienantes, ou a *realização, por parte da massa de trabalhadores, de trabalho que* que castra a sua criatividade. Desta forma, as condições de trabalho podem atuar negativamente sobre a estrutura subjetiva do trabalhador se:

1) as condições de formação de sua personalidade impediram a forma-formação de uma personalidade estável;
2) o trabalhador possui nível de escolaridade/intelectual superior ao exigido pelo trabalho, e
3) o trabalhador percebe que seria capaz de realizar, em termos de qualificação, mais do que lhe é exigido;
4) o trabalho é intrinsecamente monótono ou adverso ao equilíbrio psíquico e atua diretamente sobre o sistema nervoso do trabalhador;
5) o trabalhador não possui, fora do trabalho, um ambiente onde possa recuperar-se do trabalho. "No trabalho ele está fora de si, em casa volta a si".

No trabalho o homem transforma a natureza e a si mesmo. Sua personalidade não pode, portanto, ficar imune às condições de trabalho. Tanto sua estrutura física quanto sua estrutura psíquica são influênciadas pelo trabalho.

Condições de trabalho alienantes contribuem para a formação de uma personalidade alienada (ou deformação da personalidade).

Segundo Marx, a alienação do trabalhador se dá em três momentos. O trabalhador se aliena 1) do produto do seu trabalho, 2) da sua própria atividade de trabalho e 3) dos outros indivíduos do processo de trabalho. O trabalhador sente a atividade produtiva como algo que lhe é alheio, que não lhe pertence; sente a atividade como sofrimento, sua força como fraqueza, a própria energia física e mental, sua vida pessoal, como utilizada contra ele (cf. Marx 1974 : 156).

A alienação tanto é um processo objetivo, independente da vontade e da consciência do trabalhador, como é um processo subjetivo, referente a estados psíquicos subjetivamente experimentados pelo indivíduo (cf. Israel 1977 : 19).

Na sociedade capitalista, o trabalhador não se afirma, mas se nega no processo de trabalho. Ele pode se sentir infeliz, pois não desenvolve nenhuma energia física e mental livres, apenas arruina o seu espírito. O seu trabalho é uma violência, um trabalho imposto (cf. Marx, 1974 : 155). A reação do trabalhador às condiçoes de trabalho está na dependência do conteúdo da socialização por ele vivida, do grau de sua autonomia diante do processo de trabalho. Sua reação dependerá de sua individualidade. Contudo, para a classe trabalhadora em geral, como resultado das condições de trabalho, o trabalhador só se sente livre em suas funções animais de comer, beber e procriar; nas suas funções humanas sente-se mais como animal. "O animalesco torna-se humano e o humano animalesco" (Marx, ibid, tradução nossa).

Diferenciando a atividade do homem da do animal, Marx afirma que o animal está imediatamente em unidade com sua atividade. Em contrapartida, o homem faz de sua atividade um objeto de sua vontade e de sua consciência. A sua atividade lhe é consciente, o homem não se amalgama com a atividade. O fato de ter a consciência de sua atividade diferencia a atividade do homem da do animal (cf. Marx, 1974 : 157-158).

Comparando a atividade da abelha com a de um construtor, Marx diz que, enquanto a atividade da abelha é instintiva, a do construtor é consciente: ele tem na cabeça o plano do seu trabalho (cf. Marx, 1974a, 193).

A divisão do trabalho na sociedade capitalista tende a fazer desaparecer esta diferença específica da atividade do trabalhador em relação à do animal. A divisão do trabalho em trabalho manual e intelectual rouba à massa dos trabalhadores o exercício da capacidade de planejar na mente o trabalho a ser executado e a ter o trabalho realizado como uma exteriorização do pensamento humano. O trabalho alienado realizado pela classe trabalhadora não pode ser um trabalho de autorealização; é um trabalho de castração (cf. Schneider, 1977 : 220).

Na realização de atividades extremamente repetitivas e sem conteúdo que seguem os princípios da racionalização da gerência, o trabalhador não tem chance de exteriozar-se (cristalizar no produto seus pensamentos, seus planos em relação a ele). O produto não é a objetivação da criatividade do trabalhador, mas de sua impotência diante da organização do trabalho. A sua redução a simples força de trabalho iguala o trabalhador ao animal: ele não distingue seus movimentos do movimento da máquina, sua atividade não lhe é consciente, seu trabalho torna-se instintivo. O trabalhador perde a noção de distinção entre objeto e sujeito do trabalho.

Ute Volmerg afirma que a identidade do indivíduo é formada no processo de socialização e deve ser entendida como uma estrutura psíquica, que integra experiências de vida e de trabalho específicas (cf. 1980 : 109). A identidade ou estrutura subjetiva do indivíduo entra, porém, em contradição com (a organização do) o trabalho. Segundo Volmerg, o desmembramento das atividades produtivas e toda a constelação da organização do trabalho é inconci-

tável com a estrutura subjetiva do indivíduo. Contudo o trabalhador precisa manter sua estrutura no processo de trabalho e é necessário que ele não perca sua identidade a ponto de ser prejudicial ao processo. O solucionamento desta contradição está na sua sublimação, a perda ou manutenção da identidade do trabalhador está na dependência da dimensão assumida pelos três momentos da alienação do trabalho.

O trabalhador necessita dispor de um mínimo de autonomia ou chance de disposição do trabalho e de realização de sua qualificação para o trabalho. A estrutura subjetiva formada e consolidada nas fases primárias e secundária da socialização pode ser destruída no processo de produção, que impede chances de disposição sobre o produto, de interação social e de exercício da qualificação. O caráter monótono das tarefas repetitivas provoca uma fragmentação da estrutura subjetiva e, assim, ameaça a identidade. "A individualidade do trabalhador é destruida pelo esquema de tempo e movimento, que determina todo o seu momento. As estruturas subjetivas dos indivíduos são subsumidas impiedosamente às estruturas objetivas do processo de produção. A capacidade humana de trabalho é dividida em partes produtivas, valorizáveis e em necessidades e capacidades improdutivas, que perturbam o processo e são negativamente sancionadas" (Volmerg, ibid 117). Esta fragmentação do trabalho e da capacidade de trabalho do trabalhador ameaça o sentimento de identidade em sua base e a integração do eu-psíquico com o eu-corpo (ibid 118).

Ligado à máquina, a seus movimentos e comando, o trabalhador experimenta subjetivamente uma perda do controle emocional, da capacidade de reação e de trabalho. A realização de movimentos rápidos e repetidos impede ao trabalhador a distinção entre seus movimentos e os da máquina e, assim, a distinção entre sujeito e objeto. O trabalhador assemelha-se à abelha: realiza sua atividade como parte dela mesma. O trabalhador reduz-se à sua atividade, ou seja, o trabalhador é a atividade, em lugar de tê-la na consciência.

BIBLIOGRAFIA

FRIEBEL, Harry. **Lernkapazitat des Individuums – Lernmilieu der Gesellschaft** Dusseldorf. 1977.

HURRELMANN, Klaus. **Erziehungssystem und Gesellschaft.** Rororo, Reinbeck bei Hamburg 1975.

ISRAEL, Joachim. **Teoria de la alienacion.** Ediciones Península, Barcelona, 1977.

LE NY, Jean-François. Materialismo e psicologia social. In: LENY, J.F. et alii. **Dialética e Ciências Sociais.** Zahar, Rio, 1967.

LEFEBVRE, Henri. Zum Begriff der Erklarung in der politischen Okonomie und in der Soziologie. In: **Beitrage zur marxistischen Erkenntnistheorie**, Alfred Schmidt (org.), Frankfurt, 1972.

MACKINNEY, A. C. et alii. Has specialisation reduced job satisfaction? In: Shepard, J. M. (org.), **Organizational issues in industrial society**. New Jersey, 1972.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

MARX, Karl. **Okonomisch – Philosophisch Manuskrip**. Leipzig, 1974.

Das Kapital, vol. 1, Berlin, 1974a.

OLIVEIRA, Graziela. O abandono de crianças e a criminalidade infantil no Brasil. In: **Vozes**, ano 77, vol. 77, ag. 83, nº 6, p. 60-63.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de Método**. Ed. DIFEL, S. Paulo, 1972.

SCHAFF, Adam. **Marxismus und das menschliche Individuum**. Rororo, Reinbeck bei Hamburg, 1972.

SCHNEIDER, Michael. **Neurose und klassenkampf**. Rororo, Reinbeck bei Hamburg, 1977.

TJADEN, K. H. Soziale Sisteme und geselhchaftliche Totalitat. In: Tjaden et alii. **Methoden der Gesellschaftsanalyse**. Frankfurt, 1973.

VOLPERT, Walter. Der Zusammenhang von Arbeit und Personlichkeit aus handlungspsychologischer Sicht In: Peter Groskurth (org.) **Arbeit und Personlichkeit; berufliche Sozialisation in der arbeitsteiligen Gesellschaft**. Rororo, Reinbeck lei Hamburg. 1979.

VOLMERG, Ute. Zum Verhaltnis von Produktion und Sozialisation am Beispiel industrieller Lohnarbeit. In: T. Leithauser ? W. Heinz (org.) **Produktion, Arbeit. Sozialisation**. Frankfurt, 1980.

Processo de Trabalho e Coletivo Operário nos Canteiros de Obras Públicas(*)

Angela M. Tude de Souza

Prof. Adjunto do Mestrado em Ciências Sociais da UFPb.

APRESENTAÇÃO

O CARÁTER VARIÁVEL E IMOBILIÁRIO DA MERCADORIA DA CONSTRUÇÃO, E A DIFÍCIL ESTABILIZAÇÃO DO TRABALHO NO CANTEIRO.

Se existe um aspecto próprio da mercadoria e do produto da construção, este certamente se mostrará com clareza no **caráter de bem imobiliário/patrimonial**, cuja existência predial e territorial implicam numa mobilização de capital durante o período de alguns anos e cujo retorno depende geralmente de ciclos de rotação bastante longos no tempo. A este propósito vale insistir sobre o fato de que como *"... produto de um ramo particular da produção... este (o equipamento de infra-estrutura N.A.) não pode ser vendido sob a forma de capital fixo em si. Eis aí, portanto, o que se esconde atrás desta mercadoria: o seu retorno em fases sucessivas" (MARX apud FOLIN: 1976, p. 47).*

Assim, o que marca o produto-mercadoria da construção: de um lado, as grandes inversões e avanços do capital; e de outro, sua existência material de bem imóvel e ou de capital fixo (conforme sua destinação) cuja construção e montagem implicam na modificação de um sítio, de todo um relêvo, e mesmo de uma paisagem física.

Tais fatos fundamentam o caráter itinerante da atividade empresarial do setor, ao mesmo tempo em que colocam o problema da individualização das encomendas e dos produtos da construção; significa, portanto, que à cada nova encomenda, não só o próprio espaço de trabalho é reconstituído e desmobilizado, mas mudam, também o valor de uso e a destinação individual do produto.

(*) Trabalho apresentado no *IX Encontro Nacional da ANPOCS– Associação Nacional* de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

O texto (1) a seguir situa inicialmente a questão da variabilidade dos produtos e das condições de trabalho, para após discutir alguns aspectos do caráter itinerante/móvel da construção.

A) O caráter variável do trabalho e do produto da construção.

A **variabilidade** dos produtos é uma das características mais marcantes da indústria da construção, e sua importância reside no fato de que a estabilização do processo de trabalho se torna tão mais problemática na medida em que a **produção unitária**/ singular dificulta a racionalização do trabalho que seria possível mediante a repetitividade do fazer operário individual e coletivo no canteiro.

Aqui o processo de produção da mercadoria assumirá formas de organização marcadas por uma incontestável variabilidade, tanto dos produtos quanto das condições específicas do trabalho e dos procedimentos técnicos adotados em cada canteiro.

Acreditamos, que a existência de **bem imóvel** assumida pelo produto da construção (civil e pública) implica do ponto de vista da produção do valor de troca, na ocorrência de certas condições específicas do trabalho e da valorização, e esta existência deve-se aliar à sua dimensão concreta enquanto valor de uso com destino ao consumo social (privado ou público). É necessário fundamentar historicamente o duplo caráter do produto-mercadoria da construção: o de bem imóvel, singular de tipo unitário, marcado pela **variabilidade das condições de sua produção.**

Quanto, a **natureza posicional e ao caráter unitário**/ singular da mercadoria da construção, o problema suscitado, parece residir na limitada possibilidade de individualização e de fixação de postos de trabalho frente ao corpo da construção, pois a qualificação coletiva dependeria tanto do sistema de máquinas/postos, quanto da interdependência e necessária coordenação dos diversos trabalhos concretos realizados por cada operário.

Assim, se a estabilização do trabalhador coletivo depende, necessita, de uma normalidade da produção (o que é pressuposto da repetividade...), no caso da construção a noção de trabalhador coletivo carece ainda de maior fundamento teórico; isto porque, a normalidade da produção fabril, o caráter cíclico do processo de trabalho industrial não se colocam, aqui da mesma forma.

B) Itinerância e Sucessividade: limites do trabalho em canteiro.

Ainda que a **sucessividade** de etapas não seja nos grandes canteiros um obstáculo à racionalização do trabalho o fato é que subsistem algumas operações que não poderiam ser realizadas senão após outras; o que certamente implicará numa reconversão das atividades a realizar e, quase que por extensão, uma reconversão das qualificações profissionais requeridas por cada uma delas. Isto não só dificulta a própria estabilização do processo de trabalho, como normalmente induz à seleção de profissionais cuja margem de polivalência no processo produtivo não pode ser desprezada.

Por sua vez, a **itinerância** das profissões da construção, ao ter como pressuposto a desmobilização da força de trabalho, por ocasião do final das obras, exige, como se sabe, que a cada nova encomenda um novo corpo produtivo de trabalhadores seja constituído e mobilizado.

Sendo assim, torna-se necessário repensar o funcionamento de um trabalhador coletivo submetido à uma permanente mobilização – desmobilização;... pois, como é sabido... "*não se deve substituir suas peças muito seguidamente, sob o risco de não permitir (ou dificultar) a necessária apropriação e controle do trabalhador coletivo sobre o processo de trabalho...*" (GRAMSCI: 1983, p. 353).

Se a utilização do trabalhador coletivo pressupõe e necessita a constituição de uma qualificação e de um saber – fazer coletivos, sua desmontagem ao final de cada canteiro coloca seguramente algumas dificuldades para a aquisição e reprodução destas qualidades coletivas, bem como de certas aptidões individuais.

Desta forma, a variabilidade dos ritmos e tempos de trabalho necessários a produção da mercadoria da construção, aliada à itinerância da profissão, fazem com que não tenha sentido falar em uma normalidade produtiva, cuja existência é definida no âmbito de uma produção homogênea onde cada novo ciclo reproduziria e aperfeiçoaria os precedentes. Caberia, portanto, rediscutir noções tais como normalidade, estabilidade e trabalhador coletivo, de forma que se possa conhecer melhor as condições pelas quais o capital captura o trabalho operário no canteiro em prol de sua exclusiva acumulação.

Havendo colocado estas observações parece interessante sugerir aqui algumas questões de reflexão sobre o assunto:

I – pode-se falar em um trabalhador coletivo quando uma certa polivalência e a ausência de postos fixos estão presentes na produção?

II – na construção, como colocar a questão do "tempo de rodagem" necessário ao domínio e à apropriação da qualificação coletiva requerida pelo processo de trabalho?

III – pode-se imaginar na indústria um trabalhador coletivo que não estaria, como na construção, jamais constituído em permanência e cuja qualidade principal fosse a mobilidade?

1 – A DIVISÃO DO TRABALHO E A CONFIGURAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO NO CANTEIRO

O setor da construção é testemunho da coexistência de diferentes estágios de divisão do trabalho: ao mesmo tempo que é inegável a presença de um estágio francamente artesanal, vemos que o desenvolvimento da produção manufatureira e mesmo industrial são partes da mesma realidade. E o que é mais importante, esses diferentes estágios de divisão do trabalho não só se repartem

diferencialmente no conjunto do setor, mas se encontram agindo simultaneamente e sincronicamente em um mesmo canteiro.

Nos canteiros de grandes obras não se trata apenas de processos artesanais, nem da clássica e rígida sucessão de tarefas da construção residencial de pequeno porte. Muito pelo contrário, trata-se aqui de uma organização produtiva bastante mais complexa fundada na simultaneidade de processos de trabalho singulares cujos estágios de divisão e de racionalização do trabalho são bastante variáveis.

Importa reter aqui, o fato de que a lógica dos pequenos canteiros, a saber: aquela "... *do intenso vai e vêm de pessoas, espasmos sem ordem aparente de instrumentos e materiais (...) e de atividades aparentemente não coordenadas...*" (GAUDEMAR: 1979, p. 181) tende a ser, nos grandes canteiros de obras públicas, superada e revolucionada.

A ordem produtiva do grande canteiro passa irrevogavelmente pela designação de postos fixos, pela funcionalização de postos, combinada à uma intervenção humana polivalente e móvel, realizando, com freqüência, a totalidade de certos segmentos do processo de trabalho.

É o que se tentará mostrar, na seqüência, mediante algumas considerações sobre:

1. a configuração material e espacial da unidade produtiva de tipo canteiro; e,
2. o trabalho industrial em uma grande obra: a produção de concretos e a produção serial de estruturas.

1) A configuração material e espacial da unidade produtiva de tipo canteiro.

De maneira geral, o canteiro de obras, pode ser definido como o sítio produtivo afetado às atividades (trabalhos/obras) de construção e/ou de organização de domínios fundiários e imobiliários.

Esta definição é, entretanto, insuficiente porque o canteiro compreende ademais os sítios destinados à transformação e produção das matérias primas e outros insumos, como o concreto, as pedras e as areias, as ferragens, as estruturas compostas.

E estes não podem funcionar evidentemente se não houver o concurso de uma logística que assegure o fornecimento de tais materiais; alguns tem proveniência distante. Outros no entanto, são disponíveis localmente com relativa abundância.

As áreas e sítios de empréstimo de solos e rochas, assim como as de madeira beneficiaram em muito o canteiro de unidade estudada no Pará.

O canteiro é integrado portanto:

A) pelo sítio de localização onde terá lugar a construção e a montagem de partes, materiais e componentes previamente preparados — o sítio de obras.

O **sítio das obras** se constitui no destino final de todas as atividades desenvolvidas sobre o conjunto dos locais e ateliers integrando o canteiro; a barragem principal, com os sistemas laterais de diques e de amarração de suas extremidades sobre os terrenos firmes das margens do futuro lago, resulta de atêrros e de assentamento de blocos rochosos sobre uma extensão prevista de 7km de comprimento; aproximadamente 1km desta "muralha" é construído por um edifício em concreto, (construido) diretamente sobre o leito do rio, com uma altura de quase 90 metros – o equivalente à 30 andares de um imóvel residencial. Neste edifício, são instaladas ou montadas as peças mais importantes como comportas, tomadas de água, condutos forçados, e os sistemas turbina – gerador, entre outros.

Todas as operações com exceção de algumas partes executadas sobre terrenos firmes à jusante do ponto de amarração da barragem, são feitas sobre terrenos inundados ou inundáveis porque fazem parte da travessia do rio, ou então sobre as laterais que serão inundadas pelas águas da represa. Em conseqüência, e segundo a exigência do traçado, as operações se desenvolvem em fossas profundas de 15 a 30m, espécies de "polders" ganhos sobre o rio através de ensecadeiras, obras que, conjuntamente, constituiam as mais importantes do canteiro.

B) Em seguida, pelo **sítio industrial** onde se encontram instalados os equipamentos de **produção industrial do concreto** e os ateliers e parques de montagens e **fabricação de estruturas** em ferro, aço, madeira. estruturas tubulares e outros.

O canteiro industrial constitui por assim dizer o nó produtivo da construção da barragem, mas também, do restante da cidade operária, que acompanha normalmente estas grandes obras.

Ele se constitui em um centro de convergência de todas as atividades de empréstimo de solos, areias, madeiras, de todo o fornecimento de outras matérias-primas e componentes que devem ser transformados in-loco e, ulteriormente, acoplados ou incorporados ao corpo de construção.

De certa forma o sítio industrial do canteiro acaba funcionando enquanto polo estruturante do processo de trabalho global; ele recebe insumos, transforma-os, para em seguida redistribuí-los seja às obras da barragem e de central, seja às obras das vilas residenciais.

Aqui se situam as linhas dorsais – o nó produtivo – do processo de trabalho no canteiro, objeto de análise ulterior deste documento.

C) Pelas áreas e **sítios de empréstimo** de recursos naturais locais como solos, areias, seixos e vários calcáreos, além de diversas espécies florestais com múltiplas aplicações.

Muitas variedades de solos são explorados em pedreiras, mas também em galerias sub-aquáticas mediante assentamento de diques (ensecadeiras) sobre o largo ou o fundo do rio. As plataformas de dragagem também são amplamente utilizadas, dada a necessidade de movimentos no leito do rio.

Seu outro segmento produtivo é o florestal, compósto por inúmeras reservas e áreas de exploração de madeiras em boa parte condenada à serem abatidas, queimadas ou submersas pelas águas.

Estas áreas foram abertas à livre iniciativa de sub-empreiteiros, na ocasião de encomendas de certas madeiras, onde os custos eram reduzidos aos equipamentos e salários sem nenhum tipo de imposição fiscal sobre o abate. Tal como tantas outras, estas reservas foram exploradas em grande parte sob o estatuto de "florestas de rendimento" de propriedade da ELETRONORTE.

A questão das áreas de abate florestal – e das formas como atuaram o governo, o IBDF, a ELETRONORTE, além da CAPEMI e do LazardFreres –, foi amplamente divulgada com o caso de falência e do escândalo financeiro da madeira do lago de Tucuruí.

D) E, finalmente, o canteiro é ainda integrado por um complexo sistema de **suportes de fluxos** constituído por sítios combinados de transporte/estocagem e por rêdes hidráulicas, mecânicas ou elétricas que assegurem o abastecimento de diversos maquinismos e particularmente das obras principais.

Conta-se aí com sistemas de ramificações e ligações a longa distância, assim como com os auto-transportadores como as esteiras rolantes, e as pontes-rolantes que ligam a obra diretamente ao canteiro industrial.

Na construção, são tais equipamentos que, em geral, respondem tanto à necessidade de uma certa fluidez do processo de trabalho, quanto à necessidade de impor um ritmo coletivo de trabalho às equipes encarregadas respectivamente de seu carregamento, do assentamento e da montagem/acoplagem dos materiais, partes e componentes.

A esse propósito, Campinos–Dubernet se exprimia assim, por ocasião de um colóquio sobre os limites e tendências da racionalização do trabalho na Construção Civil: *"O primeiro domínio de intervenção concerne geralmente a escolha dos meios técnicos (formas, gruas, etc) e da instalação do canteiro... O ponto central da prescrição do trabalho e de planejamento das obras que virá se apor é aquele do funcionamento das gruas, atividade que encabeça os ciclos (produtivos). É de seu ritmo de utilização que dependerá o desenrolar de uma parte do trabalho... através do plano de carga da grua se opera simultaneamente um corte especial (área da grua) e temporal (plano de rotação"*. (CAMPINOS – DUBERNET: 1983).

A busca de fluidez é neste contexto também uma questão de eliminação dos tempos mortos pela criação de um ritmo coletivo de trabalho sobre o canteiro. De acordo com o caso, qualquer desarranjo podendo por em causa a condução das obras, o bom funcionamento de todo o instrumental de trabalho – além da frota de equipamentos pesados – exige forçosamente um setor bastante organizado para a reparação e a manutenção mecânica...

Da mesma forma as vias, os terminais de cargas, as frotas de veículos exigem permanentemente, do ponto de vista sobretudo das difíceis condições

de sua utilização, um importante contingente em pessoal e em meios materiais para a sustentação das condições operacionais deste capital fixo de importância vital para a acumulação no setor da construção.

2) O trabalho industrial dentro de uma grande obra

Ainda que espacialmente fragmentado existe, efetivamente, um ato produtivo prioritário que se desenrola sobre o canteiro: este ato produtivo não poderia ser levado à termo, senão pelo ato construtivo de acoplagem e montagem que reagrupa e unifica os demais atos produtivos que o precederam e o prepararam.

A construção da central, com sua tecnologia construtiva e com suas necessidades industriais, não poderia se reduzir a uma longa e diversificada série de montagens e acoplagens:

- os materiais podem se apresentar já tratados ou transformados, entretanto, só se tornam partes úteis do corpo construtivo após terem sido previamente misturados, moldados, compostos, recortados...;
- as partes e componentes, sejam importados, sejam fabricados in-loco, encontram então sua destinação, imediata dentro da montagem interna, externa ou acoplado aos edifícios.

O desenrolar cotidiano do processo de trabalho sendo comandado pelo capital exige a presença e a capacidade operacional dos instrumentos e dos insumos da produção, da mesma forma que a força de trabalho devidamente enquadrada e em possessão dos requisitos disciplinares do trabalho.

Como em não importa qualquer outra indústria, diriam..., mas, o desenrolar do processo de trabalho apresenta aqui certas especificidades. Frise-se desde logo que não se trata, nas grandes obras, nem de procedimentos artesanais, nem da clássica e rígida sucessão de tarefas que domina historicamente o ofício da construção; trata-se, sim, de uma organização produtiva bastante complexa, fundada na simultaneidade de processos de trabalho singulares, heterogêneos entre si.

Sobre o sítio das obras, encontra-se um tipo de funcionamento sincrônico de atividades singulares que incluem: – processos típicos da exploração mineral (a céu aberto ou sub-aquática...) e florestal; processos industriais contínuos (fabricação in-loco do concreto...), além das atividades de construção e montagem em série: estruturas, formas, ferragens etc.

É esta diversidade de processos de trabalho, organizados em torno de um processo de trabalho central, que fundamenta a complexidade do trabalho no canteiro de construção.

São apresentados a seguir, de modo resumido, os três princípios de organização do trabalho presentes num canteiro de grande obra, os quais, segundo observações empíricas, agem tanto separadamente quanto de forma combinada:

– o princípio da **variabilidade** quando as atividades a realizar são geralmente únicas (por exemplo, na produção unitária de tipo artesanal...) e onde

os tempos de execução não são mecanicamente definidos e cujas condições de produção podem mudar a cada novo ciclo;

– o princípio da **invariabilidade** que é aplicado em produções repetitivas, seriada, os ritmos são definidos de forma exterior ao operário mediante imposição de uma cadência de trabalho definida mecanicamente e onde o sistema de postos é fixo e rigidamente hierarquizado;

– enfim, o princípio de **automação** empregado no caso de materiais granulares e fluidos e no caso de transformações físico-químicas, de forma que o volume e o ritmo de produção dependem essencialmente do sistema de máquinas (automatismos) e o trabalho operário é limitado à intervenções pontuais quando da ocorrência de desarranjos ou problemas com o fluxo do processo produtivo.

Para os dois primeiros princípios, trata-se de processos de trabalho onde o *"ritmo de trabalho humano regula o ritmo da produção"* (CORIAT: 1980, p. 41-76), sabendo-se que no primeiro (aquele da variabilidade), o operário seria teoricamente o mestre de seu ritmo de trabalho enquanto que na produção em série de partes e componentes de construção, o ritmo de trabalho seria imposto pelo sistema de máquinas ou as linhas de produção. É o caso por exemplo da pré-fabricação de painéis e outros elementos em concreto, ou ainda na fabricação de elementos em madeira.

O terceiro princípio, demarcando-se dos precedentes, guia as atividades de fabricação do concreto, cuja produção fluída é completamente automatizada; o volume e os ritmos de produção não dependem do trabalho humano. Aqui resta aos operários observar e vigiar os painéis de controle, coordenar a entrega do produto pronto para emprego/uso; acompanhar o funcionamento do conjunto lavagem-britagem-central de concreto-refrigeração, e, evidentemente, intervir imediatamente em caso de pane.

O grande porte das infra-estruturas públicas e industriais e os longos prazos para sua realização exigem um grau bastante elevado de racionalização do trabalho sobre o canteiro; para atingí-lo, os promotores e empresários de obras engajam esforços materiais e financeiros, consideráveis em vista de assegurar um certo nível de produtividade ao trabalho, a fim de evitar ou minimizar as ocorrências aleatórias inerentes as obras de **construção**: todo atraso ocasional nos prazos contratados introduz geralmente um aumento significativo dos custos com conseqüências bastante pesadas tanto para os construtores, quanto para os credores.

O que implica, portanto, que o desenrolar do processo de trabalho, dentro de certos segmentos das obras, deva obedecer à uma série de prescrições estabelecidas pelos escritórios de projetos e de métodos; além de um certo grau de mecanização e de automação. A utilização da informática e dos controles eletrônicos, tem sido cada vez mais freqüente nos grandes canteiros como o de Tucuruí.

No entanto, é importante salientar que em certas atividades – tais como a extração de pedras, britas, como o assentamento de partes, materiais e

componentes, como a montagem e a instalação de equipamentos eletro-mecânicos, ou outros... –, continua duvidoso e bastante improvável que um ordenamento estrito das operações e dos tempos de trabalho a realizar possa ser seguido a letra. Pesquisas recentes indicam que o trabalho permanece variável e não integralmente controlado e submetido, e isto apesar das prescrições e instruções do escritório de projetos, e, apesar da mecanização e da automação de certas instalações ou de certas operações da construção de um grande equipamento.

Tendo em conta a diversidade de processos de trabalho que contribuem para o avanço das obras, são analisados à seguir, aqueles onde um sistema de postos fixos tende à ser implantado com o caráter de tomar-se um polo estruturante do processo de trabalho global sobre o canteiro de construção.

A) A fabricação de concretos, um segmento-chave do processo de trabalho.

B) A produção em série de estruturas e componentes.

A) O segmento-chave do processo de trabalho: a fabricação e o assentamento do concreto.

A utilização em grande escala de concreto na construção principal, e em outras obras complementares, conduziu a Camargo Correa à instalar um conjunto de nove grandes equipamentos fixos industriais: 4 centrais de concretagem, 3 centrais de britagem montadas sobre terrenos contíguos e interligados entre si por importantes suportes de fluxos energéticos e de materiais.

A fabricação do concreto é dimensionada, segundo os dados recolhidos sobre o terreno, para uma vazão de 1.000m^3 por hora. O que significa por exemplo, que se as 4 torres de malaxagem do concreto podem funcionar sem interrupçcao durante um mês, 24 horas sobre 24, aproximadamente 2 a 3 milhões de toneladas de concreto são fabricadas.

A parte utilizada na construção principal é entregue à uma temperatura de 12ºC (aquela do ambiente varia entre 20º e 30º na sombra); o concreto é transportado dentro de vagões, sobre tratores ou suspensos pela ponte rolante – o conjunto circulando sobre o eixo da barragem. Nossos interlocutores sobre o terreno insistiram sobre a importância das qualificações e dos conselhos de responsabilidades para a operação e a manutenção desses equipamentos, concebidos para funcionar 24 horas sobre 24.

Trata-se, portanto, de uma unidade produtiva de tipo contínuo, realizando uma transformação físico-química para chegar à produção do concreto.

O regime de trabalho visto pelo indicador da duração das jornadas, vem completar este contexto: apesar da generalização das jornadas de 2 x 12 horas para todas as atividades produtivas no sentido estrito do termo, encontra-se aqui o regime de 3 x 8 h. O que pressupõe uma produção ininterrupta apesar da troca de turnos...

Quanto a afetação e às funções à executar, os trabalhadores do concreto

se ocupam sobretudo de acionar ou paralizar os equipamentos; de fiscalizar e observar os painéis de controle; e, em caso de pane, intervir ou fazer com que outros especialistas intervenham.

O sistema de postos estando bem definido, não existe intercâmbio de postos ou ocupações, cada um devendo seguir as ordenanças e prescrições previstas pela direção do serviço. Em efeito o papel destes empregados é de observar os automatismos se segundo o caso, fornecer-lhes os meios necessários para readaptar a produção às prescrições e conselhos técnicos dos laboratórios de análise e controle de qualidade do concreto.

No entanto, se se considera o fornecimento na entrada do sistema de britagem o processo de trabalho parece estar submetido ao princípio da "variabilidade" onde o ritmo do trabalho humano seria determinantes do volume de produção ao cabo de cada hora. Note-se que aqui uma parte dos profissionais opera com equipamentos pesados, trabalhando sobretudo na condução de engenhos móveis; ou sobre sistemas fixos e de transportes de fluxos destinados a alimentar o sistema integrado britadores – peneiras. Em todo caso, essas operações se desenrolam com a ajuda de uma frota de veículos e engenhos em número de 250 unidades o que correspondia em março de 79, à mais da metade do parque de engenhos/equipamentos que a C. Correa utilizava sobre seus diferentes canteiros no país.

----oOo----

Considerem agora as atividades a jusante da central de concretagem, onde o processo de trabalho concerne, de um lado, o assentamento do produto na obra, e de outro sua utilização na pré-fabricação de estruturas e painéis modulados utilizados em outros imóveis dentro do canteiro. Evidentemente a parte mais importante desta produção é destinada a peças e partes centrais da barragem e da central, da mesma forma que a seus acessórios ou edificações anexas. Um parque de mais de vinte engenhos de grande capacidade, do gênero gruas, pontes rolantes, pórticos... deve ser posto em operação, mantido, conduzido e observado a fim de assegurar a montagem ao final da produção no leito do rio.

Alguns destes equipamentos são dotados de controle e dispositivos de sujeição recorrendo geralmente à hidráulica mas também à eletrônica. Seus operadores ocupam portanto postos fixos, chegando a ser verdadeiros especialistas (operários qualificados ou altamente qualificados), à quem cabe assegurar um ritmo coletivo ao trabalho das equipes que executam tanto o carregamento, quanto o assentamento dos materiais na obra.

No entanto, insista-se bem, o ritmo de trabalho depende, aqui, daquele que controla estes equipamentos, donde a autonomia, anteriormente, mencionada.

Ainda que, altamente mecanizado e automatizado, no conjunto deste segmento produtivo subsiste como necessária, e relativamente incompressível, a intervenção humana individual e profissional, dificilmente substituível.

E isto porque, atividades como por exemplo a colocação, o assentamento, às vezes, a acomplagem de grandes partes da construção pedem a presença final e a destreza do operador independentemente dos conselhos técnicos da chefia de obras ou dos escritórios de consultoria técnica. É necessária a intervenção humana instantânea e experiente dos operadores-barrageiros.

Seria pertinente dizer portanto que em certos casos uma certa margem de autonomia seja ainda preservada ou conferida a tais categorias profissionais participando diretamente das atividades de assentamento e de transporte.

Neste segmento-chave do trabalho no canteiro, seria pertinente falar-se em um trabalhador coletivo estruturado e mantido em conformidade com as exigências do processo produtivo. Mais apropriado, ainda, seria falar-se em **nó produtivo** do coletivo operário das obras... talvez mesmo, da firma Camargo Correa: uma força de trabalho de 1200 trabalhadores ou mais, altamente qualificada, composta de agentes de controle e quadros técnicos afetos à um segmento de trabalho que exige estabilidade e qualificações, e cujo interesse das empresas, em mantê-las e reproduzí-las, é inegável.

Muito provavelmente tais trabalhadores mantêm uma relação particular com a C. Correa, já que seu conhecimento sobre a produção não seria de forma alguma substituível de imediato, e já que a parte mais cara, e mais produtiva do equipamento de trabalho está sob sua responsabilidade.

Como será visto a seguir, este mesmo estatuto estável e profissional aparece como sendo o "privilégio" também de uma perto dos trabalhadores afetos ao segmento de produção de estruturas e partes da construção.

B) O segmento de elementos estruturais, o trabalho em série e a disciplina de trabalho dos construtores...

De modo análogo ao anterior, o produto deste segmento produtivo se destina também às obras principais da barragem e da central elétrica; um outro destino para tais produtos, são ainda, as obras da vila residencial. E isto, não somente para a pré-fabricação e a modelagem de peças em concreto armado ou protendido, mas também para os trabalhos em aço (ferros, formas, perfis, estruturas), em alumínio (hangars, telhados...) e em madeira (forros, módulos, janelas, portas...).

Implantado sobre o sítio industrial do canteiro, o segmento de estruturas e componentes é integrado por cinco unidades industriais de montagem, organizadas segundo diferentes ateliers e linhas de produção seriada. Tais unidades de trabalho são as seguintes:

- um atelier de montagem eletromecânica;
- um atelier de tubulações e canalizações;
- alguns hangars para duas linhas de produção de ferragens, acompanhadas de um pátio de montagem para as tramas estruturais;
- um atelier de montagem de formas metálicas, e
- enfim, um atelier de carpintaria.

Todas estas linhas de produção são distribuídas, de forma apropriada,

ao longo do segmento de produção de concreto, e mais precisamente em seu entorno.

Note-se no entanto, uma importante particularidade da divisão do trabalho neste segmento produtivo, onde o trabalho se realiza mediante: ora o trabalho de equipes móveis, de dimensões gigantescas que são encarregadas de seguir um verdadeiro programa de produção e instalação (serial...) de peças e estruturas simples ou compostas; ora, parcelariamente, ao longo de uma linha de produção encarregada da mensuração, do corte, das dobras e soldas de peças metálicas (ferros p/concreto, sobretudo...) e, de elementos em madeira (para formas, portas etc).

Chega-se, assim, ao que sucede atualmente com o conjunto do setor da construção; uma visão fragmentária, mas ainda assim uma expressão concreta do movimento de transformação do trabalho na Indústria de Construção:

- de um lado permanecem as equipes de trabalho estruturadas em torno de certas profissões tradicionais (como a dos serralheiros, carpinteiros, forjadores e ofícios próximos...) posto que o andamento do processo de trabalho destas depende no que diz respeito ao saber produtivo e a experiência, acumulados com o passar dos anos); e,
- de outro, estes mesmos (e outros) ofícios sofrem um processo de (destruição – transformação) Reconstituição que passa inevitavelmente por sua divisão e parcelização internas além de subordinar-se hierarquicamente ao controle capitalista do processo de trabalho.

Ao contrário dos pequenos e médios canteiros de construção, o processo de trabalho não se define mais por sua origem sucessiva no tempo, ou sempre em torno do objeto construído. Aqui, ao contrário, as operações se desenrolam simultaneamente e seus diferentes produtos serão montados, acoplados em diferentes locais do canteiro.

A divisão do trabalho em uma grande obra difere, nestas condições, tanto da produção fabril quanto daquela na construção civl. Enquanto na fábrica os trabalhadores parcelários executam simultaneamente (as) frações de um trabalho global sob um mesmo espaço e coordenados por um sistema de máquinas; entre estes grandes ateliers de ferro, aço, madeira... a divisão do trabalho é também espacial. Era se estabele sob a forma do confinamento de oficiais de metiers os mais tradicionais da construção. O que também não acontece nos canteiros de obras residenciais de pequeno porte.

Em Tucuruí, viu-se muitas equipes móveis de serralheiros, de carpinteiros, de bombeiros e de outros corpos de métier; outros realizavam no máximo uma ou duas dezenas de operações de seu ofício tradicional: alguns medem, outros cortam, outros dobram... poucos, mesmo, circulam e controlam o trabalho daquelas centenas de construtores utilizados em tarefas simples e banalizadas, e empregados na condição de ajudantes ou serventes.

Subsistem e convivem, portanto, diferentes lógicas produtivas e de reprodução do saber no interior de um único canteiro de obra pública. Parece ser esta a conclusão a que outros autores tem também chegado em suas pesquisas:

> *"A organização do trabalho baseada na sucessão de métiers subsiste efetivamente sobre os canteiros no que diz respeito à construção..." mas "... as obras pública apresentam uma estrutura bastante diferente: as tarefas dos operários ainda que permaneçam diversificadas, parecem em todo caso menos complexas, menos qualificadas... O trabalho tende a ser repartido de tal forma que o métier (o ofício) se encontra dividido em tarefas parcelizadas que podem ser realizadas por um operário especializado. As diversas atividades organizadas em torno de um métier são progressivamente decompostas com uma intensificação global do trabalho e a aparição de um ritmo coletivo e regular para a produção".* TANTY: 1979, p. 58).

O que será visto a seguir, de forma breve, para que se possa fundamentar as condições concretas que dificultam a estruturação de um trabalhador coletivo e de uma normalidade produtiva no setor de construção e de obras públicas.

II – FORMAS DE GESTÃO DE MÃO DE OBRA E DIFERENCIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO DO SALARIATO DO CANTEIRO

A busca de uma estabilidade e do controle de uma produção por princípio "variável", corresponderá a adoção de diferentes formas de socialização do trabalho nos grandes canteiros: a reunificação dos trabalhos individuais, operada pelo capital no sentido de se apropriar a potência social do trabalho, se realiza aqui segundo um duplo processo.

a) pela constituição de um trabalhador coletivo no qual os trabalhos parcelários concretos se fundam para resultar em alguma outra coisa que é superior à sua simples soma;

b) pela formação de diversas equipes de trabalho assimiláveis ao funcionamento da manufatura simples, onde os ofícios ainda subsistem e o trabalho complexo das diversas profissões não foi ainda decomposto, empobrecido, desqualificado ou simplesmente banalizado.

Parece que é a própria dimensão social do trabalho, que está em jogo: verifica-se que o trabalho social na construção encontra dificuldades de se estabilizar, implicando que a estabilidade e a normalidade sejam no melhor dos casos, restritas a certos segmentos do processo de trabalho.

Assim, se por um lado é do aporte tecnológico e da mecanização (às vezes da automatização...) de certos segmentos estratégicos do processo de trabalho, que dependeria a coordenação do trabalho de cada operário isolado

(resultando daí o ritmo coletivo...); por outro, pode-se constatar que a estabilização do processo de trabalho, depende mais de condições externas a produção imediata do que da utilização de uma tecnologia sofisticada em cada obra considerada.

Frente a tais limitações impostas a normalização da produção, as empresas responsáveis pela obra, têm tentado obter uma relativa estabilidade da mão-de-obra segundo uma gestão diferenciada do regime de empregos, e, através desta, do valor de reprodução da força de trabalho do setor.

– a primeira delas: fixando uma parcela restrita da força de trabalho, integrada por trabalhadores qualificados e altamente qualificados onde a estabilização caminha de par com uma larga margem de autonomia de decisão e de intervenção da qual beneficiam tais profissionais no processo produtivo. Incluem-se ainda aqui, nesta categoria, todos aqueles que de uma forma ou de outra não seriam facilmente substituídos de imediato pelas firmas do canteiro. Mas também encontram-se aqui agrupados aqueles profissionais cuja margem de polivalência é um elemento requerido e valorizado pela empresa;

– a outra: tentando controlar e ajustar o volume de mão-de-obra com base em uma permanente instabilidade e mobilidade do trabalho. Para isso duas formas institucionais são utilizadas:

- a contratação de sub-empreiteiras de trechos e de serviços, e,
- a assinatura de contratos de curta e limitada duração, mantendo assim uma alta rotatividade da mão de obra cuja qualificação e afetação não são definidos pelo empregador. O que é interessante notar aqui, é que a mobilidade e a rotatividade da mão-de-obra só se tornam possíveis e suportáveis para o capital empregador, porque o grau de banalização destas atividades por ser bastante acentuado, requer uma força de trabalho pouco "qualificada".

1) Repartição de Riscos e Regimes de Emprego na Construção.

Partindo da observação das condições concretas que regulam o emprego em Tucuruí, pode-se constatar, do ponto de vista patronal diferentes estratégias de mobilização e de gestão da força de trabalho do canteiro.

No limite, tais práticas patronais resultam de uma única conjunção de fatores: as estratégias e as imposições próprias da profissão em Obras Públicas, e as estratégias das firmas para a gestão do trabalho vivo, base da valorização do capital. Estes fatores próprios da ordem produtiva não são independentes; muito pelo contrário, eles se conjugam em um só movimento.

Ao invés do que se passa habitualmente nos outros ramos da transformação industrial, o ramo de Obras Públicas pressupõe uma divisão do trabalho que é antes de tudo uma divisão de riscos e competências entre firmas (e não somente entre trabalhadores parcelários...).

O esquema de agenciamento das obras é bastante claro no que toca a questão: uma tríade básica, integrada pela instituição promotora da obra (e

...tura gestora do equipamento...), pela empresa de administração geral do canteiro de obras e pela(s) empresa(s) de construção detentora(s) do direito adjudicatório daquele conjunto de obras necessárias.

Esta estrutura exige uma lógica particular de valorização dos capitais no setor, onde três tipos de capital devem se combinar no processo de produção imediato:

- a instituição representando o capital promotor das obras, geralmente estatal ou para-pública (coletividades, p. ex.);
- a empresa de administração geral, as vezes confundida com a associação do(s) escritório(s) de estudos com a empresa construtora, devendo controlar o desenvolvimento das atividades em pauta segundo projeto, especificações e cronograma (iniciais) e,
- a empresa de construção que obteve a adjudicação das operações territoriais e das obras civis solicitadas pelo promotor.

À exceção do segundo caso, os demais tipos aceitam uma partilha interna dos contratos em horas de trabalho bem como dos riscos financeiros do empreendimento. Assim no 1º caso figuram juntamente com a ELETRONORTE, o Banco do Brasil, o BNH, o BNDE, além das casas financeiras internacionais como o Credit Commercial de France – CFF, o BIFEN, e a Manufacturers Hannover (de Londres). Enquanto que no último, um número bastante superior de empresas testemunham a pulverização do "trabalho" no canteiro entre algumas dezenas de pequenas e médias empreiteiras.

Significa portanto que a empresa adjudicatória das obras pode – e geralmente ela o faz – dividir ou sub-contratar suas responsabilidades com outras firmas; é aí exatamente onde tomam forma as práticas de colaboração entre empresas mediante associação ou sub-contratação entre a empresa chefe e as demais empreiteiras.

Em Tucuruí, o único titular das obras é a C. Correa, o princípio da associação estando ausente neste caso; o regime da sub-contratação em vigor, ainda que baseado na cessão à uma ou mais firmas de uma parte das obras, não subtrai a firma titular de seu controle e poder de decisão sobre todos os repasses de tarefas.

Dois tipos de motivação estão na raiz de tais práticas, tão familiares na construção e obras públicas:

- Motivações técnicas: redução de riscos técnicos e materiais, continuidade e simultaneidade das obras (e particularmente nos casos em que a firma titular se encontra impedida...), além de uma adequada repartição da carga de trabalho contratado em razão da melhor capacitação técnica de cada empresa.
- motivações financeiras: redução dos custos e do preço final da obra (mediante esquemas de empréstimos à longuíssimos prazos...), maior capacidade de auto-financiamento pela aglutinação de capitais permitindo a própria obtenção do "mercado" aberto pela obra,

e obviamente pela repartição dos riscos financeiros e dos encargos sociais do trabalho.

Dentre os demais atributos da sub-contratação os que mais pareceram pesar, foram:

- a necessidade de enxugar porosidades do processo de trabalho global, pela reconversão periódica da mão de obra de uma atividade à outras; e
- principalmente, a necessidade de assegurar o ajustamento do volume da força de trabalho empregada às exigências e ritmos da produção. Isto é, com a finalidade de assegurar o ajustamento e a flexibilidade da força de trabalho, de um ponto de vista tamto quantitativo – volume de efetivos segundo o ritmo de atividades; redução das taxas/encargos sociais do trabalho; quanto qualitativo, como é o caso da necessidade de reconversão profissional e de qualificações, frente aos limites de polivalência da força de trabalho.

Assim das quase quatro dezenas (40) firmas presentes no canteiro apenas oito delas preencheram a primeira condição com clareza. Foram elas: a Rhodia; a Barefame e a Citreq (leasing de equipamentos e frotas); a Engetel (instaladora e gestora do sistema de comunicações internas); a SONDOTÉCNICA e a BASEVI (topografia, geologia e demarcações de grandes superfícies); e enfim a BELAUTO (locadora de veículos) e a EMBRACOL (Serviços de limpeza e ajardinamento).

Fora estas, as demais firmas presentes, enquadraram-se no regime de sub-contratação de etapas ou simplesmente de mão-de-obra: elas empregavam perto de uma terça parte dos efetivos totais (excluindo a C. Correa) com dimensões, perfil sócio-profissional e regimes de trabalho muito diferenciados. A exceção daquelas verdadeiramente especializadas – como a COIMA, a MADEZATTI e a INCOBAL – a maior parte é chamada a preencher o papel de intermediário entre a C. CORREA e a mão-de-obra intercambiável trabalhando no canteiro. Em 1979, em torno de 90% da mão de obra do canteiro, estava afeta à C. Correa e demais sub-empreiteiras de construção.

A pesquisa de campo colocou em evidência alguns aspectos que caracterizam a gestão da força de trabalho por estas firmas: contratos à curta duração permitindo reduzir os avanços de capital tais como férias e repouso remunerados, 13º salário e em certos casos os assalariados não têm suas carteiras de trabalho devidamente preenchidas o que permite aos empregadores de se liberar das cotizações da previdência social e aposentadoria, além das versações do imposto sindical previsto por lei. Tanto é assim que em momentos críticos de oscilação do calendário, são estas firmas, as primeiras, à licenciar e desmobilizar a mão-de-obra; é esta parte do salariato de canteiro que acaba por assumir o ônus financeiro resultante dos rearranjos técnicos ou econômicos do percurso.

Assim a maior parte destas empresas tem uma existência bastante curta,

constituindo-se e dissolvendo-se segundo o ritmo dos contratos; outras, nem chegam a se constituir juridicamente em uma firma, funcionando mesmo como um empreiteiro de mão de obra. Nestas condições, o regime de sub-empreitada não é senão um instrumento para diminuir os encargos e custos sociais do trabalho e isto em benefício das três firmas que comandam o canteiro.

É principalmente do ponto de vista da mão-de-obra que suas conseqüências se fazem sentir mais drasticamente já que além da instabilidade do trabalho, trata-se também de um processo de precarização do emprego que não é passageiro, e sim estrutural neste setor da economia.

Esta precariedade do emprego designa – além da simples instabilidade – as condições particulares pelas quais a força de trabalho se reproduz; vale reter, entre outras manifestações:

- a ausência de convenções coletivas nas negociações salariais e de outras condições de trabalho;
- ausência ou limitação das vantagens sociais, tais como direito à formação, indenizações, e aposentadorias, além da saúde.

2) Regime de Emprego e Diferenciação das Condições de Reprodução da Força de Trabalho da construção.

Desta forma, além de um mero dualismo do mercado de trabalho, a subcontratação aponta para um movimento de fracionamento do salariato do canteiro:

- de uma parte, os trabalhadores vêm o estatuto de seu emprego precarizado, já que eles são privados de certas conquistas do salariato nacional, tais como os encargos sociais dos quais beneficia somente a parte em situação estável e regular;
- de outra parte, o trabalhador se vê deslocado frente ao coletivo de trabalho da firma adjudicadora posto que existe uma dissociação entre o trabalho que ele efetivamente realiza ou exerce, e sua pertinência jurídica à este mesmo coletivo.

Portanto, à despeito de qualquer diferença que se possa estabelecer entre as numerosas empreteiras, permanece, ainda assim, um aspecto que lhes unifica: do ponto de vista da mobilidade da mão de obra, as possibilidades de progressão funcional bem como a reprodução dos saberes produtivos (individual e coletivo) ficam bloqueados ou senão reduzidos para a ampla maioria de trabalhadores.

O regime de sub-contratação, o trabalho fora do estatuto e o trabalho clandestino parecem constituir na construção Civil e Obras Públicas um potente obstáculo para a reprodução das qualificações e do saber-fazer coletivos necessários ao processo de trabalho dirigido pelo capital. Há quem diga que o aprendizado de um ofício no canteiro só é possível em obras residenciais de tipo individual.

Assim, a sub-contratação de firmas na construção, percebida pelo capital, aparece como elo da divisão de riscos e competências entre firmas; enquanto que para o trabalhador, o regime de sub-empreitada aparece como fonte de diferenciação e fracionamento social, que se origina no processo de trabalho e vai repercutir sobre as condições de reprodução do valor e das qualidades de sua força de trabalho.

No plano concreto as diferentes formas de gestão da força de trabalho se manifestam sobre o cotidiano operário no canteiro de forma a promover uma adequação e uma adaptação do modo de vida às exigências do processo produtivo: quer dizer, a necessidade de "estabilização" passa no caso do canteiro pela preparação dos trabalhadores externamente a produção, procedendo-se assim à uma espécie de compatibilização da inserção sócio-profissional, hierarquia de postos, com as condições de reprodução.

Esta adequação das práticas de reprodução e de produção, apesar de ter um mesmo sentido, atinge a mão-de-obra de forma diferente segundo a sua importância para o empregador:

- constatou-se que em parte se procedia a fixação de uma mão-de-bra portadora de qualidades essenciais, as quais convém a empresa a sua renovação e reprodução;
- enquanto que aqueles trabalhadores cuja origem rural, ou a pouca experiência do trabalho industrial, requer o aprendizado de certas normas disciplinares de base, tais como: pontualidade, assiduidade, hábitos regulares, etc. a adequação do modo de vida se destinará à assegurar materialmente e coletivamente a aquisição destas qualificações gerais requeridas pelo processo de trabalho tendo em vista o seu bom funcionamento.

Face a tais exigências de estabilização da mão de obra, que como vimos varia com o seu estatuto frente à empresa, a gestão das condições materiais de reprodução pelo empregador não poderia ser senão a expressão da diferenciação e do fracionamento do salariato do canteiro:

- apenas 16% dos assalariados da obra compõem o nó produtivo dos trabalhadores, beneficiando de um quadro de vida baseado no regrupamento da vida familiar e de todos os serviços comunitários necessários a sua reprodução; os quarteirões residenciais refletem por sua vez a inserção profissional e hierárquica de seus habitantes no processo de trabalho;
- outros 29% são fixados na qualidade de homens solteiros, não tendo portanto reconhecidas pelas empresas as suas necessidades de reprodução familiar; ao contrário, pôde-se constatar que as condições de reprodução oferecidas à estes trabalhadores assumem formas coletivas de consumo e de gestão dos tempos de repouso e de reconstituição visando, além de reduzir ao máximo os salários, assegurar a aquisição de certas práticas de produção; e além disso...

articular os turnos das diversas equipes; combater o absenteísmo; superar ou ao menos controlar de perto as paralizações da produção; e ainda, aumentar as jornadas de trabalho como mecanismo extensivo de extrair trabalho não pago;

- e enfim, os 55% restantes que não obtiveram um estatuto salarial, frente às empresas que permitisse sua instalação na vila do canteiro, devem ser estabilizados através do fornecimento de transporte entre a cidade mais próxima e o canteiro; indicando que a direção das obras tenta,na verdade, estabilizar uma certa bacia de mão de obra nas imediações do sítio de trabalho. Neste caso, a estabilização desta bacia de mão-de-obra torna-se conveniente na medida mesmo em que a população trabalhadora é portadora dos requisitos necessários ao funcionamento do processo de trabalho cujo grau de banalização de certos segmentos produtivos não exige mais uma força de trabalho complexa.

CONCLUINDO

A busca de um ritmo coletivo é como se viu, parte dos esforços de racionalização do trabalho empreendidos pelas empresas; neste caso, a fixação de certos postos (por exemplo, operação de gruas, pontes rolantes, guindastes,...) ou mesmo a generalização de verdadeiras linhas de produção seriada de elementos estruturais e de partes da construção, implantadas no próprio sítio do canteiro, buscam reduzir os tempos mortos mediante a interconexão dos segmentos parcelários de uma ou várias operações.

Assim como estes, outros expedientes são utilizados pelas empresas no sentido de submeter o processo de trabalho às exigências da valorização do capital, por exemplo:

- o aperfeiçoamento da divisão entre tarefas de concepção e de produção;
- a padronização de partes, elementos e componentes da construção, através da industrialização à montante do canteiro;
- a verticalização da produção de materiais, matérias primas e de componentes no âmbito do próprio canteiro; e
- ainda, a sub-contratação de serviços realizados por empresas de construção e outras, os quais – seja pela especialização ou seja pela simples intermediação entre a mão de obra e a direção da obra – têm o sentido no geral enxugar porosidades dos tempos de operação, bem como de permitir o ajustamento do volume de avanços do capital em termos de salário e de encargos sociais do trabalho.

Depreendeu-se também daí que a tentativa de estabilizar o processo de trabalho implica a segmentação e a parcelização das atividades, recriando sob diversas configurações materiais e jurídicas, do processo produtivo, uma

normalidade parcial do trabalho à executar; trata-se, em todo caso, de uma normalidade restrita a certos segmentos do processo de trabalho, onde a atividade humana mediatisada pelo sistema de máquinas aceitaria ser decomposta em atos repetitivos ou automatizados...

Desta forma, se podemos constatar que:... *"as diversas atividades organizadas em torno do ofício são progressivamente decompostas (...) aparecendo um ritmo coletivo e regular para a produção..."* (TANTY: 1979)

De outro lado, forçosamente teremos que reconhecer que permanece uma certa margem de autonomia dos produtores diretos – a qual pode, aliás, ser tanto preservada como concedida –, mas que permanece nada menos como necessária à condução do processo de trabalho, o qual deverá ser adaptado às condições concretas de "variabilidade" e de diversidade que se recolocam à cada nova encomenda, em cada novo canteiro...

O movimento é uma síntese, do processo de interiorização e subordinação das práticas de reprodução da força de trabalho, segundo as necessidades de valorização do capital.

Isto, segundo uma estratégia de diferenciação do salariato que exacerba a defasagem crescente entre o valor de reprodução e o valor de reposição da força de trabalho. Mas, o que põe em prática, também, uma variedade de mecanismos de gestão do valor da força de trabalho, onde o nível e a forma do salário se combinam diferencialmente à uma forte ação disciplinadora das firmas.

Deste ponto de vista, as estratégias patronais de gestão da força de trabalho podem ser qualificadas de fordistas, de forma que aliadas à fixação de certos postos de trabalho, terão o sentido de "normalizar e estabilizar" o processo de trabalho, mediante também a captura e subordinação do modo de vida operário.

---

1 - Com exceção das seis obras citadas, tôdas as demais informações foram extraídas da pesquisa de doutorado: TUDE DE SOUZA, Angela M. – **Salarisation et modes de Socialisation: Recherche sur la mise au travail, les pratiques de reproduction et le mouvement social dans les cités ouvières dans le Nord du Brésil.** Paris: UER – d'Economie Politique/Paris VIII, out. 1983, p. 469 (**Tese de Doutorado**).

BIBLIOGRAFIA

CAMPINOS DUBERNET, M. "La 'Rationalisation' du travail dans le BTP: des avatars du Taylorisme orthodoxe au néo-taylorisme." Paris. Coloquio Internacional sobre o Taylorismo. Univ. Paris XIII – C.N.R.S., maio, 1983. (mimeo.)

CORIAT, B. "Ouvriers et automates". In: **Usines et ouvriers.** Paris, F. Maspero, 1980.

GAUDEMAR, J.P. de. **La Mobilisation générale.** Paris, Ed. du Champ Urbain, 1979.

GRAMSCI, Antonio **Gramsci Textes.** Paris, Messidor, ed. Sociales, Essentiel (15), 1983.

MARX, Karl. Grundrisse (II). In: M. Folin. **La ciudad del capital y otros escritos.** Barcelona, G. Gilli. 1976.

TANTY, A. **Les Industries de la construction: bilan, avenir.** Paris, C.G.T., 1979

Formação do Operariado Urbano no Nordeste(*)

Jacob Carlos Lima

Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais

Este trabalho pretende caracterizar a mão de obra urbana-industrial do Nordeste do início do século, mais especificamente nos estados da Paraíba e Pernambuco. O objetivo mais geral é compreender o processo de industrialização da região no período assinalado e a constituição do trabalho assalariado-urbano.

Centra-se na análise dos dados estatísticos fornecidos pelos censos demográficos e industrial da "Directoria Geral de Estatística de 1920". A fonte apresenta a alguns problemas relativos à abrangência dos dados (Mortara apud Spinotel: 1980) mas acredita-se não comprometer de forma significativa os resultados.

A constituição de um operariado urbano no Nordeste esteve vinculada à forma pela qual essa região se inseria no processo de expansão do capitalismo mundial. A fragmentação da economia brasileira no período que vai até 1930, propiciava a ligação direta da produção local com os mercados externos aos quais se destinava. A produção açucareira e algodoeira eram as atividades econômicas principais, sendo que as demais atividades possuíam caráter complementar: serviços, comércio e a indústria nascente (LIMA: 1985).

A indústria do açúcar influiu de forma decisiva na constituição de um mercado de mão de obra para a indústria urbana. As alterações técnicas introduzidas na produção, em função de necessidades de mercado, provocaram a liberação de parcela considerável de mão de obra que terminou migrando para as cidades. Nas cidades se ocupavam em diversas atividades de subsistência formando um exército industrial de reserva para a indústria.

Pernambuco teve papel destacado no surto industrializante do final do século XIX no Brasil. Nesse momento contava com 07 indústrias têxteis e Recife passava por um processo de expansão urbana. Entre os fatores que favoreceram essa industrialização estavam a abundância de matéria prima, mão de obra farta e barata e mercado consumidor para seus produtos (LIMA: 1985).

(*) Faz parte de Relatório da pesquisa "Divisão do Trabalho e Mão de Obra no Nordeste" em andamento junto ao NDHIR.

Entre 1890 e 1920 a produção do Recife cresceu 114% passando de 111.556 habitantes para um total de 238.843. Contudo, fica difícil determinar até que ponto a industrialização seria responsável por esse crescimento, ou, mais precisamente, se esse crescimento seria resultante apenas das alterações na agro-indústria agravado pelas secas constantes na região.

Spindel ao analisar a produção do assalariado urbano em São Paulo refere-se ao excedente de mão de obra produzida pela cafeicultura com a entrada maciça de imigrantes estrangeiros, além de suas necessidades reais, que garantiu fluxo abundante de mão de obra para a indústria (SPINDEL: 1980, p. 127-128). Na cidade de São Paulo em 1920 os estrangeiros representavam 35% dos 579.033 habitantes de então.

A imigração estrangeira para o Nordeste não chegou além de algumas tentativas fracassadas (MAIA:1983, p.5). Entre os motivos podemos considerar: a existência de mão de obra nativa suficiente para as necessidades da acumulação; a perda de mercados e queda de preços do açúcar e algodão no mercado internacional ao contrário do dinamismo econômico do centro sul com a cafeicultura, além das características climáticas que não atraíam o imigrante europeu. Também não houve uma política governamental visando estimular a migração estrangeira para a região.

Assim no nascente proletariado nordestino, a população estrangeira foi pouco significativa. Dos 238.843 habitantes do Recife em 1920, 10.287 eram estrangeiros ou seja 4,3% da população. Na cidade da Prahyba de 52.601 habitantes, 379 eram estrangeiros, ou seja 0,7%. No geral eles se dedicavam a atividades urbanas, embora não necessariamente como operários. A tabela 1 fornece um painel da participação de estrangeiros segundo as "profissões" no Estado de PE. Essa categoria é ampla demais e não especifica se os indivíduos estavam em atividade, a função exercida, enfim o papel que ocupavam no processo produtivo.

Cerca de 40,7% de estrangeiros estavam em "Atividades diversas", "mal definidas" ou "não declaradas". O restante aparecia em categorias diversas. Pode-se fazer uma comparação do número de estrangeiros frente aos trabalhadores nacionais: apenas em dois ramos de atividades a participação de estrangeiros superava 10% do total: "transportes marítimos e fluviais" com 14,9% e os religiosos com 32,3%. É interessante verificar que 31% da população total recenseada se encontravam nas categorias "não definidas" ou "não declaradas" (não foram incluídos os menores de 14 anos) o que permite supor que um terço da população do estado dedicava-se a outros expedientes para a subsistência. Quanto à participação estrangeira nos transportes marítimos refletia o controle, inglês principalmente, nesse ramo de atividades no período estudado (HARDMAN e LEONARDI:1982, p. 55).

População do Estado de Pernambuco segundo as profissões e nacionalidade

	NACIONAIS	%	ESTRANGEIROS	%	TOTAL
Agricultores	460.539	21,5	1.579	13,5	462.118
Transportes Terrestres e Aéreos	7.297	0,3	65	0,6	7.362
Transportes Marítimos e Fluviais	5.846	0,27	1.026	8,8	6.872
Correios Telégrafos e Telefone	647	0,03	52	0,4	699
Comércio	26.249	1,2	2.266	19,3	28.515
Bancos, Câmbio, Seguros e Comissões	359	0,02	32	0,3	391
Indústrias					
Têxteis	4.970	0,23	11	0,1	4.981
Metalurgia	4.322	0,2	212	1,8	4.534
Alimentação	5.176	0,24	100	0,9	5.276
Vestuário e toucador	29.485	1,4	276	2,4	29.761
Edificações	15.156	0,71	302	2,6	15.458
Outros	10.089	0,5	211	1,8	10.300
Profissões liberais					
Religiosos	450	0,02	215	1,8	665
Magistério	2.133	0,1	112	1,0	2.245
Ciências, Letras e Artes	3.370	0,16	321	2,7	3.691
Serviços domésticos	24.356	1,14	150	1,3	24.506
Diversos	24.234	1,13	295	2,5	24.506
Não definidas	26.758	1,25	1.644	14,0	28.402
Não declaradas	1.490.831	69,6	2.829	24,2	1.493.660
TOTAL	2.142.267	100,0	11.698	100,0	2.153.965

FONTE: Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro, Typ. Estatística, 1927.

Quanto aos trabalhadores fabris o censo demográfico especificava a nacionalidade, mas ficava a nível de categorias gerais sem detalhar ocupação e função. Sabe-se que no surto industrializante desse período aqui no Nordeste, a mão de obra estrangeira teve participação destacada enquanto trabalho qualificado, normalmente contratada junto com a importação de máquinas, objetivando a sua manutenção, e também para treinamento da força de trabalho nos ramos industriais onde a utilização de maquinaria era relevante. Isso foi significativo na indústria têxtil, porem já no início do século esses trabalhadores foram substituídos, devido seu custo aumentar com as desvalorizações da moeda frente a libra inglesa, e também por terem se formado, em número suficiente, operários com a perícia técnica necessária para manusear fusos e teares (STEIN:1979, p.65). Outro ramo importante na utilização dessa mão de obra foram as ferrovias, mas os dados disponíveis não nos permitem fazer inferências.

Na Paraíba, dos 602 estrangeiros existentes em 1920, 37% se dedicavam ao comércio e os demais se dividiam em diversas atividades, mas sempre em número pouco significativo.

Ao contrário de São Paulo, o imigrante estrangeiro não foi um componente fundamental na formação de um mercado de mão de obra no surgimento de uma economia urbano-industrial no Nordeste. Esse mercado foi formado basicamente a partir das alterações na agro-indústria canavieira com a migração de trabalhadores rurais para as cidades.

Nesse período as indústrias têxteis e alimentícias se destacavam em termos nacionais pela quantidade de unidades fabris, grau de mecanização e número de operários além da importância econômica que possuíam. Segundo Simonsen, o setor têxtil "concentrava 60% do capital aplicado na indústria, o restante pertencendo à indústria de alimentação(15%); de produtos químicos e análogos (10%); industriais de madeiras (4%); vestuários e objetos de toucador (3,5%) e metalurgia com apenas 3% (HARDMAN e LEONARDI: 1982,p. 111).

O operariado era recrutado nas camadas mais pobres da população urbana sendo que nas fábricas de tecidos o número de home. ra menor comparativamente às mulheres e crianças utilizadas com salários mais baixos (HARDMAAN e LEONARDI: 1982, p. 116).

A tabela 2 mostra a composição do operariado urbano segundo sexo e idade nos ramos têxtil e de alimentação no Brasil, Pernambuco e Paraíba e também por categoria profissional.

Nos grupos de indústrias fazem parte também oficinas com produção artesanal sendo que nos operários jornaleiros estão incluídos tanto os trabalhadores desses estabelecimentos com os operários fabris.

As categorias profissionais permitem fazer considerações gerais ao grau de burocratização da produção industrial no período com inferências acerca da "racionalidade" da produção, através da relação existente entre o número de operários e não operários.

PESSOAL EMPREGADO NOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAS SEGUNDO CATEGORIA PROFISSIONAL, SEXO E IDADE DOS OPERÁRIOS.

POR GRUPOS DE INDÚSTRIAS	TOTAL			PROPRIETÁRIOS E MEMBROS DA FIRMA COMERCIAL			ADMINISTRADORES, ENGENHEIROS E EMPREGADOS TÉCNICOS			ESCRITURÁRIOS ESTENÓGRAFOS VENDEDORES E OUTROS NÃO JORNALEIROS			OPERÁRIOS JORNALEIROS								
													MAIORES DE 14 ANOS			MENORES DE 14 ANOS			TOTAL		
	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
PERNAMBUCO																					
TEXTEIS	8037	4313	3724	95	93	2	110	110	–	217	217	–	6810	3511	3299	805	382	423	7615	3893	3722
ALIMENTAÇÃO	3413	1893	1520	166	164	2	76	76	–	208	207	1	2834	1366	1468	129	80	49	2963	1446	1517
PARAÍBA																					
TÊXTEIS	2098	1559	539	183	179	4	70	70	–	27	27	–	1713	1218	495	105	65	40	1818	1283	535
ALIMENTAÇÃO	534	256	278	53	53	–	19	19	–	42	42	–	393	128	265	27	14	13	420	142	278
BRASIL																					
TÊXTEIS	117765	59850	57915	1498	1441	57	1598	1553	45	2474	2367	107	10244	49384	52760	10051	5105	4946	42195	54490	57706
ALIMENTAÇÃO	64073	48786	15287	5604	5443	161	1784	1784	21	4814	4736	78	47676	33935	13741	4195	2909	1286	51871	36844	15207

FONTE: Brasil – Censo Industrial 1920.

Na indústria têxtil pernambucana, nesse momento, agrupando-se administradores, engenheiros, técnicos e outros trabalhadores administrativos a proporção é de 1 para 23,2 operários da produção. Essa proporção diminui para 1 por 18,1 considerando-se que os proprietários arrolados participavam diretamente da administração dado o caráter familiar de parte das empresas. Em termos percentuais os operários jornaleiros constituíam 94,7% da mão de obra utilizada e o pessoal técnico-administrativo,(incluindo proprietários) os 5,3% restantes.

Na indústria alimentícia a relação proprietários-administração e operários é da ordem de 1 por 6,3, os operários constituindo 86,8% do pessoal empregado. Da mesma forma que no setor têxtil os "estabelecimentos industriais" arrolados no censo incluem um sem número de pequenos negócios de caráter artesenal.

No estado da Paraíba,com um grau menor de industrialização,a proporção, no setor têxtil, entre operários e não operários era de 6,5 por 1, os primeiros representando 86,7% do pessoal empregado. No setor alimentício esse número diminuía: 3,7 operário por 1 em atividades não ligadas diretamente a produção.

A nível nacional no setor têxtil a proporção era de 20.1 operários por 1 não operário, compondo 95,3% do total de empregados, o que se aproximava da média existente em Pernambuco. No setor de alimentos a proporção era de: 4,3 por 1, os operários constituindo 81% do total. Nos demais setores industriais de Paraíba e Pernambuco a porcentagem de operários no processo produtivo se mantinha, com 84% e 91% respectivamente. Esses numeros refletem por um lado o baixo grau de mecanização das indústriais da época, a enexistência de controles "racionais" da mão de obra, o que equivaleria dizer, talvez, a existência de um maior controle do processo de trabalho pelo operário com uma baixa burocratização desse processo. Essa característica da indústria nordestina irá perdurar mesmo após 1930, onde no início da década de 60 um prognóstico da SUDENE, levantava entre as causas da estagnação da indústria regional a falta de organização racional da produção (LIMA: 1985).

A participação de mulheres e crianças foi importante na indústria têxtil e de alimentos. Na têxtil em Pernambuco, as mulheres representavam 48,9% da mão de obra utilizada e os menores de 14 anos (de ambos os sexos) 10.6%. Somadas, essa participação equivalia a 53,9%. Na alimentícia, as mulheres constituíam 51,2% e os menores 4,4% num total de 53,9%, tal qual na têxtil.

Na Paraíba a participação é menor dada a própria dimensão da industrialização local. Até 1930 a Paraíba possuía 5 indústrias têxteis. As mulheres representam 29,4% e as crianças 5,8% num total de 33%. Na indústria alimentícia a porcentagem era de 66,2% e 6,4% respectivamente correspondendo a 69,5% da mão de obra utilizada.

A média nacional era de 51,4% a particição feminina e 9% de menores,

perfazendo 56% dos operários do setor têxtil e 29,3% e 8,1% num total de 34,8% no setor alimentício. Pernambuco se aproximava da média nacional no setor têxtil. No de alimentos tanto Paraíba quanto Pernambuco apresentava um percentual acima da média o que pode ser atribuído à manutenção de formas *tradicionais de produção em pequenas unidades familiares e a lenta transformação* para formas capitalistas de produção.

Até agora nos limitamos a dois setores industriais. Se generalizarmos para os outros setores arrolados pelo censo industrial a situação se altera em função da amplitude do conceito de "estabelecimento fabril". Assim no setor têxtil as mulheres representavam 29% (PB) e 38,1% (PE) e os menores 5,1% (PB) e 43,2% (PE).

Nesse momento não existiam leis federais que regulamentassem o trabalho feminino e do menor. Apenas o decreto 1313/91, de 17 de janeiro de 1891, "destinado a vigorar somente no Distrito Federal" , estabelecia a idade limite de 12 anos para a admissão de menores no trabalho industrial, permitindo porem a título de "aprendizagem, nas fábricas de tecidos, a admissão a partir dos 8 anos de idade". Esse decreto é o único em termos federais até a década de 20 sendo que no Estado de São Paulo o decreto nº 233 de 2 de março de 1890 estabelecia o código sanitário do estado e limitava a jornada de trabalho em 12 horas para os operários fabris, proibia o trabalho noturno além das 9 horas para meninos de menos de 15 anos e mulheres com menos de 21 (MOURA:1982, p. 61-69).

A nível federal não se encontra, até 1920, referências ao trabalho feminino.

Stein refere-se à justificativa dada pelo empresariado na utilização de mulheres e menores como uma forma de aproveitar melhor o tempo de forma útil e mais vantajosa, pressupondo a vagabundagem como inerente à população pobre (STEIN: 1979, p.66). Os interesses do capital dessa forma beneficiariam essa camada da população. A realidade porém era outra. A utilização majoritária de mulheres e crianças que caracterizou os passos iniciais da indústria, permitia o rebaixamento dos salários num momento em que a acumulação se dava com a incorporação de mais trabalho e estava em formação o exército industrial de reserva. Posteriormente, com sua constituição essa participação diminui, se concentrando em atividades consideradas mais desqualificadas (PENA: 1981, p.124).

A forma como as empresas se organizavam em termos individuais, familiares, em grupo, sociedades anônimas, etc, indica, além da concentração de capital, a dimensão das unidades produtivas caracterizando a industrialização local e suas implicações na composição de operariado naquele momento.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS RECENSEADOS

ESTADOS	NÚMERO DE EMPRESAS									
	Total Geral	PARTICULARES E SOCIEDADES DE PESSOAS						SOCIEDADE DE CAPITAL E MISTAS		
		Total	Firmas Indiv.	Socied. em nome Coletivo	Socied. em Comandita Simples	Outras	Total	S.A.	Socied. em Comandita Ações	Outras
Paraíba	251	247	197	44	5	1	4	1	2	1
Pernambuco	442	425	284	130	11	–	17	12	5	–

FONTE: Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria de Estatística Recenseamento do Brasil, realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1927, vol. V (1ª parte). p. 8.

TABELA 4

ESTABELECIMENTOS FABRIS SEGUNDO O NÚMERO DE OPERÁRIOS E A NATUREZA DAS INDÚSTRIAS

ESTADOS	Nº DE ESTAB. IND. REC.	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS ONDE TRABALHAM					PORCENTAGEM DO ESTAB. ONDE TRABALHAM	
		ATÉ 4*	5 a 19*	20 a 49*	50 a 99*	100 e + *	ATÉ 4*	20 e + *
Paraíba	251	71	164	7	5	4	28,3	6,4
Pernambuco	442	156	187	53	17	29	35,3	22,4

FONTE: Brasil. Censo Industrial.

*Número de operários.

Nesse período predominavam as firmas individuais sobre as demais categorias. Normalmente as sociedades de capital eram as de dimensões maiores como as têxteis e outras como moinhos, indústrias de cimento, etc, embora não necessariamente. As demais podemos considerar empresas familiares. Na Paraíba as firmas individuais equivaliam a 78,5% e Pernambuco 64,3%. As sociedades em nome coletivo não descaracterizavam o empreendimento familiar. Em ambos os estados considerando essas duas categorias juntas formavam respectivamente 96% (PB) e 93,7% (PE). Ressalte-se que as sociedades anônimas geralmente ficavam sob controle de grupos familiares.

A tabela 4 fornece a dimensão dos estabelecimentos com o número de operários. Na Paraíba 94% "das indústrias" empregavam até 20 operários sendo que 65,3% empregavam de 5 a 10. Apenas 4 estabelecimentos ultrapassavam uma centena o que representava 1,6% do total. Em Pernambuco 77,6% empregavam até 20 operários sendo que desse número 35,3% utilizavam até 4 operários e 42% empregava de 5 a 19; 15,8% entre 50 e 99; e 29 mais de 100 operários num total de 6,6%.

No Brasil a média de operários por fábrica nesse período era 21, sendo 93 no setor têxtil, 28 no setor madereiro e as demais na faixa entre 10 e 18 trabalhadores. Essa média não pode ser considerada adequada, pois no início do século as atividades industriais começaram a se concentrar em São Paulo e no antigo Distrito Federal. Nos demais estados a expansão industrial foi menor e em alguns não existiu simplesmente.

Em Pernambuco a média de operários na indústria têxtil era 80, num total de 7.615 em 1920 divididos em 95 estabelecimentos.

Os outros ramos que ocupavam mais forca de trabalho eram os seguintes: couro, 54, metalurgia, 44; mobiliário, 35, produtos químicos, 29; alimentação, 27; e outros entre 12 e 21. Lembrando sempre que estabelecimentos não correspondiam necessariamente a unidade fabris.

Embora nos falte indicadores precisos sobre a reprodução da força de trabalho, sabe-se que o preço extremamente baixo dos salários nos inícios da industrialização não atraia trabalhadores para as fábricas, pelo menos não de forma constante. Mesmo depois com a criação de um exército industrial de reserva as fábricas tinham problemas com a mão de obra, dada a resistência às condições de trabalho oferecidas. Esses problemas não se referiam a falta de trabalhadores mas sim a ausência da disciplina exigida pelo trabalho fabril.

A inexistência de qualquer legislação que regulasse as relações capital-trabalho acarretavam uma superexploração da FT e sua "queima" dada a abundância de oferta. Não se pode afirmar que o problema da reprodução da FT constituísse uma ameaça para a própria reprodução do capital. Contudo a ausência de uma mão de obra mais disciplinada e qualificada fez com que alguns ramos industriais se preocupassem com a sua manutenção e controle.

As vilas operárias e os serviços sociais oferecidos por algumas indústrias têxteis no período podem ser assim explicados. A extração da mais valia pressupunha baixa taxa de salários o que exigia mecanismos de retenção de trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil.** São Paulo, Global, 1982.

LIMA, Jacob C. **Indústria e Trabalho no Nordeste-Paraíba-Pernambuco – 1889-1930. Considerações iniciais.** João Pessoa, UFPb-NDIHR, 1985 (mimeo.)

MAIA, Nayala F. **Colônia Agrícola Industrial e Orfanológica Isabel – 1974-1904. Um Estudo de Caso.** Tese de Mestrado em História, UFPe, Recife, 1983.

MOURA, Esmeralda B. B. **Mulheres e menores no Trabalho Industrial. Os fatores Sexo e idade na dinâmica do capital.** Petrópolis, Vozes, 1982.

PENA, Maria Valéria J. **Mulheres e Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

SPINDEL, Cheywa R. **Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

STEIN, S. **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850/1950.** Rio de Janeiro, Campus, 1979.

Operários e Patrões Unidos, até quando? Uma História Antiga

CELINA RIBEIRO HUTZLER

Prof. Adjunto e Coordenadora do Mestrado em Antropologia/UFPE

INTRODUÇÃO (1)

Pernambuco 1911.

Em 1911, começavam a se fazer sentir, em Pernambuco, os choques sociais decorrentes das transformações econômicas que caracterizaram o início da República. Era o alvorecer da sociedade urbano-industrial. Novas classes sociais entravam na cena história e lutavam por frações do poder político: a nascente burguesia comercial-industrial, seu reverso o proletariado, e a crescente classe média urbana. Do outro lado, a tradicional arristocracia agrária tentaria manter sua hegemonia. Nas eleições daquele ano, os dois grupos se fariam representar por seus campeões: o General Dantas Barreto e o Conselheiro Rosa e Silva.

O General Emídio Dantas Barreto havia participado da Campanha de Canudos, da Guerra do Paraguai, e era então o Ministro da Guerra do Governo do Marechal Hermes da Fonseca. Um militar positivista e republicado, sem um nome de família tradicional, era o protótipo da nova classe média em ascensão. Candidato pelas oposições ao governo de Pernambuco, representava o "salvacionismo", nome pelo qual ficaria conhecido o movimento de afirmação republicana que atingiu todo o país, mas que se mostraria, depois, uma simples troca das oligarquias no poder.

O Conselheiro Francisco de Assis Rosa e Silva, até então chefe político incontestável de Pernambuco, governava à distância, fazendo eleger seus comandados governadores do Estado desde 1896. Era um aristocrata, considerado o "Chefe do Norte", disputando a Pinheiro Machado, o "Chefe do Sul", a liderança da política nacional. Em 1911, a força que pareciam assumir as oposições no Estado levou o Conselheiro a disputar pessoalmente as eleições para Governador.

A campanha eleitoral tomou dimensões e levantou paixões nunca dantes conhecidas. A situação se tornaria extremamente tensa, no Recife e seus arredores, com sucessivos comícios, passeatas, greves, protestos, choques entre dantistas e rosistas, mortes, perseguições policiais, às oposições, quebra-que-

bra, o exército assumindo a posição de árbitro na defesa do companheiro de farda. A imprensa local mostrava total parcialidade, fossem dantistas ou rosistas os jornais defendiam seu candidato e atacavam os adversários. Não havia neutros. É impossível tentar reconstruir a verdade a partir de uma simples colagem de recortes de jornais: duas histórias paralelas pareciam estar se desenrolando, a que contavam os dantistas, e a que escreviam os rosistas.

As eleições antecipadas para 5 de novembro não resolveriam a querela. Dantas conseguiu uma larga margem no Recife e nos centros urbanos mais politizados. Rosa traria dos currais eleitorais do interior uma vantagem que neutralizou a vitória oposicionista no Recife. Ambos os candidatos declararam-se vencedores. Continuaram os quebra-quebra, as arruaças de rua.

Daí por diante as presões dos dois grandes chefes se fariam no sentido do Congresso Estadual declarar qual o vencedor. Acusavam os rosistas que este papel decisivo coube à guarnição federal sediada no Recife, que contando com o respaldo dos comitês das Salvações e a passividade do Presidente da República, teria posto o prédio do Congresso na mira de seus canhões no dia decisivo do reconhecimento do Governador: 19 de dezembro. No dia seguinte Dantas assumia sob verdadeira apoteose popular. E o Recife cantou, em delírio:

"Despencou da roseira a velha rosa,
Suas pétalas rolam pelo chão"...

O objetivo do presente tarabalho não é recontar a Campanha de 1911 em sua totalidade. Pretende-se fazer um recorte para relatar o que aconteceu em Paulista, então um povoado do município de Olinda, onde localizava-se uma florescente indústria têxtil. Ali, caracterizou-se bem a luta que se desenvolvia em Pernambuco na disputa entre os Lundgren e o Coronel Padilha, os primeiros representando a nova burguesia industrial formada principalmente de imigrantes enriquecidos no comércio, o segundo representando o poder oligárquico tradicional.

Os Lundgren e o coronel Padilha iriam se defrontar em duas liças: internamente lutavam pelo domínio da Companhia de Tecidos Paulista, externamente aliaram-se a partidos opostos. O coronel Padilha manteria fidelidade a seu velho amigo o Conselheiro Rosa e Silva, os Lundgren apoiariam publicamente o General Dantas Barreto. Ambos tentariam uma aliança com o operariado, então uma força crescente.

Esta será a história desta aliança: patrões e operários unidos em nome da democracia. Será também a história de uma decepção ou afirmação: o "salvacionismo" não significou uma vitória da classe operária, mas a ascensão ao poder político da nova burguesia comercial-indústrial. Serve para exemplificar situações de confronto entre o trabalho, o capital e o poder político que ainda hoje se repetem.

PAULISTA, CIDADE E CAMPO

Em 1812 quando KOSTER (1978:206-208) visitou o engenho "Paulis-

tas", descreveu numerosas cabanas no meio do matagal, construídas de barro e cobertas de folhas de coqueiro. Na sede própriamente dita, os edifícios eram numerosos: casa assobradada do proprietário. capela, o engenho, a longa fila de casinhas dos negros, a residência do administrador e muitos outros de menor importância. Do outro lado do campo, ficava a casinha do capelão, junto a uma fileira de cabanas de escravos. Koster estimava que então Paulistas tinha uns sessenta escravos, aos quais tinha sido prometida a alforria.

Ao instalar-se, nos fins do século passado, a Companhia de Tecidos Paulista (CTP) sediou-se neste mesmo engenho, então decadente, mas que apresentava duas vantagens: ficava na rota do algodão, e o casario de sua sede abrigaria os operários que formariam a força-de-trabalho inicial da então pequena fábrica de tecidos. Sito a cerca de 11 km ao norte de Olinda, pertencia à frequesia de Maranguape.

Em 1904, quando os Lundgren adquiriram grande número de ações da Companhia e arrendaram a fábrica por um período experimental de cinco anos, compraram aos mesmos herdeiros do rico comerciante português J. Adolfo Rodrigues a Usina Timbó, e seus engenhos: o Timbó, o Paulista (onde localizava-se a fábrica de tecidos), o Jardim, o Genipapo, o Maranguape (HUTZLER, 1982: 120-121). Teria início a montagem de um verdadeiro império: maciços investimentos seriam feitos na ampliação e modernização da fábrica, a usina Timbó (que moeu cana até cerca de 1921) e seus engenhos seriam "comprados" pela Companhia, possibilitando aos Lundgren, findo o prazo de arredamento, tornarem-se acionistas majoritários da CTP. Posteriormente compras de terra dariam à família a propriedade de grande parte das glebas do então distrito e futuro município do Paulista (2), excetuando a faixa costeira. Assim, até a década de 1940, os Lundgren controlariam direta ou indiretamente terras, homens e atividades produtivas. (3)

José Sérgio LEITE LOPES (1979: 63-81), em excelente trabalho onde aprecia Paulista como uma situação polar de "completa dependência de capital", pelo controle da esfera da produção e da reprodução do trabalho, admite que a cidade-vila operária teria, entre outras, a função de separar os operários fabris dos camponeses e pescadores de sua vizinhança. Esses últimos terial apresentado resistências à submissão, o que teria levado os Lundgren a optarem por atrair mão-de-obra de outras áreas do Estado e de Estados vizinhos, particularmente do agreste , para compor um proletariado dócil. Considerar também Leite Lopes que as lutas sociais do operariado recifense reforçou esta opção por imigrantes agrestinos.

Os estudos por nós desenvolvidos indicam uma outra explicação complementar.

De fato, a cidade vila-operária do Paulista representava, na primeira metade do século XX, uma situação extrema de completa subordinação ao capital. Mas essa subordinação abrangia também os camponeses, ou melhor, os trabalhadores do campo. A opção inicial de trazer mão-de-obra de fora teria ligado-se mais à não disponibilidade de braços que às atitudes de rebeldia dos trabalhadores.

Explica-se. Até pelo menos 1921, os Lundgren mantiveram a Usina Timbó moendo canas plantadas nos seus próprios engenhos e em engenhos vizinhos (4): o Jardim, o Paulista, o Timbó, o Fragozo, o Jaguaribe, o Inhaman, o Desterro, o Caeté (diário particular de Arthur Lundgren). Não haveria, pois, donde recrutar mão-de-obra local. Além disso, até 1958 quando a energia da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF) chegou a Paulista, a CTP gerou sua própria força, necessária às fábricas e à cidade. Inicialmente usava-se lenha para abastecer as caldeiras e esta lenha era transportada, principalmente de trem, das propriedades dos Lundgren. Para dar uma idéia do volume da lenha transportada, no seu apogeu, a Companhia chegou a possuir 16 locomotivas, e o trabalho de corte e transporte de lenha levaria os Lundgren a desativar a Usina lá sediando as oficinas de sua ferrovia particular (5). Além disso, construir a vila operária demandava mão-de-obra, como também insumos: telhas, esquadrias, tudo fabricado localmente. Assim, na fase mais próspera da CTP, já nos anos 1930, cerca de 15 mil pessoas trabalhavam para ela na cidade e no campo.

Em 1911, o número de trabalhadores era bem menor. Mas já então Vasconcellos GALVÃO (1908: 378-379; 1910: 25) descrevia Paulista como "um próspero povoado com uma fábrica de tecidos", "situado à margem da estrada de rodagem que se dirigia a Goiana passando por Igarassu. Tem uma população aproximada de uns 2.000 habitantes".

Quanto ao interesse dos operários do Recife deslocarem-se para Paulista, declarou um informante, trabalhador da Companhia por muitos anos, ele próprio vindo do interior: "Por que um operário do Recife iria para Paulista, onde o ganho era pouco e o lugar sem graça, onde só se podia mesmo era trabalhar para a Companhia?". Vale salientar que o mesmo informante ponderou: "Em Paulista se ganhava menos que no Recife. O salário era pouco mas se vivia bem. A Companhia dava gás, água, luz, roupa, roupa de cama e banho, dava móveis, dava tudo, até divertimento". Como vários outros informantes confirmou a forma de recrutamento: "Quando precisavam de trabalhadores iam buscar no interior, de sopa. Contavam para os matutos que em Paulista tinha montes de cuscus e rios de leite. Vinha a família toda e ficava primeiro num chalé até que o Coronel Frederico pessoalmente desse uma casa para eles. Os operários do Recife não queriam vir. Os sertanejos eram gente de melhor índole".

A questão que se coloca e: Os operários do Recife não queriam ir ou não interessava à Companhia que eles viessem, como aventa LEITE LOPES (1979 : 66)?

Pelo menos nas primeiras décadas do século XX, podia-se sentir que o parque têxtil em Pernambuco expandia-se. Até o início da I Grande Guerra nove fábricas de fiação e tecidos instalaram-se no Estado: Cia. de Fiação e Tecelagem de Pernambuco (1891), Companhia Fábrica de Estopa (1891), Cia. Industrial de Fiação e Tecidos de Goiana (1892), Cia. de Tecidos Paulista

893), Fábrica de Apipucos (1895), Cia de Tecidos de Malhas da Várzea 895), Societé Cotonnière Belge-Brèsilienne (1910), Fábrica de Tecidos de godão (1912). A Grande Guerra interromperia até 1924, a instalação de no- fábricas, mas no período que a antecedeu muitas das indústrias instaladas fins do século passado, tal como a Cia. de Tecidos Paulista, moderniza- -se e ampliaram-se.

Teoriza-se que o exército industrial de reserva tende a acompanhar, no modo capitalista de produção, o tamanho da força-de-trabalho ocupada (MARX, s.d.: 743-752). Mas, neste caso, junto com a expansão do parque in- strial, ampliavam-se os serviços urbanos e de transporte do Recife. Haveria mão-de-obra "sobrante" que pudesse ser arregimentada para Paulista?

A força do movimento operário, no Recife, nas primeiras décadas deste éculo, parece indicar que a então classe operária em formação não tinha o ntra-ponto de exército industrial de reserva para frear suas reivindicações. É erdade que eram então muito precárias as condições de trabalho e alta a ex- ação da mais valia absoluta: longas jornadas, não proteção à mulher e ao me- r, não havia férias remuneradas eram descontados os dias não trabalhados r motivo de doença etc. Os salários eram baixos e as exigências muito estri- s. No entanto, cabe lembrar que era muito recente a abolição da escravidão que tais condições poderiam refletir mais uma tradição nas relações de tra- lho que a abundância na oferta de mão-de-obra. Tanto assim que no Sul do s, onde era notória a escassez de braços o que levou à opção pela imigração strangeira, a situação do operariado fabril também era de grande exploração mesmo delapidação.

O movimento operário no Recife, nas duas primeiras décadas do século X, mostrava pujança reivindicatória. Lideravam as greves os operários de nsportes urbanos, os ferroviários e os portuários. Já em 1904, o Centro otetor dos Operários comemorava solenemente o 1º de maio, "a mesa da retoria se achava bem ornamentada, tendo a um lado, de frente para a pla- a o retrato de Carlos Marx" (ALMANACH DE PERNAMBUCO 1910). Em 12, inaugurou-se no Liceu de Artes e Ofícios a Universidade Popular criada la Liga de Instrução de Pernambuco tendo por fim ministrar às classes ope- as e por forma simples, conhecimentos úteis e práticos (ALMANACH DE RNAMBUCO 1917). Greves, "meetings", e reuniões operárias sucediam-se.

Mas seria esta a razão que levaria a CTP a procurar arregimentar mão-de- ra no interior? No episódio aqui analisado se verá que os Lundgren, pelo nos em 1911, estavam dispostos a admitir operários do Recife em suas fá- cas. Deve-se ter em mente que, desde 1904 quando os Lundgren passaram a nteressar pela CTP, a Companhia conheceu uma fase de expansão e moder- ação que ampliou fortemente a procura de mão-de-obra. Teria então sido is fácil ir buscar diretamente os trabalhadores sem terra do agreste que já ntiam o impacto negativo da diminuição das exportações de algodão. Trazer imigrantes diretamente para Paulista implicava em reforçar a subordinação: uer pela possibilidade de selecionar as famílias que viriam, quer por criar um

liame de dependência pelo "favor" de tê-las ajudado na mudança.

A imigração espontânea para Paulista não era possível pelas razões já apresentadas: os Lundgren controlavam até 1947 **todo** o solo urbano e a maioria das terras agrícolas da parte interiorana do município.

Mas apesar do controle exercido, Paulista não ficaria ausente do movimento operário. Neste período, quando a guarda foi relaxada como durante a campanha e após a eleição de Dantas Barreto, o operariado levantou-se. Como será visto na parte seguinte do trabalho, primeiro aderindo ombro-a-ombro à "salvação" com os patrões, depois desafiando-os peito-a-peito. No primeiro caso foram bem sucedidos, no segundo prontamente reprimidos.

Somente após a Revolução de 1930 se terá notícia de outra greve em Paulista. Uma greve representa apenas a face mais aguda e externa dos conflitos entre o capital e o trabalho, mas não existe registro, nem na memória oral para as pequenas rebeldias e conquistas do dia-a-dia da fábrica para período tão remoto. Seria a partir de 1937, com a legislação trabalhista outorgada por Vargas, que o movimento operário encontraria mais espaço para se estruturar em Paulista, principalmente por dispor de certo respaldo do governo estadual que hostilizava os donos da Companhia. Após 1945, e particularmente na década de 1950 (incluindo aí o início dos anos 1960), cresceu a oposição operária e os movimentos reivindicatórios. Neste último período, como a perda progressiva pelos Lundgren do controle total dos meios de pordução do município, se abriria mais espaço para os não conformistas.

Hoje, as fábricas da CTP estão quase paradas. Resta uma saudade: "Bom era quando as fábricas estavam funcionado. Tinha emprego para todo mundo", recorda um ex-operário de Paulista, transformado em vendedor ambulante pela crise que atingiu o parque têxtil pernambucano e desativou as indústrias tradicionais.

A "REVOLUÇÃO PELO VOTO" DO GENERAL DANTAS BARRETO

Em 1911, o povoado do Paulista era suficientemente importante para merecer a visita do General Dantas Barreto, candidato oposicionista ao governo do Estado.

Relatava então um jornal dantista(6): "Verdadeira apoteose estava preparada para o General Dantas Barreto naquela progressiva localidade. Por entre aclamações delirantes e estrugir de foguetes foi feita a entrada triunfal. Na vivenda do abastado capitalista Arthur Lundgren foi hospedado sua excelência assim como toda a comitiva que o acompanhou. Após carinhosa recepção sua excelência foi convidado a percorrer a grande fábrica de tecidos. (...) Todos os operários daquela importante fábrica reunidos homengiaram sua excelência, falando na ocasião o Sr. Henrique Guimarães, oferecendo um belo estojo gráfico em nome daquela turba de trabalhadores do progresso da nossa terra" (PERNAMBUCO, 27/10/1911).

Outro jornal dantista descreveu também a recepção: "Foi uma verdadeira apoteose a manifestação que o General Dantas Barreto recebeu em Paulista. (...) O operariado, à frente de uma banda de música, o recebeu com suas mais vivas demonstrações de alegria. Após ligeiro descanso, sua excelência percorreu a fábrica, examinando os diferentes ramos da manufatura. Depois o serviço paralisou e uma operária, por intermédio do Dr. Arthur Moura, ofertou um buquê de flores. O General agradeceu elogiando o trabalho, admirando o progresso de Paulista e salientando a sua satisfação pela expontaneidade com que fora recebido. Terminou abraçando e beijando a mão da tecelã" (A PROVÍNCIA, 27/10/1911). Depois de descrever o "opíparo banquete" oferecido ao General na casa dos Lundgren, relatava o mesmo jornal: "O candidato do povo agradeceu, salientando a alegria que notou em todo o operariado que parece gozar de liberdade de consciência e terminou erguendo a sua taça em honra à viúva Herman Lundgren. (...) O operariado assistia fora o banquete, erguendo muitas vivas. (...) Depois o general fez um passeio pela vila, a pé, sendo aclamadíssimo pela multidão que o acompanhava".

Pode-se duvidar da "expontaneidade" da manifestação. Na verdade, em 1911, chegara ao ponto crítico as relações entre os Lundgren e o Coronel Cornélio Padilha, então Diretor-Presidente da CTP, prefeito de Olinda, senador estadual, rendeiro do engenho Paulista, e líder rosista. Terminara no ano anterior, o prazo de arrendamento da fábrica pelos Lundgren, já acionistas majoritários da Companhia, e a luta entre dantistas e rosistas, a nível local, refletia-se como uma disputa entre grupos pelo domínio político de Paulista e pelo controle da CTP. No plano político, os Lundgren iriam assumir uma posição de incondicional apoio ao "candidato do povo", enquanto Padilha manteria sua fidelidade ao Conselheiro Rosa e Silva. Naquele momento, representavam, respectivamente, a "salvação" e a situação.

Como Diretor-Tesoureiro da Companhia de Tecidos Paulista, Frederico Lundgren publicou editais de apoio à candidatura do general nos jornais recifenses: "O abaixo assinado Diretor-Tesoureiro da Companhia de Tecidos Paulista, por si e representando a totalidade dos operários da mesma companhia, compreendendo em si a fábrica, estamparia, usina de açúcar Timbó, assim como a maioria dos moradores e eleitores do povoado de Paulista, e bem assim Fábrica de Pólvora de Pontezinha, convencido de que o governo do excelentíssimo Senhor General Emídio Dantas Barreto trará a prosperidade, o adiantamento e o progresso de nosso Estado natal, vem pela presente declarar-se por si e pelos 857 eleitores que representa, completamente solidário com a candidatura do excelentíssimo Senhor General Dantas Barreto. Paulista, 29 de outubo de 1911" (PERNAMBUCO, 31/10/1911; A PROVÍNCIA, 30/10/1911).

E ia adiante em outro edital: "O abaixo-assinado, prevendo a possibilidade de serem operários eleitores de outras fábricas de tecidos coagidos a votarem contra sua livre vontade vem pela presente publicação declarar que acharão colocação na Fábrica de Tecidos Paulista, todos os eleitores operários

de fábricas de tecidos que tiverem dispensados pelo motivo de não terem querido subordinar-se a pressões políticas. Paulista, 29 de outubro de 1911" (ibid).

Parece ter havido, de fato, pressão de outros empresários têxteis contra operários que apoiavam a candidato oposicionista. A PROVÍNCIA (08/10/1911) publicara edital assinado por "muitos empregados": "VENHA A GREVE. Em vista de estar o governo do Estado fazendo pressão aos empregados das fábricas, companhias e estradas de ferro, que se declaram adeptos da candidatura do inclito General Dantas Barreto, concitando os gerentes a demitirem os seus subordinados que se declararem como tais, protestamos contra semelhante maneira de fazer política, e convidamos aos nossos companheiros de classe a se levantarem numa greve geral, de atitude pacífica, tendo por fim patentear a nossa independência e defender os nossos brios".

Não se tem notícia da greve ter chegado a acontecer, mas foram muitos os distúrbios de rua na cidade do Recife, na qual o General Dantas Barreto tinha maciço apoio popular, muitos os comícios e passeatas. O suporte dado pelos Lundgren não foi o único recebido da burguesia. A Associação Comercial que representava então os interesses do capital comercial, industrial e financeiro recebera o general em sua sede, festivamente, dando-lhe "lugar de honra na reunião da diretoria" (A PROVÍNCIA, 15/10/1911). O apoiavam o diretor da Cia. Industrial de Fiação e Tecidos de Goiana, prefeito daquela cidade e futuro governador do Estado Manoel Borba (PERNAMBUCO, 31/10/1911), como também Manoel Gomes de Mattos, eminente líder das classes conservadoras e muitas vezes Presidente da Associação Comercial (A PROVÍNCIA, 31/10/1911), e muitos outros)

O Coronel Cornélio Padilha não acietaria pacificamente o apoio de Paulista a Dantas Barreto. O jornal situacionista DIÁRIO DE PERNAMBUCO (31/10/1911) publicou uma nota sua: "VERDADE DOS FATOS, o Sr. Frederico Lundgren em uma declaração publicada na A Província de ontem hipoteca ao Sr. General Dantas Barreto os votos dos operários da fábrica de tecidos "Paulista", usina "Timbó", e fábrica de pólvora da Pontezinha, bem como de todos os eleitores dos respectivos povoados, dos quais em número de 857, se diz representante. Não sei de quantos votos dispõe realmente o Sr. Lundgren, garanto, todavia, que sua publicação visou simplesmente armar ao efeito com uma afirmativa que de modo nenhum corresponde à verdade dos fatos, pelo menos no que concerne ao eleitorado de Paulista, cujo alistamento consta de 346 eleitores contados neste número os de Timbó, notando-se ainda que cerca de cem desses eleitores estão mortos ou mudados. Entre os existentes quero crer que o Sr. Frederico terá a generosidade de reconhecer que conto com alguns amigos, não incluindo pelo menos no número dos seus eleitores a minha humilde pessoa. Olinda, 30 de outubro de 1911. Cornélio Padilha".

No dia seguinte o DIÁRIO DE PERNAMBUCO (01/11/1911), jornal de propriedade do Cons. Rosa e Silva, voltava à carga: "os nossos adversários prepararam, ao que nos dizem, fitas sensacionais para a véspera e para o dia do

pleito. Assim, consoante uma declaração que tem sido publicada n'A Província pelo Sr. Frederico Lundgren, nas fábricas de sua propriedade são acolhidos operários eleitores que desejarem votar no Senhor General Dantas Barreto. Isto é o preparo de um fita que no dia 4 ou 5 aparecerá completa, com uma nova declaração de que mil, três mil ou dez mil operários foram por aquele fim admitidos. (...) Haja visto desmascaramento que já fizemos do falso número de eleitores que o Sr. Lundgren se diz representante".

Por seu lado, a imprensa dantista acusava: "Consta-nos que o Coronel Padilha prefeito do município de Olinda, está trabalhando para que não se constitua mesa eleitoral em Paulista, pois tem certeza da derrota do Dr. Rosa e Silva naquela localidade, obrigando assim os eleitores a votarem na secção mais próxima em Olinda onde encontrarão com certeza uma urna já aberta e a apurção começada pois não é pequena a distância entre as duas secções" PERNAMBUCO, 01/11/1911).

Defenderam-se os rosistas: "O Sr. Frederico Lundgren, acreditando dispor dos votos dos eleitores de Paulista, ofereceu-os de porteiras trancadas ao Sr. General Dantas Barreto. Verificando porém o seu engano quer agora, por meio de ameaças e violências, obrigar a consciência dos votantes daquela secção do município de Olinda. Assim o Sr. Lundgren cercou-se de crescido grupo de cangaceiros, que armou, havendo feito aquisição de rifles e munição, que foram ostensivamente para ali conduzidos em automóveis. Ante-ontem, o Sr. Lundgren intimou a se retirarem da vila muitos eleitores, caso, dentro de 24 horas, não se decidam a votar no Sr. General Dantas. Numerosa comissão composta de 35 cidadãos, todos alistados em Paulista, procurou ontem ao Dr. Estácio Coimbra, governador do Estado, e o General Carlos Pinto, inspetor da região militar, solicitando garantias para o livre exercício dos seus direitos políticos. As duas altas autoridades prometeram dar as mais completas providências, para o que expediram logo as necessárias ordens. O Sr. Frederico Lundgren não levará avante os seus planos de pertubação que estouvada e ridiculamente arquitetou" (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/11/1911).

Sabe-se que, de fato, os Lundgren mantinham seu exército" particular, os famosos vigias que armados se encarregavam da manutenção da ordem e da defesa das propriedades. (7) Neste caso, parece que não teria sido necessário usar da força para convencer os eleitores. Havia, como foi visto anteriormente e como demonstraria o resultado das eleições, um claro e decidido apoio do proletariado ao candidato Dantas Barreto. Ao contrário, parece que os Lundgren assumiam então ares populistas.

A PROVÍNCIA (01/11/1911) noticiava: "Realizou-se domingo último um grande "meeting" em Paulista, convocado pelo Partido Conservador de Olinda. Às 5 horas da tarde, no largo da feira, com um auditório de cerca de três mil pessoas, usou da palavra o Coronel Frederico Lundgren, e declarou, franca e positivamente, que tinha aderido à candidatura do General Dantas, secundando assim os desejos de todos os eleitores de Paulista; ao terminar, foi

muito aplaudido pela multidão. Em seguida falou o Sr. Henrique Guimarães e, em linguagem patriótica, enalteceu o belo exemplo do diretor da fábrica Paulista, afirmando que S.S. não tinha mais empregados e sim amigos dedicadíssimos. (...) (Depois de vários oradores) um operário agradeceu ao coronel Lundgren ter ele desfraldado no povoado de Paulista a bandeira da liberdade."

Era do interesse dos Lundgren mostrar o apoio operário. Publicou a PROVÍNCIA (03/11/1911): "Os abaixo assinados empregados da fábrica de Pólvora, sentem-se jubilosos pela atitude enérgica e decisiva que tomaram neste momento solene da vida do Estado de Pernambuco, os seus dignos e intermeratos chefes, coronéis Frederico e Arthur Lundgren, levantando em suas fábricas a bandeira da liberdade e desfraldando o pavilhão de amparo aos oprimidos da política militante, nas outras fábricas congêneres. Recife, 2 de novembro de 1911 (seguem-se assinaturas).

E não se limitariam a declarações pelos jornais. Nas vésperas das eleições, chegaram ao Recife os operários de Paulista para uma espetacular manifestação de apoio ao General Dantas Barreto, que os aguardava em casa de amigos. "Pouco mais ou menos 2 da tarde, chegaram os manifestantes à estação da rua da Aurora, em dois trens especiais, composto cada um de 12 carros, ornamentados de bandeirolas e entrelaçamentos de folhagem. Haviam deixado Paulista à madrugada, num grande préstito que entrou na vizinha cidade de Olinda cerca de 8 horas da manhã, precedido da fanfarra da localidade. Tanto ao sair de Paulista como ao chegar em Olinda foram queimadas muitas girândulas de foguetes e feitas calorosas aclamações ao manifestado. (...) (No Recife) o préstito composto de três automóveis com as comissões representativas do operariado da fábrica de tecidos, do comércio e do eleitorado oposicionista da localidade, seguindo-lhes a harmoniosa fanfarra e enorme massa de operários e operárias, todos trazendo laços de fita auri-verde no braço e agitando bandeiras nacionais" (A PROVÍNCIA, 04/11/1911).

O mesmo jornal relata o comício realizado em frente à casa onde estava o general Dantas que assomou à varanda. Os operários realizaram passeatas e comícios, enquanto o Sr. Frederico Lundgren e as delegações manifestantes tomavam champanhe em companhia do candidato. "Nos mesmo trens que os conduziram, regressaram os operários, passavam poucos minutos das 3 1/2 da tarde, para Olinda no meio da maior animação, e, daquela cidade provavelmente ontem mesmo para Paulista" (ibid).

O coronel Padilha pediu demissão do cargo de Diretor-Presidente da CTP. Mesmo sendo prefeito de Olinda, não conseguiu a maioria de votos para seu candidato, o Cons. Rosa e Silva, nem no município como um todo, nem no distrito de Paulista.

Como foi visto anteriormente, o General Dantas Barreto teve seu nome proclamado Governador pelo Congresso Estadual. Começaria então o governo da "salvação".

Nas décadas seguintes (1910 e 1920) os Lundgren, representando bem

exorbitante. O barração foi substituído por uma feira livre, a preços mais acessíveis". (10). Raul de Góes relata também que, através do coronel Padilha, o Conselheiro Rosa e Silva tentara atrair os Lundgren para seu partido, mas estes recusaram o convite, preferindo declarar pública e abertamente seu apoio à candidatura oposicionista do General Dantas Barreto.

E o povo, como ficaram os operários que marcharam pelas ruas com laços de fita auri-verde, que viram em suas fábricas desfraldada a "bandeira da a burguesia comercial-industrial em ascensão, postulariam cargos eletivos, que lhes garantiriam parcelas do poder político local, estadual e mesmo federal. (8)

Arthur e Alberto Lundgren seriam prefeitos de Olinda. O coronel Arthur foi também eleito deputado estadual em três legislaturas, e prefeito do município de Rio Tinto, Paraíba, onde fundariam uma fábrica de tecidos. O coronel Frederico foi deputado federal por Pernambuco em duas legislaturas.

Ao mesmo tempo em que se desenrolava a luta eleitoral, nos bastidores da Companhia de Tecidos Paulista desenvolvia-se uma luta de poder.

Como foi visto anteriormente, em 1910 quando terminou o prazo de arrendamento da fábrica pelos Lundgren, estes "venderam" à CTP a usina Timbó e os engenhos, compondo juntos a mesma Companhia o que aumentou, obviamente, sua participação acionária na mesma. Além disso, foram feitos grandes investimentos em melhoramentos e benfeitorias nos edifícios e maquinárias, como também em habitações no povoado, o que levaria à solicitação aos acionistas de considerar a elevação do capital social da empresa (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19/10/1911). Duas Assembléias Gerais Extraordinárias foram convocadas para deliberar sobre o assunto, a primeira em 1911 que decidiu convocar uma comissão de peritos para proceder a avaliação, e uma segunda, em 11/12/1911, que decidiu aumentar o capital social da CTP de 3.600:000$000 para 7.200:000$000 (9) (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19/10/1911, e 12/12/1911).

O coronel Cornélio Padilha assinaria, como Diretor Presidente. a primeira convocação, mas seu nome não constaria mais da ata da Assembléia de dezembro. Estava completo o processo de tomada do poder econômico e político da CTP pelos Lundgren, que então detinham mais de 3/4 das ações da Companhia.

O desentendimento Padilha-Lundgren é relatado também por Raul de GOÉS (1964 : 204-111). Segundo o biógrafo da família, as medidas modernizadoras adotadas pelos Lundgren encontraram resistência entre antigos servidores que teriam inciado uma oposição surda. Frederico Lundgren substituiu então os descontentes, tanto empregados de escritório como operários de fábrica. O coronel Padilha tomou o partido dos descontentes, levando os delegados e sub-delegados de polícia a hostilizarem os Lundgren, "induzindo os seus trabalhadores à rebeldia". Decidiram então os Lundgren comprar a parte do coronel Padilha na Companhia, inclusive canaviais, casas de aluguel, e o barracão que fornecia gêneros alimentícios aos operários, pagando por isso preço

liberdade", e que sutragaram Dantas Barreto?

Jornal do Recife noticiou, já em janeiro de 1912, ameaça de greve em Paulista e as providências tomadas pelo novo governador: "Desde alguns dias que um boato surdo, com visos de verdade, circulava nesta cidade, quanto a uma greve geral na fábrica de fiação e tecidos Paulista, situada no município de Olinda, e na Great Western. O movimento, ao que se dizia, estaria prestes a rebentar naquele estabelecimento fabril, havendo mesmo quem diga que nos primeiros dias da semana passada a parede entrou a ser organizada, pedindo então o seu gerente, o Sr. Frederico Lundgren providências ao general governador do Estado (JORNAL PEQUENO, 12.01.1912).

Continua o jornal: "hoje, às primeiras horas da manhã, correu a notícia da remessa de forças do exército e polícia para ali, a fim de manter a ordem seriamente ameaçada de conturbação pelo operariado amotinado, em atitude agressiva contra os patrões, a quem pediam aumento de salário e diminuição de horas de trabalho". As forças enviadas, três corpos de tropas, incluiam 50 praças de infantaria e 35 cavalaria da polícia, 50 praças do exército, seus comandantes, seguiram de trem e automóvel para Paulista. Seguiu também o então chefe de polícia para se entender com os operários em nome do General Dantas Barreto, em missão "toda de conciliação e paz" (ibid).

Pediam os operários: diminuição das horas de trabalho; reconciliação da tabela antiga pela qual recebiam salário maior; diminuição das exigências extorsivas da adminsitração; modificação da tabela das horas de serviço que era a seguinte: uma turma das 4 1/2 da manhã às 2 da tarde, outra de 2 da tarde à meia-noite, e outra desta hora às 4 da manhã (ibid).

Não há informação sobre o atendimento ou não das reivindicações operárias. Só um outro registro sobre o episódio encontramos nos peródicos, na "Crônica de Pernambuco 1912", que o ALMANACH DE PERNAMBUCO (1918) publicou anos depois "Os operários da Fábrica Paulista ameaçaram por-se em greve. Para esse lugar seguiu o chefe de polícia Dr. Estevam de Lacerda, autoridades policiais e o capitão do exército Augusto Amaral para se entender com os operários em nome do General Dantas". Não apenas os trabalhadores de Paulista organizaram paredes em 1912. Também houve greve na Fábrica de Tecidos da Vila Nathan (Societé Cotonnière Belge-Brésilienne) em Jaboatão, e outras no Recife: na Fábrica da Torre (Cia. de Fiação e Tecidos de Pernambuco), Fábrica de Estopa e na Cia. Ferro-Carril (ALMANACH DE PERNAMBUCO 1918).

Durante todo o governo Dantas Barreto (1911-1915) o movimento operário foi muito ativo em Pernambuco. Não somente organizaram-se muitas greves como outras formas de protesto – comícios, passeatas, distribuição de panfletos –, fundou-se uma Universidade Popular, um Banco Operário (este combatido pela Federação Operária de Pernambuco), estruturaram-se sindicatos, promoveram-se campanhas de assistência aos desempregados.

Sobre Paulista, como foi visto anteriormente, não se teria mais notícias de greve até pouco depois da Revolução de 1930 (11).

CONCLUSÃO

Do episódio apreciado é possível extrair certas generalizações:

a) Na campanha eleitoral de 1911, em Pernambuco, atriculou-se uma aliança de classes, envolvendo as oligarquias dissidentes, as novas classes médias., e o proletariado.

b) Embora, obviamente, o proletariado tenha sido usado como massa de manobra, sua participação na campanha eleitoral facilitou o entrosamento e a tomada de consciência da classe operária.

c) Pelo menos no caso de Paulista, o governador do Estado manifestou claramente sua solidariedade com a classe empresarial, enviando forte aparato militar para "manter a ordem seriamente ameaçada de conturbação pelo operariado amotinado", quando havia, simplesmente, uma ameaça de greve. Esse mesmo governador, quando candidato, não considerou pertubação da ordem esses mesmos operários marcharam e fizeram comícios nas ruas do Recife, no caso, em seu apoio e com suporte dos donos da empresa.

d) O salvacionismo , apesar de seu discurso populista, não mudaria as práticas eleitorais que dizia combater. O coronel Frederico que se elegeria deputado federal no ano seguinte, ousava prometer ao General Dantas Barreto **todos** os votos de Paulista, como se foram esses, também, sua propriedade.

e) O caso de Paulista confirma a hipótese de que a clivagem das elites, no episódio de 1911, teve fundamentos muito mais econômicos que ideológicos. Uma nova classe empresarial procurava, também dominar politicamente o Estado, para impor as novas regras do jogo.

f) Ainda que sob forte controle do capital, foi sempre possível às classes trabalhadoras articularem-se e tentarem enfrentar a dominação, mesmo quando esta assumia sua face paternalista oferecendo moradia, diversões, assistência médica, etc.

g) Faltando apoio governamental e da sociedade civil, o clamor dos operários no início da era industrial brasileira dificilmente seria atendido, mas sedimentaria uma luta que se alongaria e ampliaria nos tempos seguintes.

NOTAS

1) Os dados principais sobre a campanha Dantas Barreto foram retirados dos livros de COSTA PORTO (1970 e 1973) que, apesar do enfoque jornalístico, contém informações importantes.

2) Quando foi fundada a CTP. o engenho Paulista pertencia à freguesia de Maranguape, município de Olinda, já em 1907, o impulso trazido pela indústria levou à criação do distrito do Paulista. O município do Paulista foi criado em 1928, perdendo esta categoria em 1930, para tê-la restaurada em 1935, através da Lei Estadual nº 11, que estabeleceu que o mesmo se constituiria de partes desmembradas dos municípios de Olinda, Igarassu e São Lourenço da Mata. A Vial do Paulista foi elevada à cidade em 1938. Em 1928, o distrito de Abreu e Lima foi desmembrado de Paulista, passando a município independente.

3) O monopólio dos Lundgren sobre o solo de Paulista foi, inicialmente, solapado pela Constituição Estadual de 1947 que legislou sobre cidades encravadas em terras particulares e possibilitou uma primeira desapropriação de terrenos urbanos. Por este mesmo tempo, instalou-se no município a primeira grande empresa não pertencente aos Lundgren: a Cia de Cimento Portland Poty. O processo iria se acelerar na década de 1960 em conseqüência da política de industrialização da SUDENE que, por um lado, induziu a CTP a modernizar-se (e para isso foram vendidas terras a fim de capitalizarem-se, e casas a fim de pagarem idenização aos operários dispensados), e por outro lado atraiu para o novo distrito industrial de Paratibe numerosas empresas. Mais recentemente, com recursos do BNH, vêm sendo construídos enormes conjuntos habitacionais em terras que foram, outrora, dos Lundgren.

4) O termo "engenho" é usado aqui em sua concepção vulgar de propriedade canavieira, mesmo quando não mais funciona como fábrica de açúcar.

5) A Usina Timbó, fundada em 1887, portanto entre as mais antigas de Pernambuco, tinha 30 km de ferrovia. Desativada em torno de 1921, a ferrovia passou a servir somente às fábricas de tecido.

6) Os jornais da época, conforme foi visto anteriormente, eram facciosos e incendiários, limitando-se a exaltar seu candidato e a atacar o adversário. Assim, é importante citar sempre sua filiação partidária a fim de que possam ser feitos os necessários descontos.

7) Como típicos coronéis, os Lundgren usufruiam de liberdade para mandar e desmandar em seus domínios. Declarou um nosso informante com certo orgulho: "Os Lundgren tinham muitas armas guardadas, melhores que as do exército. Só quando chegou a revolução de João Pessoa (1930) os soldados foram lá desarmar Paulista".

8) A família Lundgren, descendente do comerciante e industrial sueco emigrado para o Brasil em 1856 Herman Lundgren, e de sua mulher a dinamarquesa Anna Elizabeth Lundgren, compunha-se de 5 irmãos: Herman Jr., Frederico João, Guilherme Alberto, Arthur Herman, e Anna Louise (Anita). Mostraram, a exceção de Herman Jr. que cedo separou-se do grupo, uma notável união. Após a morte do pai (1907), passou o comando da família para Frederico e após a morte deste (1946) para Arthur, que viria a falecer em 1967. Os irmãos Lundgren deixaram uma numerosa descendência entre os filhos legítimas e bastardos. Hoje o grupo tem um comando polipartido, representado por Helena Lundgren como herdeira de sua tia Anita, dos descendentes de Herman Jr. que herdariam também através da tia Anita; dos filhos legítimos de Alberto Lundgren; e dos fi-

lhos do único casamento de Arthur Lundgren. Os filhos ilegítimos de Guilherme, falecido antes da legislação que favoreceu a herança de filhos fora do casamento, nada herdaram. Os demais filhos ilegítimos de Frederico e Arthur tiveram parte na herança mas não detêm atualmente o comando das empresas. Fora das fábricas de tecidos (de Paulista, Rio Tinto, e das instaladas em Minas Gerais) os Lundgren têm outras empresas industriais e agrícolas, mas ficariam nacionalmente conhecidos através da poderosa cadeia de lojas: As Casas Pernambucanas.

9) Documentos cartoriais e informações de jornal (A PROVÍNCIA, 12.12.1911) indicam que os Lundgren ampliaram entre 1904 e 1911 sua participação da CTP de. . . . 4.205 para 16.684 ações. Embora não tenhamos dados, pode-se presumir que em 1904 não detinham, ainda, o controle acionário da Companhia, tanto assim que para administrá-la precisaram firmar um contrato de arrendamento da mesma para o período de 1905-1910, dando como garantia a hipoteca de sua fábrica de pólvora, a Pernambuco Powder Factory, de Pontezinha, da qual são feitas referências no episódio de 1911. Em 1911, controlavam mais de 3/4 das ações da CTP com direitos a voto.

10) Na feira de Paulista, segundo vários informantes, os operários podiam comprar "de tudo e barato. O coronel Frederico controlava pessoalmente tudo. Ia de barraca em barraca com seu chapelão e sua varinha. Os trens traziam frutas e verduras que os moradores plantavam nas terras da Companhia. Era uma feira grande e farta." A política de controle dos preços na feira, rebaixando o custo de reprodução da força-de-trabalho, era obviamente uma forma de viabilização da acumulação do capital, pois permitia, paralelamente, manter os salários mais baixos que no Recife, embora "se vivesse bem".

11) O presente trabalho pode parecer demasiado histórico para uma antropologia. Ele, é, entretanto, recorte de um trabalho mais amplo que pretende apreciar a trajetória da família Lundgren de 1956 a 1967 como forma de estudar o processo de acumulação de capital. Outros pesquisadores, como LEITE e LOPES et al. (1979), COSTA (1982), GÓES (1964), SILVA (1980) já escreveram sobre a mesma realidade, enfocando ora Paulista, ora os Lundgren. No entanto, cremos que a análise de um grupo nordestino de sucesso, e obviamente das relações de trabalho na empresa, é uma contribuição importante para contrabalançar tantos estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre empresários e operários do Rio e São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

ALMANACH DE PERNAMBUCO. Recife (anos 1911 a 1929)

COSTA, Eda Maranhão Pessoa da – **Expansão e orientação espacial.** Recife, UFPE/Ed. Univeritário, 1982.

COSTA PORTO, José da – **Os tempos de Rosa e Silva.** Recife, UFPE, 1970.

COSTA PORTO, José da – **Os tempos de Dantas Barreto.** Recife, UFPE, Ed. Universitária, 1973.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife (ano 1911)

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos – **Diccionário chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco.** A-O. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908.

GALVÃO Sebastião de Vasconcellos – **Diccionário chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco.** P. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910.

GÓES, Raul de – **Um sueco emiga para o Nordeste.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1964.

HUTZLER, Celina Ribeiro – Acumulação e industrialização em Pernambuco de outrora COMUNICAÇÕES, Recife. Vol. 1, nº 1,: 107-126, 1982.

JORNAL PEQUENO. Recife (ano 1912)

KOSTER, Henry – **Viagens ao Nordeste do Brasil**, trad. L. Câmara Cascudo. 2 ed. Recife, SEC, 1978 (pub. priginalmente em 1816(.

LEITE LOPES José Sérgio et al – **Mudanca social no Nordeste**: a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MARX, Karl – **O Capital,** livro II, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, S.D.

PERNAMBUCO. Recife (ano 1911)

A PROVÍNCIA. Recife (ano 1911)

SILVA, Alcir Veras da – **Algodão e indústria têxtil no Nordeste, uma atividade econômica regional.** Natal, Ed. Universitária, 1980.

O BNH e a Nova Forma do Estado no Brasil Pós-64 - Contribuições para o seu Estudo

Maria Beatriz Ferreira Lavieri

Pesquisadora junto ao Mestrado de Ciências Sociais da UFPb

INTRODUÇÃO

O presente artigo constitui-se numa síntese da dissertação que realizamos junto ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, defendida em junho de 1985.

Nessa dissertação procuramos avaliar o BNH na sua relação com as configurações assumidas pelo Estado brasileiro pós-64 dentro da estratégia de expansão e consolidação do capitalismo monopolista no país. Para a abordagem desse objeto de estudo, o corte analítico que buscamos fazer privilegia três aspectos:

- primeiro, o papel do BNH no contexto das transformações que, na nova modalidade capitalista, vieram ocorrer na forma de intervenção do Estado na esfera financeira e na esfera da produção;
- segundo, o papel do BNH na organização do espaço urbano – entendido este espaço como "locus", ou seja, como sede principal da expansão do capitalismo monopolista;
- e, terceiro, a articulação que veio se dar no contexto da nova forma assumida pelo Estado brasileiro, entre o BNH e os diferentes interesses de classe.

Na forma de exposição, a dissertação foi estruturada em cinco capítulos:

- o capítulo I ("Centralização e Poder: A Institucionalização de uma Atuação em Bases Financeiras") caracteriza a atuação do Estado no campo específico da produção imobiliária na fase pré-64 e as transformações que foram introduzidas na forma de sua atuação neste campo com a criação do BNH e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Isto, do ponto de vista da estruturação institucional e financeira, como também dos reflexos nas relações Estado/iniciativa privada e Estado/trabalhadores.

- o capítulo II ("A Atuação na Readequação da Estrutura Urbana") trata das transformações que vieram ocorrer ao nível do espaço urbano a partir da intervensão do BNH na renovação do espaço físico das cidades para a expansão do capitalismo monopolista.
- o capítulo III ("O BNH e os Interesses Financeiros") analisa a forma como o BNH atua no seu papel de intermediador da utilização dos fundos de arrecadação compulsória – notadamente o FGTS – pelas empresas financeiras do SFH, como também das relações que o BNH mantém com o Sistema Financeiro Nacional em seu conjunto.
- o capítulo IV ("O BNH e os Interesses Produtivos") analisa a forma como o BNH atua no plano da produção, seja especificamente no setor da construção civil, seja no conjunto da esfera produtiva.
- o capítulo V ("As Estratégias Empresariais: Coerências e Contradições"), por outro lado, avalia como os empresários, na sua relação com os demais atores sociais, definem e redefinem suas estratégias para interferir nas instâncias de decisão sobre a condução da política do BNH. Essa avaliação é feita especificamente em relação aos empresários ligados a atividades da construção civil, e isto num período também bastante específico, que é o de crise política e econômica recente. *(1)*

O BNH E A NOVA FORMA DO ESTADO NO BRASIL PÓS-64

Procuramos evidenciar ao longo da dissertação que o BNH é uma instituição estatal cuja conformação e modo de intervir na economia e nos processos sociais e políticos responde não só a injunções conjunturais, como também a determinados requisitos estruturais colocados pela forma mesma como veio se estruturar a economia brasileira e, no interior dela, o Estado, na fase monopolista do capitalismo no Brasil.

Entendo que os caminhos de análise que experimentamos nessa direção – mesmo que para serem contraditados e superados – poderiam contribuir como novos pontos de referência para aqueles que venham a se debruçar sobre o estudo do Banco, neste artigo gostaríamos de alinhavar de forma breve os principais aspectos desenvolvidos na dissertação, indicando em relação à alguns deles a maneira como se construiu a nossa análise.

No âmbito específico da produção imobiliária, ocorreram certas transformações a partir de 1964 ao nível institucional e financeiro que, a nosso ver, foram significativas como medidas de ajuste deste tipo de produção ao processo de concentração e centralização da economia que se encontrava em curso.

Ao nível da estruturação institucional, tais transformações poderiam ser assim resumidas:

– na ocorrência de uma ruptura radical com as práticas atomizadas

anteriormente existentes, mediante a formação do SFH como um sistema único de financiamento e promoção imobiliária, concentrador de todas as atividades e instituições nesse campo;
- no paralelo rompimento com as práticas que se estruturavam independentemente do Estado, à partir do surgimento de um macro poder estatal expresso na figura do BNH, o qual, detendo de forma centralizada um volume significativo de recursos e o comando decisório sobre as atividades do SFH, passou a articular o conjunto da produção imobiliária, fazendo gravitar em torno dele todas as instituições ligadas a este tipo de produção;
- na intensificação dos encargos assumidos pelo Estado junto às empresas privadas promotoras e de crédito imobiliário, consubstanciada na ação do BNH como garantidor das condições gerais de produção e das condições específicas de reprodução de seus capitais;
- na intensificação de seus encargos também na esfera da reprodução da força de trabalho, expressa num aumento considerável de seus investimentos em habitação e outros bens de consumo coletivo, porém com a sua concomitante desobrigação em relação aos custos dessa reprodução, pela supressão dos encargos com subsídios aos trabalhadores;
- e, no rompimento com o vínculo estreito que havia anteriormente entre as instituições públicas e os órgãos de classe profissionais de trabalhadores, com a transformação da clientela e contribuintes no "público em geral".

Em relação à estruturação financeira, as transformações poderiam ser assim resumidas:

- numa ruptura radical com a anterior operacionalização deficitária dos órgãos públicos, através da incorporação dos lucros nos empreendimentos imobiliários estatais;
- na geração de uma volumosa base financeira com recursos renováveis para ser gerenciada pelo Estado, concretizada não só pelos lucros auferidos nos empreendimentos, como também pelos seus próprios instrumentos de mobilização financeira – o FGTS, principalmente, no caso do BNH, e as cadernetas de poupança, no caso das caixas econômicas;
- na total reestruturação dos instrumentos de captação de recursos de natureza voluntária, de forma a torná-los mais eficazes para o "enxugamento" de pequenos recursos excedentes – os quais antes permaneciam retidos ao nível das "economias" domésticas e agora confluem para a esfera financeira e retornam ao processo produtivo;
- no surgimento de uma relação de estreita dependência dos instrumentos de captação de recursos privados aos públicos, na medida que é o BNH, através de seus fundos de arrecadação compulsória

que lhes fornece a garantia de operacionalização;
- na introdução da correção monetária em todas as transações financeiras do novo sistema como elemento de proteção à descapitalização dos investimentos públicos e privados e como elemento de indução aos pequenos investimentos;
- e, finalmente, na geração de um padrão de especialização financeira que veio fornecer a autonomia suficiente para apoiar o setor da construção civil no sentido de promover a expansão imobiliária urbana e, ao mesmo tempo, conter a suficiente abertura para atender a outros tipos de demanda.

Colocada essa visão mais geral das transformaçoes que ocorreram no âmbito da produção imobiliária, consideramos importante explicitar a maneira como se formou o nosso entendimento sobre o que motivou o regime pós-64 a eleger o setor da construção civl para ser particularmente "favorecido" com um suporte financeiro estatal nas proporções do BNH.

Tornou-se corrente interpretar esse "favorecimento" como uma estratégia do regime para enfrentar o impasse depressivo que vivia a economia brasileira nos anos sessenta. Segundo tal concepção, isso se daria mediante uma injeção de recursos na indústria da construção civil que geraria um efeito acelerador em cadeia sobre as outras indústrias da qual ela demanda produtos, como também – por suas características de grande absorvedora de força de trabalho – estimularia a demanda por bens de consumo operário (SOUZA: 1974, p. 55; AZEVEDO e ANDRADE: 1982, p. 60; SZUBERT: 1978, p. 4; CERQUEIRA LIMA: 1980, p. 7).

À medida que fomos aprofundando a nossa análise, este tipo de interpretação – como única ou como principal explicação econômica para o fato – tornava-se, para nós, cada vez mais passível de contestação. Por um lado, porque a possibilidade do regime ter como objetivo atender a um problema momentâneo de crise econômica não nos parecia justificar, por si só, a implantação de um empreendimento que já surgiu introduzindo transformações e dietando raízes profundas, como foi o caso do BNH. Por outro lado, porque considerávamos o fato de que a criação das condições financeiras mais sólidas para impulsionar o setor da construção civil – via instituição do FGTS e reformulação das cadernetas de poupança – veio ocorrer não na fase mais aguda da crise econômica, mas sim nos anos 1967/1968, quando, a partir de um conjunto de medidas de caráter bem mais abrangente, foram lançadas as bases efetivas para a retomada do crescimento.

No sentido de avançar além desses questionamentos, passamos a ter a nossa atenção despertada para o entendimento das relações que o setor da construção civil mantém com demais setores da economia. Dentre essas relações, evidenciava-se o caráter complementar da construção civil, enquanto elemento essencial e indispensável para atender às diferentes demandas setoriais em termos de infra-estrutura, instalações e equipamentos. Diante disso, e tendo em vista que a dinâmica de monopolização da economia veio intensifi-

car profundamente essas demandas de parte de todos os setores, colocou-se para nós, como uma resposta mais plausível àquela indagação inicial, a necessidade da construção civil ser fortemente instrumentalizada para corresponder à sua parcela complementar, ao nível das exigências requeridas.

Essa correspondência em capacidade de realização e velocidade de produção só poderia evidentemente ser resolvida se, à semelhança do que ocorreu com os demais setores produtivos, o setor da construção civil estivesse articulado a uma sólida base financeira. Contudo, particularizaria a forma de atenção a este setor o fato de seus empreendimentos, por um lado, exigirem, a cada operação – seja na instância da produção, seja na instância do mercado – a mobilização de um volume significativo de recursos e, por outro, exigirem também largos prazos de maturação para o retorno de investimentos. Nessa medida, a base financeira a lhe ser destinada não só necessitaria ser de grandes dimensões, como, comparativamente aos demais setores, de funcionar sob uma mais estreita intermediação do Estado.

A nosso ver, portanto, esses aspectos terão certamente influído em grande parte na decisão do regime oferecer uma atenção tão destacada do Estado ao setor da construção civil, via criação do BNH.

É preciso considerar por outro lado, que a garantia da construção civil poder corresponder ao seu papel complementar dentro da dinâmica de monopolização da economia exigiria a ampliação da intervenção de Estado nas atividades deste setor não só em termos de um suporte de recursos. Como já nos referimos, pela própria natureza da forma de expansão do capitalismo monopolista, a grande parte das demandas por infra-estrutura, equipamentos e instalações tenderia a ocorrer no âmbito das cidades, o que solicitaria rápidas e profundas transformações em seu espaço físico. Dentro deste contexto, o Estado viria assumir um papel também predonderante enquanto elemento essencial para readequar a estrutura urbana a essas transformações, voltando nesse sentido seus instrumentos de planejamento.

Isso fica evidenciado nos aspectos que vieram nortear a política urbana do BNH. Podemos perceber, em primeiro lugar, o efeito catalizador que a política de concessão de financiamentos residenciais principalmente a imóveis novos exerce sobre a dinâmica de reformulação do espaço urbano. Na leitura que fazemos, a prioridade sobre o novo, definida em leis, veio, de um lado, estimular o lançamento de bairros e instalações cada vez mais "modernos" e "atraentes" e, de outro, incitar a absolescência e reestruturação dos antigos bairros para a acolhida de novos usos.

Em segundo lugar, podemos perceber que as áreas que sofreram intervenção dos programas oficiais de remoção de favelas vieram acolher atividades, instalações e equipamentos chaves da nova ordem político-econômica.

Por outro lado, que através da política de conjuntos habitacionais perimetros urbano e no processo de ocupação dos vazios intersticiais que foram se formando entre o centro e a periferia das cidades.

Podemos também perceber o papel do BNH na redefinição dos "bair-

ros nobres" dentro do tecido urbano, via seus programas de revitalização de áreas, como é o caso, por exemplo, do Projeto Cura. Como procuramos mostrar, o BNH, através de programas desse tipo, atua no sentido de criar em certos pontos das cidades elementos que influem, ao mesmo tempo, na atração e expulsão de população, o que tem amplos reflexos sobre a reordenação do espaço urbano. Isso porque ao mesmo tempo que estimula a que moradores de antigos "bairros nobres" abandonem seus locais de moradia em favor de zonas tomadas mais "prestigiosas" e "atraentes" com a ação do projeto – e esses antigos bairros estão muitas vezes sendo requisitados para acomodar a ampliação do sistema viário, redes de bancos, instalações comerciais e outros tipos de instalações – faz também com que seja expulsa das áreas sob intervenção a parcela da população aí residente que não tem capacidade de arcar com os novos valores e custos que essas áreas vêm assumir e que terá que buscar outras áreas para se acomodar no tecido urbano.

Diante desse conjunto de aspectos, ressaltamos a importância de se dar atenção à ação do BNH na dinâmica de reformulação do espaço urbano para novos usos, novos equipamentos e novas populações, na medida que entendemos que sua ação nesse sentido propricia um rápido ajuste da estrutura urbana às novas exigências da ordem econômica.

Na avaliação do papel do BNH no plano financeiro, por outro lado, consideramos fundamental que seja examinada a sua atuação como intermediador dos recursos do FGTS, no sentido de subsidiar uma verdadeira superacumulação nesse plano, contribuindo, inclusive, para a formação de conglomerados. A nosso ver, deve também ser levado em conta que a ação do BNH do ponto de vista financeiro extrapola em muito o SFH. A propósito, procuramos mostrar no capítulo III da dissertação, como ao gerenciar os recursos do FGTS, o BNH penetra em todo o Sistema Financeiro Nacional, envolvendo não só o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), mas também uma vasta rede de Bancos Comerciais, Financeiras, Bancos de Investimentos, e as próprias finanças da União.

Do mesmo modo que para o plano financeiro, procuramos mostrar que os recursos manipulados pelo BNH transitam entre os mais diversos setores produtivos, extrapolando em muito a produção de habitações e o próprio setor da construção civil em seu conjunto.

A nosso ver, as interpretações que partem do pressuposto que a ação do BNH se circunscreve apenas a estes limites ou que vêem como "desvio " a sua atuação em áreas diversas da habitacional ou mesmo do setor da construção civil, perdem a perspectiva de que a pluralidade é um elemento *tendencial* e *constitutivo* do capitalismo monopolista.

É fato que no «contexto» dessa nova forma do capitalismo no Brasil vamos encontrar um Estado que busca se especializar setoriamente, respaldado em um sem número de fundos e instrumentos de captação de recursos também especializados no sentido de garantir uma certa autonomia na sustentação financeira de cada um dos diversos setores econômicos – como é o caso do BNH e das Caixas Econômicas utilizando o FGTS e as Cader-

netas de Poupança no incentivo à construção civil.

Contudo, há que se considerar que o setor da construção civil – como os demais setores de per si – não representa apenas uma determinada fração do capital que se organiza separadamente, mas também se organiza articulado aos demais setores no interior dos conglomerados.

Essa forma conglomerada de organização faz com que os interesses dos capitais de cada grupo requisitem ser atendidos não só ao nível de uma ou de algumas de suas atuações setoriais. Na realidade, a estrutura complexa a que cada grupo faz parte acarreta em que as demandas feitas ao BNH por cada um deles se coloque no sentido dos seus interesses globais de expansão.

Portanto, quanto o BNH reorienta os recursos captados através de instrumentos que, em tese, corresponderiam a construção civil para setores alheios a este, isto não quer dizer, necessariamente, que os interesses que envolvem este setor tenham sido negligenciados. Na realidade, é para dar vazão aos dois níveis de interesse que o BNH, mesmo mantendo uma relativa especialização, lança mão dos mecanismos de intercâmbio dos recursos captados setorialmente para atender a outras finalidades que venham se sobrepor às finalidades do próprio instrumento que deu origem à existência dos recursos. Essa exigência de "flexibilidade" virá se desdobrar também no interior dos conglomerados que colocarão, à conveniência da expansão do grupo, a aplicação dos recursos obtidos junto ao BNH.

Daí entendemos que, dentro da lógica do capitalismo monopolista, essa se torna a norma preponderante e não o elemento "desviante", só se apresentando como "desvio" quando fere os interesses das empresas de construção que se encontram à margem do processo de monopolização, ou dos grupos que têm a construção civil como um dos setores principais de sua expansão.

Não devemos desconsiderar, no entanto, a particular importância do BNH para o setor de construção civil, e, de modo especial, para acelerar a produção de obras de infra-estrutura urbana e de habitação nos últimos vinte anos.

O fomento às obras de infra-estrutura urbana, se por um lado cumpre de forma genérica a função de baratear os custos de produção e circulação, por outro é particularmente importante para as empresas construtoras do ponto de vista do volume de negócios, da lucratividade e da garantia de demanda efetiva que oferece a essas empresas.

No campo da produção de habitações, o BNH realiza a liquidez de um bem caro, cuja capacidade de aquisição, mesmo por faixas econômicas melhor aquinhoadas da população, seria extremamente dificultada sem o apoio direto ou indireto dos seus instrumentos financeiros.

Ainda em relação à produção habitacional, os dados apresentados no capítulo IV da dissertação nos mostram como a medida em que ocorrem problemas de retração dos créditos privados e que ocorre um fechamento do mercado, o BNH garante um certo patamar de produção e realização desta produção ao setor da construção civil. Como procuramos mostrar, o BNH atua com

maior ou menor intensidade nos financiamentos à habitação numa razão inversamente proporcional à maior ou menor atuação das empresas privadas de crédito do SBPE nesses financiamentos. Assim corresponde exatamente às fases de desaceleração e crise da economia (1964/1968 e pós–1975) – quando as empresas financeiras privadas reduzem seus financiamentos em favor de aplicações na própria órbita inter-financeira – os períodos que há uma entrada maciça de financiamentos a habitação por parte do BNH.

No mesmo sentido de garantir a produção ao setor da construção civil percebemos que, em relação à habitação popular especificamente, o BNH, ao se constituir em demanda efetiva para a sua produção, libera as construtoras dos problemas de comercialização, elemento este fundamental nos momentos de obstrução dos negócios.

Cabe, portanto, fazermos referência à necessidade de levar em consideração o significado econômico do mercado popular de habitações. É que tornou-se corrente interpretar a atuação do BNH neste mercado estritamente ligada às injunções políticas de conjuntura. Dentro dessa ótica, o elemento definidor da atenção aos programas de habitação popular estaria circunscrito apenas à necessidade maior ou menor do Estado ampliar a sua base legitimação junto aos setores populares.

Com base em que a partir de 1975 o BNH volta a contemplar prioritariamente as obras de habitação popular como havia ocorrido nos primeiros anos de seu funcionamento (1964/1968), a visão é a de que a menor ou maior atuação do Banco no "mercado popular" está diretamente relacionada com o maior ou menor despotismo do regime pós-64. Ou seja, que nos momentos de distenção e crise política, como forma de ampliar a base de legitimação do Estado, há uma maior atenção às obras de "interesse social" e, na fase de endurecimento do regime há um abandono dessas obras por parte do Banco (PORTES: 1977, p. 132-151 AZEVEDO E ANDRADE: 1982, p. 107-111; VALLADARES: 1980, p. 22).

Esta visão do problema começou a ser considerada insuficiente por nós no momento que passamos a avaliar as reivindicações dos empresários da construção civil no período de crise econômica e política recente. Primeiro, ao depararmos com a situacão de empresários de construtoras do porte da Adolpho Linderberg e da Gomes de Almeida Fernandes, cuja tradição é a de atuar nas faixas mais altas do mercado habitacional, reivindicando do BNH maior atenção às habitações de "interesse social". E, segundo, ao percebermos que no congresso da construção civil que ocorreu em 1982, com a participação de mais de 230 dirigentes de empresas, a reivindicação básica era a mesma. Isso nos estimulou a especular sobre que interesses econômicos poderiam estar por trás desse pretenso interesse social.

Nesse sentido é que observando, como contraponto, a forma de intervenção do BNH no mercado popular, nos veio a percepção que o interesse dos empresários sobre ele tinha relação com o fato de neste mercado ser o pró-

prio Banco que, através das COHAB's, se constitui no financiador, no primeiro comprador, e no responsável exclusivo pela comercialização ao consumidor final. Assim, num período em que as construtoras se encontravam com problemas de conseguir créditos junto às instituições privadas de financiamento e com problemas de insolvência em seu mercado tradicional, a atuação do BNH no mercado popular aparecia como a saída viável a estas construtoras, pois o Banco, ao mesmo tempo em que lhes farantia o financiamento, garantia a realização da produção, sem qualquer risco.

Foi, portanto, este tipo de especulação que nos levou a considerar limitado entender a ação do BNH no mercado popular de habitações apenas no plano do político. É inegável que no período mais recente, com a crise política que veio imediatamente à crise econômica pós-75, a habitação popular se tornaria também um elemento importante para buscar evitar a total deterioração da legitimidade do Estado. No Entanto, a nosso ver, essa função política da habitação popular não deve ser encarada nem como a única, nem como a primeira causa que explica a maior atenção que lhe pôde ou lhe possa ser dada pelo BNH.

Como já nos referimos, a habitação popular consquistou prioridade no total de imóveis financiados pelo BNH nos dois períodos de crise econômica vividos após 1964. Por outro lado, não nos parece aceitável que, como se tornou corrente interpretar, nos primeiros anos de pós-64, a habitação popular tenha exercido o significado político que vem exercendo nos últimos anos. Isso, seja por considerarmos a forma extremamente anti-popular do tratamento que lhe foi dado inicialmente, através dos programas de remoção de favelas, seja por considerarmos o próprio fato de que naquela fase, de forma diversa desta, além da existência de uma forte repressão aos reclamos populares, o Estado encontrava amplo espaço de legitimação junto ao empresariado e junto a uma boa parcela das classes médias.

No plano político, um aspecto por nós considerado fundamental a ser destacado diz respeito às mudanças nas relações Estado/iniciativa privada e Estado/trabalhadores que, após a criação do BNH, vieram ocorrer no campo da produção habitacional.

No que diz respeito às relações com a iniciativa privada, examinando o caso concreto das empresas do setor da construção civil, podemos perceber a ocorrência de um profundo estreitamento de seus laços de dependência ao Estado, na medida mesma que o BNH tornou-se absolutamente indispensável à realização de seus empreendimentos habitacionais.

Este novo contexto colocou não só a tendência de um aumento considerável das desmandas dessas empresas ao Estado, como também a que houvesse uma mudança significativa na forma de organização dos empresários em torno do atendimento dessas demandas. Ou seja, como em função do próprio poder centralizador do BNH as medidas políticas e econômicas por ele tomadas atingem de forma generalizada o conjunto das empresas que atuam no campo da produção habitacional, as pressões sobre a definição dessas medi-

das, e/ou as reações a elas, tendem a também ocorrer de forma generalizada, envolvendo o conjunto dos empresários em atividades neste campo.

Não por acaso, portanto, que nos últimos anos assistiu-se no país a uma proliferação de entidades de classe de empresários da construção civil e a uma grande ascenção desses empresários na cena política. A nosso ver, diante de seus interesses comuns mais fortemente amalgamados pela ação do BNH e diante da própria necessidade de aumentarem sua força de pressão para fazer frente ao poderio que o Banco exerce sobre seus empreendimentos, esses empresários foram levados a se instrumentar de maior capacidade de organização, de iniciativa e astúcia política.

Na pesquisa que realizamos acerca das estratégias dos movimentos de empresários ligados à construção civil, evidencia-se o avanço político destes movimentos nos últimos anos. Ao mesmo tempo que se organizam em um número bastante significativo de entidades de classe, definidas segundo as especificidades de campos de atuação, o que lhes confere a independência para lutar por seus interesses específicos, as diferenças e as fricções internas que destas resultam, são habilmente superadas com a maciça mobilização e composição de alianças em torno dos objetivos e reivindicações comuns. Soma-se a isso a sagacidade que demonstram em tirar partido dos movimentos populares, fazendo crescer o peso de suas reivindicações, ao incorporarem a estas, segundo suas conveniências, as demandas colocadas por esses movimentos. E, na medida que as demandas populares possam de alguma forma, convergir com seus interesses, não exitam em associarem a outros interesses de classe e em ferirem ou se oporem ao Estado. Por outro lado, mostram-se como leais defensores do Estado, desde que esteja em jogo a preservação das vantagens que o BNH possa lhes oferecer. Ou seja, bandeiras contraditórias são ardilosamente convertidas a seu favor. Por exemplo, é com o mesmo empenho que defendem simultaneamente o BNH e os mutuários no emprego da Justiça contra o BNH, ou que defendem as manifestações de rebeldia civil e evocam a fidelidade às diretrizes do golpe de 64.

A ação extremamente dinâmica, coordenada e atenta para as novas situações colocadas pelo cotidiano; a rapidez com que se mobilizam diante dessas situações e que criam uma linguagem comum para defender seus interesses; a iniciativa que demonstram em desenvolver estratégias sofisticadas e diversificadas, lançando mão dos meios de comunicação e expedientes científicos para influir na opinião pública e dar suporte às suas reivindicações; e a facilidade com que abrem caminhos de penetração nos níveis máximos do poder estatal, são outras características que expressam seu grau de instrumentalização no plano político.

Evidentemente, portanto, que na disputa dos recursos e dos demais instrumentos de planejamento do BNH, não é sem pressões, sem capacidade de organização e astúcia política que os empresários tem conseguido fazer com que seus interesses sejam privilegiados.

Obviamente, a constatação de que o BNH tem priorizado as demandas empresariais, ou que os empresários têm sabido converter a seu favor as demandas colocadas pelos movimentos populares, não significa, necessariamente, que estes movimentos também não tenham exercido uma certa dose de influência nas mudanças que vêm ocorrendo na política do Banco.

Temos que considerar que a grande expressividade assumida pelos movimentos populares nos últimos anos, se constituiu em um dos elementos importantes para o estabelecimento da nova correlação de forças políticas da sociedade, e, portanto, para aumentar ainda mais o fosso entre o Estado e a Nação. Diante disso, é evidente que, como forma de buscar evitar a total deterioração da legitimidade do Estado, o BNH se veria forçado a também criar respostas aos reclamos colocados por esses novos atores sociais.

O próprio fato dos empresários terem buscado se valer das demandas colocadas pelos movimentos populares para aumentar a sua força de pressão, indica o reconhecimento da importância desses movimentos e da delicada situação em que colocaram o Estado na recente conjuntura de crise política.

Só para citar alguns exemplos, não podemos deixar de imputar às pressões dos movimentos de moradores contra os programas de remoção empreendidos pelas COHAB's, a recente substituição destes programas pelos de urbanização de favelas. Por outro lado, fica bastante evidente que o movimento dos mutuários, não só pelo seu conteúdo propriamente político, mas também e, principalmente pelo abalo econômico que causou ao SFH, é que foi o elemento básico das recentes reformulações nos planos de financiamento do sistema.

No entanto, temos também que considerar que o longo período de silêncio imposto pelo regime pós-64, criou um imenso descompasso entre os setores populares e empresariais em relação aos seus níveis de articulação política e de interferência nas instâncias de decisão estatal.

Neste particular, a história recente nos oferece uma série de exemplos da situação de grande desvantagem em que ainda se encontram os setores populares e, em contraposição, da agilidade com que os setores dominantes têm conseguido se antecipar a eles no embate de forças políticas.

No plano mais geral, um dos exemplos significativos foi a derrota das reivindicações colocadas pelo movimento de maior mobilização popular registrado, até então, na história do país, como foi o movimento pelas eleições diretas, com a contrapartida de uma rápida articulação dos setores dominantes para compor alianças ao nível do próprio poder e para catalizar as insatisfações populares, dando ampla legitimidade, mesmo que pela via de eleição indireta, ao candidato da "conciliação nacional".

Com relação às mudanças na condução da política do BNH, em particular, como já nos referimos, existem indicadores de que as pressões populares têm exercido um certo peso nessas mudanças. Contudo, o que podemos observar é que as mudanças resultantes dessas pressões se restringem a paliativos não chegando a representar avanços qualitativos no sentido da conquista

de um conteúdo mais social nos programas e planos de financiamento do SFH. Em outras palavras, em que pesem as mudanças, elas não chegaram a alterar a estrutura básica de operacionalização do sistema, que tem como um de seus aspectos principais, garantir a todos os seus agentes, inclusive ao BNH, o retorno do capital investido, acrescido de um excedente na forma de lucro. Ou seja, as mudanças não chegaram a levar o BNH a recuar da posição de não assumir subsídios, condição essencial para que a maioria da população possa ter acesso aos benefícios do sistema.

No entanto, se os interesses populares têm sido respondidos com paliativos, o mesmo não podemos dizer em relação ao atendimento dos interesses empresariais. Como procuramos mostrar nos capítulo III e IV da dissertação, os empresários mesmo com a crise econômica, e com a situação de instabilidade política do Estado, mativeram uma posição totalmente privilegiada na repartição dos benefícios do sistema, sendo contemplados com subsídios e com as garantias oferecidas pelo BNH aos seus empreendimentos.

A manutenção dessa posição por parte dos empresários, em contraste com a fragilidade das conquistas por parte dos setores populares, revela por si só, o descompasso entre suas capacidades de influir na condução da política do BNH.

Contudo, devemos ressaltar que o mesmo poder centralizador do BNH que suscitou a ampla arregimentação das organizações empresariais, estimulou, por outro lado, o surgimento de movimentos sociais qualificativamente novos no seio dos trabalhadores.

A centralização da política habitacional, associada à generalização no seu tratamento para qualquer latitude do território nacional, colocou, como tendência, a perspectiva de que, frente a um único interlocutor – o BNH – se formasse uma mobilização de trabalhadores em unidade nacional. A forma como se deu a eclosão do movimento dos mutuários na contestação da política do BNH, é, a nosso ver, a manifestação concreta dessas perspectiva. Embora ponderando sobre as atuais limitações de movimentos como este, principalmente em termos de sua capacidade de interferir na essência da política do BNH, não podemos deixar de considerar o potencial de mudanças que eles contêm e a íntima relação desse potencial de mudanças com a própria forma em que está estruturado o BNH.

---

(1) A análise é feita com base nas informações coletadas nos boletins do SECOVI (Sindicato de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis), em jornais e em revistas. Foram pesquisados 25 boletins do SECOVI, do nº 1 ao nº 25 intitulados "Informativo SECOVI", relativos ao período de setembro de 1981 a junho de 1983; 91 matérias publicadas no jornal "O Estado de São Paulo", relativas às Colunas "SECOVI INFORMA", editadas semanalmente e cobrindo o período de janeiro de 1982 a outubro de 1983; além de 221 matérias diversas sobre opiniões e reivindicações dos empresários, publicadas nas revistas "Veja" e "Visão", e nos jornais "Correio da Paraíba", "O Norte", "Jornal do Brasil" e, principalmente no jornal "Folha de São Paulo", relativas ao período de abril de 1981 a outubro de 1983.

BIBLIOGRAFIA CITADA

AZEVEDO, Sérgio e ANDRADE, Luis Aureliano G. de. **Habitação e Poder.** Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

CERQUEIRA LIMA, Fernando Carlos G. **O Sistema Financeiro da Habitação e a expansão do mercado habitacional no Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação e Engenharia da UFRJ, 1980.

PORTES, Alejandro. "Política habitacional, pobreza urbana e o Estado: As favelas do Rio de Janeiro, 1972-79". In: **Estudos CEBRAP**, nº 22, Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1977, pp. 131-161.

SOUZA, Berenice Guimarães Vasconcelos de. **O BNH e a política do governo.** Dissertação de Mestrado submetida ao DCP da FFCH da UFRJ, 1974.

SZUBERT, Eva Barbosa. "Política habitacional e modelo brasileiro de desenvolvimento". Resultado parcial da pesquisa apresentada no colóquio "Brasil" da Associação Alemã de Pesquisas sobre a América Latina. Kirchzarten, 1978.

VALLADARES, Lícia do Prado. "Urbanização de favelas – proposta governamental". In: **Anais do Seminário de Habitação Popular.** Recife, Gov. de Pernambuco/Sec. da Habitação, 1980.

Movimentos Sociais no Meio Rural Nordestino: A Questão dos Saques

Ariosvaldo da Silva Diniz

Professor Auxiliar da UFPb.

1. INTRODUÇÃO

As sucessivas ondas de saques verificadas no semi-árido do Nordeste nestes últimos anos, em especial nos últimos meses de 1983 e princípios de 1984, ainda não despertaram nos estudiosos dos movimentos sociais praticamente nenhum interesse.

Afinal, fenômenos sociais desta natureza vem ocorrendo com certa regularidade e numa curva ascencional há mais de um século, no Nordeste. Por que até hoje não existe nenhum estudo sério sobre os saques? Por que ainda prevalece nesta matéria uma camada de incompreensão e preconceitos políticos, não só por parte das elites dominantes, mas também em amplos setores da esquerda brasileira?

De fato, esta última tem se deixado dominar, quando muito, por concepções paternalistas e anacrônicas, segundo as quais os saques rurais, porque são movimentos espontâneos fundados na ação direta não passam de manifestações sem maiores significações, uma vez que se esgotam tão repentinamente como quando da sua irrupção, já que prescindem de um mínimo de organização prévia, programa e direção política.

Este texto pretende levantar algumas questões e avançar algumas hipóteses sobre o significado dos saques rurais ocorridos nos períodos de estiagem prolongados no curso dos últimos cem anos.

As questões que nos incomodam neste momento são: a) que relação existe entre estruturas agrárias secas e saques? b) por que as populações rurais em momentos de estiagens buscam formas de atuação fundadas na ação direta, desvinculadas de qualquer instituição política ou sindical? c) que significados podem ter essas ações diretas dos trabalhadores rurais? Resultam elas de reações espontâneas premidas pela fome ou são movimentos que surgem ante a ausência completa de canais institucionais próprios de reinvidicação e que adotam a acão direta violenta como a única maneira de se fazerem ouvir? Po-

(*) Este artigo é um relatório da pesquisa "As frentes de emergência e o movimento dos saques: o dilema do alimento e trabalho no meio rural paraibano"

deríamos ir mais além e indagarmos: a busca da ação direta espontânea dos trabalhadores resulta apenas da ausência de canais institucionais de participação ou traduzem uma consciência coletiva da ineficácia de tais canais e, conseqüentemente, da valorização da ação direta como forma mais eficiente de pressão?

As hipóteses provisórias que formulamos, para estas questões partem do pressupostos de que esses movimentos espontâneos são frutos de conjunturas de crise (secas) e, dialeticamente, constituem as formas de luta mais eficazes para combatê-las. Para amplas camadas da população trabalhadora rural, cuja subsistência se encontra nas franjas da miséria absoluta, a ação direta de apropriação (os saques) constitui, talvez, a única forma de sobrevivência face à crise. Nesta ótica, os saques emergem das crises agrárias e passam a adquirir uma dinâmica própria, portanto, um caráter político de pressão sobre o Estado (criação de frentes de emergência, distribuição de alimentos, etc).

2. MOVIMENTOS SOCIAIS AGRÁRIOS NO NORDESTE: Problematizando algumas análises

"O Nordeste brasileiro, e principalmente as regiões que mais caracterizam o semi-árido regional – os sertões nordestinos – foram historicamente e são ainda hoje palco de inúmeros movimentos sociais, ora assumindo formas de movimentos que tentam 'fazer justiça com as próprias mãos' como os históricos cangaceiros, ora assumindo feições de movimentos que se exteriorizavam sob formas místico-religiosas, como os movimentos messiânicos; ora tomando feições mais organizadas de lutas políticas com as ligas camponesas; ora eclodindo em inúmeros outros conflitos de terra que, mesmo nos dias atuais ocorrem em diferentes áreas da região essas formas de mobilização coletiva percorrem a história nordestina denunciando, ainda que algumas vezes de forma pontual ou episódica, as contradições inerentes a estrutura sócio-econômica regional" (NETO: 1984, p.3).

O estudo destes movimentos sociais agrários tem gerado farta polêmica e uma abundante literatura. A polêmica se deve ao fato de que as análises desses movimentos tomam como ponto de partida "a questão agrária", cujos termos ainda se encontram, de certa forma, presos a alguns dilemas teóricos que dividem aqueles que se dedicam ao tema.

Com efeito, a coexistência de formas não-capitalista de produção no campo ao lado de uma agricultura empresarial moderna deu origem, no Brasil, a uma série de teorias a respeito da questão agrária. A grosso modo e só o título indicativo, estas teorias podem ser agrupadas (sem deixar aqui de considerar os vários matizes dentro de cada corrente de interpretação) em duas matrizes analíticas ou modelos heurísticos distintos: o modelo ou tese feudal (também chamada Dualista), e o modelo do modo de produção capitalista ou tese capitalista (com a variante de modo capitalista de produção gerador de formas não-capitalistas).

Cada uma dessas matrizes teóricas tem fornecido conceitos e interpretações para a análise dos vários movimentos sociais no campo.

A análise dualista dos movimentos sociais traçou uma profunda demarcação entre os movimentos sociais rurais e urbanos. Os primeiros foram vistos como resultantes da repentina desagregação da ordem tradicional efetuada pela modernização. Tudo que se referia ao mundo rural era caracterizado como "reacionário" "tradicional", "conservador" e, portanto, preso ao passado e resistente à mudança. Assim, os movimentos sociais rurais, desde o messianismo até o banditismo social eram considerados pré-políticos, imaturos, "sem consicência de classe'. Por outro lado, quando um movimento social urbano 'não se comportava de acordo com a expectativa do modelo – quando os trabalhadores brasileiros pareciam 'muito passivos", os indelo – quando os trabalhadores brasileiros pareciam "muito passivos", os in dustriais brasileiros não tão ativos quanto 'deveriam' ser, ou ainda a visão de mundo da classe média 'muito aristocrática" – esse comportamento 'inquietante' e 'inadequado' era visto como uma sobrevivência dos padrões tradicionais. Os trabalhadores provinham das áreas rurais e ainda não estavam "preparados" para desempenhar o seu papel, no mundo moderno" (COSTA: 1978, p. 177).

A tese dualista procurou, assim, ver nos movimentos sociais agrários manifestações de caráter pré-político, sobretudo aqueles que assumiram feições ideológicas de cunho místico-religioso e de banditismo social. Para esse tipo de abordagem, o messianismo de Canudos é contestado e o banditismo de Antonio Silvino e Lampião, por exemplo, são manifestações de um campesinato submetido ao domínio e exploração do latifúndio feudal ou semi-feudal.

Nesta ótica, o trabalho de Rui Facó "Cangaceiros e Fanáticos" é bem sugestivo: "O cangaceiro e o fanático eram os pobres do campo que saíam de uma apatia generalizada para as lutas que começavam a adquirir caráter social, lutas, portanto, que deveriam decidir, mais cedo ou mais tarde, de seu próprio destino. Não era ainda uma luta diretamente pela terra, mas era uma luta em função da terra – uma luta contra o domínio do latifúndio semi-feudal" (FACO: 1972 p.).

Para este autor, as formas como se revestem as manifestações do campesinato, via messianismo e banditismo social, correspondem ao baixo desenvolvimento das forças produtivas: "Naquele atraso medieval, a reação da classe potencialmente revolucionária – os semi-servos da gleba – é de nível correspondente ao desenvolvimento das forças produtivas: uma reação primária em que o inimigo de classe não é percebido claramente, em que as desgraças parecem cair do céu, como castigos, e é necessário implorar as bênçãos do céu, em que o individualismo campesino prevalece e a solidariedade grupal é bem limitada" (Idem: p. 38).

Este tipo de enfoque é permeado por uma visão evolucionista e etapista dos movimentos sociais. Assim, no caso brasileiro, os movimentos sociais seriam ordenados na seguinte perspectiva: messianismo, banditismo social, as-

sociativismo e sindicalismo.

As duas primeiras manifestações corresponderiam ao período pré-político dos movimentos sociais rurais, quando as relações sociais de produção ainda se caracterizam pela ambiguidade estrutural. Em outros termos, as relações de produção ainda não haviam assumido um caráter marcadamente capitalista, uma vez que o que era expropriado do trabalhador era o produto e não a sua força de trabalho. Refletindo essa ambiguidade estrutural, os movimentos sociais que aí emergem não conseguem evitar o seu caráter pendular: ora estão contra, ora a favor dos "coronéis" (OLIVEIRA: 1981, p.50).

As Ligas Camponesas e o sindicalismo rural refletiam, por sua vez, um segundo momento na evolução dos movimentos sociais, quando ocorre a separação definitiva entre o produtor direto e os meios de produção (IANNI: 1976, p. 154).

Esse esquema linear e mecanicista de interpretação, na realidade, não explica porque o messianismo e o banditismo social, volta e meia, aparecem com toda a intensidade. Como sugere José de Souza Martins (1981) – "mais significativos, ainda, são os casos em que o próprio movimento pré-político ocorre depois, e com os mesmos personagens, do movimento político" (MARTINS: 1981, p. 29).

É claro que há uma correlação estreita entre o caráter das relações de produção e os movimentos sociais. Neste sentido, não se pode deixar de constatar que os movimentos socias agrários assumiram, a partir da década de cinqüenta um caráter propriamente político ou de classe. O movimento das ligas e sobretudo dos sindicatos passa a ocupar o espaço que antes era ocupado pelo messianismo e o banditismo social, mas não todo espaço.

Aliás, a própria noção do termo "pré-político", empregado para caracterizar esses movimentos é, quando menos, bastante problemática.

Estudando algumas rebeldias primitivas que ocorreram na Europa, Hobsbawm destacou dois aspectos fundamentais: 1) essas rebeldias não podem ser remetidas a fenômenos semelhantes da Antiguidade e da Idade Média. Mesmo sendo movimentos arcaicos estão inseridos em nossa época. 2) Não são precursores de movimentos sociais modernos. Neste sentido, são classificados pelo autor como pré-políticos. Ora, a expressão pré-político é excessivamente geral e abstrata. Ela se define quando posta em contraposição a política. Se considerarmos que a noção de político "é apresentada com uma compreensão bem delimitada espacial e temporalmente – referindo-se a ideologias, técnicas de luta pelo poder e "normas de jogo" ligadas ao aparecimento das sociedades industriais modernas e, mais ainda, que as rebeldias primitivas estudadas pelo autor não são germes desses fenômenos "modernos", desfaz-se até mesmo essa precária solidez da noção de pré-político que acaba por se mostrar teoricamente vazia – apenas uma categoria residual" (MONTEIRO: 1977, p. 86).

O segundo tipo de abordagem, sobretudo na variante do modelo do modo de produção capitalista gerando formas não-capitalistas, parece sugerir

uma perspectiva mais ampla para o entendimento dos movimentos sociais no campo.

Esquematicamente, este enfoque propõe que o capitalismo dominante, no seu movimento de acumulação, reproduz relações não-capitalistas de produção. Assim, nesta ótica, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura – e também nos centros urbanos – não assume uma postura linear, ou seja, não leva à destruição imediata e radical de formas de produção não-capitalistas. Pode, ao contrário, até recriá-las no seu processo de acumulação. Neste sentido, como afirma José de Souza Martins: "Não se trata, portanto, de encarar expropriação e exploração como dois momentos históricos que se sucedem" Para o autor, o que diferencia o desenvolvimento histórico brasileiro de países europeus é que a expropriação e a exploração são processos coetâneos, "articulados pelo mesmo agente, que é o capital" (MARTINS: 1980, p. 17).

Talvez seja por esta via que devamos buscar entender a diversidade dos movimentos sociais no meio rural nordestino. Como explicar, então, a convivência e a imbricação de movimentos sociais de caráter marcadamente de classe como o sindicalismo rural e movimentos considerados pré-políticos como o messianismo, o banditismo social, para não falar dos saques?

Que bases socias fundamentariam a presença desses movimentos sociais? Contrariamente a abordagem anterior que previa o desaparecimento de tais movimentos, dando lugar a organizações tipicamente operárias, o que está ocorrendo é a tendência desses movimentos a se multiplicarem.

3. OS SAQUES NO NORDESTE SEMI-ÁRIDO

3.1 Os saques como objeto de estudo

Sem dúvida, as "invasões" e saques ocorridos no Nordeste semi-árido nos períodos de estiagens, integram esse conjunto mais amplo de manifestações coletivas de inconformidade e insuportabilidade frente a situação de pauperização e miséria em que vivem as populações desta região (NETO: 1984, p. 7).

Sistematicamente, os estudiosos dos movimentos socias no Nordeste não incluíram os saques no seu rol de preocupações. Os saques, como ação direta de expropriação levada a efeito pelos trabalhadores rurais ao longo desse século, não tem atraído o interesse dos estudiosos dos moviemntos sociais agrários. Prova desse desinteresse é a ausência completa (salvo desconhecimento nosso), de trabalhos sobre o assunto. Há, entretanto, uma explicação plausível para este fato.

Como observa Hobsbawm, ao estudar a turba urbana, "quase todos os observadores, de qualquer cor política têm-se colocado longe da simpatia pela 'turba' clássica" (HOBSBAWM: 1978, p. 116). E, ao que parece, esta atitude tem se mantido quase inalterada até hoje. Deixando de lado as limitações etnocentristas de muitos intelectuais urbanos, que só enxergam nesses movimentos o exótico, "marginal", "periférico", porque frutos de um mundo em extinção, concentramo-nos na visão marxista sobre tais movimentos.

Aí reside também um mar de preconceitos e limitações. A tradição marxista tem mostrado, como sugere Rudolf de Jong. "o mesmo desdém que a burguesia liberal pelo lumpemproletariado, pela luta e organização camponesa independente, pelo trabalhador manual independente e pelas culturas primitivas Na concepção de Marx as únicas forças progressistas são a burguesia e o proletariado" (DE JONG: 1979, p. 318). Neste sentido, para muitos autores marxistas, os movimentos periféricos tendem a se constituírem em movimentos pré-políticos. Quer dizer, só a partir de uma orientação que vem de fora (do centro) é que esses movimentos podem se constituir em movimentos propriamente políticos. Por exemplo Hobsbawm não consegue imaginar a viabilidade de um movimento camponês geral. "a menos que seja inspirado de fora" (HOBSBAWM: 1976, p. 22).

Sabemos que mesmo Marx e Engels tiveram sempre uma posição preconceituosa sobre o lumpeproletariado que, para eles, era "a escória (Scum) dos elementos depravados de todas as classes, com sua base nas grandes cidades, é o pior de todos os possíveis aliados. Essa ralé (Rabble) é absolutamente venal e absolutamente descarada (brazen). Se os trabalhadores franceses, em toda revolução, inscreveram em suas casas (**Mort aux voleurs**, morte aos ladrões, e mesmo dispararam contra eles, não o fizeram em reverência pela propriedade, mas porque consideravam corretamente ser necessário acima de tudo livrar-se desses bandos" (ENGELS: 1870, p. 7).

De um modo geral, esta visão tem permanecido quase inalterada entre amplas correntes de esquerda no Brasil. Salvo uns poucos trabalhos sobre quebra-quebra e saques urbanos no Centro-Sul, que procuraram analisar esses movimentos dentro de uma ótica mais rigorosa e científica, o que predomina largamente entre os analistas são concepções anacrônicas, deterministas e evolucionistas, segundo as quais os saques urbanos e rurais, fundados na ação direta das massas não passam de manifestações "irracionais", marcadas pelo espontaneísmo cego e inconsequente, uma vez que se esgotam tão repentinamente como brotam já que prescindem de um mínimo de organização prévia, programa e direção política.

3.2 Secas e saques na Paraíba: 1877–1958

Historicamente, as soluções encontradas pelos trabalhadores rurais para fazer frente às calamidades das secas e para levar a efeito uma pressão reivindicatória diante do Estado assumiram, no caso do Nordeste semi-árido, duas formas mais conhecidas:

1. Ação direta levada a efeito pelas populações rurais no sentido de exigir uma pronta resposta do Estado para o problema do alimento e trabalho nos períodos de estiagens prolongadas. Essas ações têm a peculiaridade de uma ação direta espontânea, repentina e aparentemente desorganizada. Os exemplos mais conhecidos são as invasões e saques de cidades do sertão pelas populações rurais famintas. Tais eventos povoam todas as secas ocorridas no semi-árido nordestino.

2. A ação organizada levada a efeito por organismos elementares de representação de trabalhadores rurais, e de que os sindicatos de trabalhadores rurais e comunidades eclesiais de Base constituem os exemplos mais conhecidos. Essas organizações têm sua aparição nas duas últimas secas: 1970 e 1979 –84. Nesta última estiagem, o papel desses organismos cresceu significativamente, haja visto os encontros regionais sobre a problemática da seca no Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, onde foram aprovadas medidas visando organizar os trabalhadores emergenciados. Neste estudo, não pretendemos fazer um levantamento da atuação destas organizações. O seu papel na organização e luta dos trabalhadores rurais só será discutido na medida em que tenha vinculação estreita com a questão dos saques.

A irrupção de saques e invasões de cidades no interior da Paraíba (semi-árido) parece ser ainda a estratégia mais comum adotada pelas populações rurais para fazer frente às crises agrárias agravadas com as secas.

A partir de 1877, marco inicial de nosso levantamento de dados, até a última grande seca de 1979-84, os jornais deste Estado registravam a ocorrência de invasões e saques em quase todas as cidades do semi-árido paraibano.

Para não tornar a exposição muito descritiva e factual, vamos arrolar alguns registros de invasões e saques apenas nas secas de maior envergadura: 1877-79, 1903-4, 1915, 1931-32, 1958, 1970. A seca de 1979-84 não será aqui abordada pois está sendo estudada por outro pesquisador de nossa equipe. Os dados referentes a cada seca aqui citadas não tem por finalidade fazer um levantamento exaustivo do ponto de vista quantitativo, mesmo porque não há condição de quantificar o número de saques ocorridos em cada seca, com excesso, talvez, a esta última, de 1979-84. A referência a saques nas secas apontadas terá, assim, por finalidade, ilustrar e discutir as estratégias adotadas pelos trabalhadores na luta por alimento e trabalho e o tipo de resposta dada pelo Estado.

Em todos os períodos de longa estiagem, quando ficava configurado um quadro de seca e o Estado não oferecia qualquer resposta imediata, os trabalhadores rurais invadiam dezenas de cidades, exigindo trabalho e alimento, ou seja, as condições para reprodução da sua força de trabalho.

Entretanto, é importante observar que os saques praticados pelas popuacões rurais nem sempre obedeceram a um padrão único de organização e realização. É necessário destacar pelo menos dois tipos de saques e adiantar que cada um se inscreve a determinada fase histórica. Na primeira face, que se extende da seca de 1877 a, aproximadamente, 1930 os saques são organizados e desencadeados por pequenos grupos armados: os chamados cangaceiros. Na segunda, de 1930 aos nossos dias, os saques assumem caráter de massa e arregimentam, mulheres e crianças. Obviamente, há marcantes diferenças entre os dois tipos de saques, diferenças que procuraremos evidenciar no curso deste trabalho. Mas há também muitos pontos de identidade, a começar pelo seu

caráter de ação direta.

Antes de fazermos algumas referências dos dois tipos de saques no Estado da Paraíba, no período aqui compreendido, seria conveniente esclarecer alguns pontos sobre a flexibilidade da periodização proposta para os saques.

Com efeito, a periodização aqui adotada não pode ser levada a extremo rigor, por duas razões: primeiro, porque os saques da primeira fase (banditismo social) nem começam em 1877 e nem terminam exatamente em 1930. Em segundo, porque tanto o banditismo como os saques de massa conviveram lado a lado e em certos momentos se confundiram e se complementaram, quer na primeria fase (1877-1930), quer na segunda (1930-84).

Tendo presente estas considerações, achamos que é possível estabelecer tais "cortes", pois qualquer observador mais atento identificaria as duas fases com certa precisão. Na primeira fase, anterior a 1930, os saques são executados predominantemente por grupos armados que já haviam rompido anteriormente com a ordem legal e se encontravam obviamente num estado permanente de ilegalidade. Tal é o caso dos grupos de cangaceiros que infestavam o Nordeste no período em questão.

Na segunda fase, posterior a 30, se existem grupos armados atuando em períodos de secas, constituem fenômenos esporádico (mesmo com a presença do grupo de Lampião, o cangaço encontra-se, neste momento, em fase de extinção). O que verificamos, portanto, neste segundo momento, é que as populações rurais começam a tomar, elas próprias, iniciativas para sobreviverem nos períodos de crises agrárias agudas, seja invadindo cidades a procura de alimentos e trabalho, seja saqueando as feiras e armazéns, quando não atendidos. É esta, ao que parece, a tendência dominante na segunda fase.

Constatada tal mudança de estratégia de luta, seria o caso de nos perguntarmos: como explicar a emergência no cenário do semi-árido dessa nova forma de ação direta?

As causas da extinção do banditismo social no Nordeste já foram suficientemente estudados: A Revolução de 1930, o desenvolvimento do capitalismo no campo, a urbanização intensiva, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, etc.

O que não foi ainda explicado é a aparição das populações rurais como uma força coletiva com certo poder de pressão sobre o Estado. Alguns cronistas das secas, sobretudo a partir de 30, observaram empiricamente, mudanças no compartamento das populações "flageladas". São sugestivos, por exemplo, os comentários de José Américo de Almeida sobre o comportamento dos trabalhadores rurais paraibanos nas secas anteriores à de 32: ". . . Na Paraíba, são precisamente, essas calamidades (as secas) que põem à prova os sentimentos de probidade do sertanejo. São raros os que manifestam essa debilidade de caráter: a maioria prefere as privações honestas ou a mendicidade incerta" (ALMEIDA: 1980). Por ironia da História, o mesmo autor, em outro contexto (32) quando Ministro do governo provisório e depois como governador

(42) observa com indignação a insolência das populações rurais, que já não se deixam morrer passivelmente e ousam "roubar" e saquear a "propriedade alheia ". Sem dúvida nenhuma, alguma coisa de novo parece emergir no comportamento das populações rurais no período pós-30. Vejamos com mais detalhes.

3.2.1 As secas e o banditismo social na Paraíba: 1877–1930.

A seca de 1877–79, considerada uma das maiores estiagens de todos os tempos, foi vivenciada pelas populações rurais nordestinas de maneira dramática. Parte da população (cerca de 500 mil só no Ceará) foi dizimada pela fome e doenças epidêmicas. O quadro descrito por Phelipe e Theophilo Guerra é estarrecedor:" . . . dessa população adventícia, rara era a pessoa que vestia uma camisa sã, ou vestido sem remendos; muitos, que antes eram possuidores de média abastança, estavam agora ali esmolando de porta em porta, por haverem atingido a máxima miséria; e vão caindo mortos em seus casebres improvisados, ou pelas ruas e calçadas, d'onde são levadas para o cemitério, para a vala comum, por homens pagos para o transporte, e que com o cadáver atado e uma vara, sobre o ombro de dois carregadores, seguem a cantarolar, no desempenho da lúgubre missão" (GUERRA: 1980, p. 38).

Estranhos destinos destas populações que se deixam exterminar sem esboçar uma reação de revolta!

Entretanto, uma outra parte da população procurou uma saída: a emigração. *A emigração, protesto mudo das populações flageladas*, representou no contexto da seca de 1877 um duplo aspecto. Se, de um lado, aliviou a pressão que uma população numerosa totalmente desprovida de recursos poderia vir a exercer sobre a estrutura fundiária da região no sentido de impor-lhes modificações, de outro, subtraiu à grande propriedade um excedente de mão-de-obra que pressionava o seu barateamento. Novamente os dados sobre a migração no Ceará são sintomáticos. Tudo leva a crer que, aproximadamente, meio milhão de pessoas saíram deste Estado, nessa seca.

Nem só a resignação e emigração, no entanto, foram as formas de comportamento das populações rurais em 1877–79. A seca de 1877–79, presenciou o aparecimento de um grande surto de bandos de assaltantes. Segundo José Américo, haviam se formado neste período vários grupos de saqueadores: "O Calangro, evadido da Cadeia do Crato e cabeça dos 60 assalariados de Inocêncio Vermelho; o de Sebastião Pelado, inimigo dos primeiros; o dos irmãos viriatos, formado de mais de 40 bandidos; o do Matheus e outros".

O mesmo autor cita relatório do presidente da província da Paraíba, datado de 7 de abril de 1877, instruindo "as autoridades policiais do alto sertão para a captura dos criminosos que em grande número percorrem aquelas paragens, trazendo à população pacífica em grande sobressalto" (AMÉRICO: 1980, p. 184).

Os grupos acima citados, entram em cena como produto de dois fatores, um estrutural e outro conjuntural: a estrutura agrária fundada no binômio latifúndio-minifúndio e a seca. A estrutura agrária porque expulsa o trabalha-

dor de suas terras e a seca porque além de agravar ao limite as condições de sobrevivência desse mesmo trabalhador agrega os flagelados pelos caminhos, criando "laços estreitos de solidariedade".

A seca de 1877-79 desorganizou a produção agrícola por um período relativamente prolongado, obrigando os trabalhadores rurais à migração massiva e à formação de grupos armados que infestavam o sertão, trazendo às vezes prejuízos adicionais à população. Aliás, a transformação do banditismo social de fenômeno endêmico em epidêmico, nos períodos de crises agrárias (má colheita, secas, enchentes, etc.) tem sido constatado por alguns historiadores de sociedades rurais (HOBSBAWM: 1978, p. 15). De fato "o banditismo existe de forma latente durante um longo período, tornando-se mais agudo por ocasião de umamá colheita,uma seca prolongada ou uma catástrofe natural qualquer que perturbe o ritmo de produção de uma economia pobre. Os principais surtos de banditismo ocorreram na segunda metade do século XIX – período de franca expansão do capitalismo sobre o mundo rural, em especial graças à introdução das ferrovias em largas parcelas de território antes só alcançadas por tração animal. No Brasil, por exemplo, apesar do surto do cangaço ter ocorrido em fins do século XIX e começo do XX, se conhece casos que remontam à primera metade do século XVIII" (DÓRIA: 1982, p. 13-14).

A atuação dos grupos de assaltantes nem sempre favorecia os pobres e retirantes, pois agiam indiscriminadamente, ora saqueando proprietários, ora causando o terror na população. O certo é que a presença desses grupos e seus feitos provocaram desasossego entre as classes dominantes locais. O Jornal O Cearense, por exemplo, após pedir medidas repressivas enérgicas de combate a esses grupos afirmava: "Hoje é perigoso ser rico, pois o povo pobre (os bandidos) lhe hão declarado guerra de morte".

Alguns grupos de cangaceiros como o de José Rodrigues, na vila de União, Jesuino Brilhante e Antônio Silvino (este no início do século XX), se definiam mais claramente ao lado dos pobres e retirantes. Sem dúvida, estes bandos podem ser classificados de "ladrões nobres".

Na seca de 1877-79, Jesuíno Brilhante assaltava os combois de víveres enviados pelo governo imperial (mas que seriam desviados pelos proprietários locais) e os distribuía entre a população pobre.

Paralelamente ou combinado à atuação desses grupos, verificavam-se, nesta seca, ameaças de invasões de cidades pelos trabalhadores rurais. Pelo menos é isto que nos deixa entender a mensagem do presidente da província da Paraíba, Esmerino Gomes Parente, apresentada à Assembléia Legislativa no dia 12 de junho de 1877: "No intuito de prevenir distúrbios, e talvez crimes, que a aglomeração de tanta gente ociosa poderia ocasionar e também na esperança de utilizar os seus serviços para compensação, posto que fraco, dos dispêndios públicos, recomendei a todas as comissões que empregassem os socorridos em trabalhos públicos, como construçãoes de açudes, cadeias, estradas, etc". (ALMEIDA, 1980, p. 185).

Ao que parece, estas aglomerações e prováveis ameaças de invasões não se caracterizavam em saques efetivos. Tanto quanto nos foi possível verificar, em documentos da época ou escritos sobre o período, não há registro de invasões e saques. Quando há reação das populações rurais face à seca é em bandas armados.

A seca seguinte, a de 1887-89, apresenta um novo surto de grupos armados. São os bandos de Lopes, de João Barbosa, de Vicente Nóbrega e outros, cuja atuação – no dizer de José Américo – representavam ameça "à vida e a propriedade dos fazendeiros" (ALMEIDA: 1980, p. 186).

Na seca de 1903-1904, destacavam-se as ações daquele que foi talvez o maior exemplo do bandito social no Nordeste: Antônio Silvino. Este cangaceiro já vinha atuando com grande desenvoltura desde a última década do século passado, sequeando várias cidades nas fronteiras entre Paraíba e Pernambuco. Nesta época já comandava um grupo de 21 homens, desenvolvendo um estilo próprio de cangaço.

Em 1904, esse famoso bandido invade e saqueia a vila do Pilar, na Paraíba, libertanto os seis presos sentenciados e distribuindo dinheiro e víveres com a população pobre. Aliás essa era uma prática permanente de Antônio Silvino: dos saques às vilas e cidades retinha parte do dinheiro para si e distribuía o restante com a população pobre. Por essas e outras façanhas semelhantes, o bando de Antônio Silvino era conhecido em todo o sertão como defensores do povo pobre. Os versos do poeta popular Chagas Baptista registraram esse reconhecimento popular:

"Visitei todo o comércio,
Fiz muito bom apurado,
E vi que de muito povo
Eu me achava acompanhado
Alguns pediam esmolas:
Então não me fiz de rogado.

Uns quatrocentos mil réis
Com os pobres distribuí
Não serve isto p'ra minh'alma
Porque esta já perdi;
Mas serve p'ra os miseráveis
Que estavam nus e eu vesti".

No início do século XX, portanto, a proliferação do banditismo epidemico, como conseqüência das secas, permanece como a estratégia mais comum de reação à crise agrária. Não é por acaso que o bando de Antônio Silvino chegou ao expressivo número de 60 cangaceiros. Na verdade, o cangaço representava, para a população pobre, um dos poucos caminhos para escapar à morte. Por outro lado, o cangaço oferecia uma via "democrática" para a ascensão social, através de atributos individuais e adquiridos, tais como a valentia e a destreza no manejo de armas" (DÓRIA: 1982, p. 35). Mas era um caminho,

ao mesmo tempo, acessível apenas aos elementos mais dinâmicos, audaciosos e ambiciosos em meio à população rural pobre. Para a grande massa rural, só restava a migração, engrossar as romarias e os movimentos messiânicos ou invadir e saquer as cidades e vilas do sertão.

Embora alguns autores (SOUZA e MEDEIROS: 1903, p. 51-53) façam referências de saques nos estados vizinhos, nas secas de 1889 e 1904, não encontramos, para o caso da Paraíba, nenhuma ocorrência de saques nestas datas. O que ocorriam eram situações de ameças de invasão, como registrava um telegrama do presidente da província José Peregrino, solicitando auxílio federal: "Desespero impelle povo faminto contra abastados já esgoltados. Angustiosa Contingência, afflitiva situação".

Este quadro sofrerá alterações significativas no período pós-30.

3.2.2 Secas e saques na Paraíba: 1930-1958.

A seca de 32, de duração de dois anos, configurou um quadro econômico e social mais agravante do que as estiagens anteriores.

A desorganização da produção agrícola e o retardamento de qualquer medida imediata por parte do Estado, provocou um grande êxodo rural. Multidões de retirantes afluíam às cidades, aterrorizando as classes diminantes locais que solicitavam providências dos poderes públicos, ante a ameaça iminente de invasões e saques às suas propriedades.

Segundo um cronista da época "não era raro o desfile, pelas ruas de muitas cidades do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, de andrajosos que, formando um exército silencioso de caquéticos, com a moral abatida pelos estômagos vázios, íam dispostos à prática de todos os actos de desatino, sem terras, sem água, sem pão. . . " (BARBOSA: 1935, p.12).

O mesmo autor informava que "grandes levas de famintos, invadindo varias cidades sertanejas, assaltavam casas de comércio ou investiam, inopinadamente, contra os Feirantes, estabelecendo uma atmosfera de pânico em todo o Nordeste (Idem, p. 13).

Testemunhas da época registravam o grande desespero dos trabalhadores rurais, cansados que estavam da caridade alheia, que já não mais bastava para barrar a onda lenta de famintos, em número cada vez maior, avançando "ululante e nervosa" à procura da sobrevivência .

Diante deste quadro ameaçador, as camadas médias urbanas clamavam por uma intervenção urgente do "Estado no sentido de evitar o mal maior dos conflitos que resultariam dos entre choques violentos dos que não queriam morrer de fome com os que não tinham nenhuma obrigação de amparar, em massa, a miséria clamante" (BARBOSA: 1935, p. 18).

É neste contexto que o Estado intervém com o objetivo estrito de impedir uma convulsão social de maior amplitude.

A sua atuação circunscreve-se, assim, nos limites da contenção e fixação das massas no meio rural. Dessa forma, foram criados os famosos "campos de concentração" para impedir o êxodo e a invasão das cidades.

Segundo um observador do período, os campos de concentração, "ocupados por vastas caiçaras monstruosas" chegaram a comportar num só dia . . . 105.000 flagelados, só no Estado do Ceará. Na Paraíba, o Estado criou frentes de serviços para 270.000 trabalhadores. As condições de saúde, nestes campos, era precaríssimas. Em 1932 o obituário, nas frentes, incluindo campos de concentração administrados pelo governo cearense, atingiu 22.616 mortos, sendo 14.738 menores (GUERRA: 1981, p. 35).

O tipo de atuação do Estado, nesta seca, praticamente não ditere das outras atuações anteriores: disseminação de obras de açudagem e irrigação, beneficiando prioritariamente os proprietários rurais e reforçando a estrutura fundiária da região.

Mesmo com a intenvenção do Estado, os jornais do período registravam invasões e saques em cidades do alto sertão paraibano. A União, de 12/4/32, estampa telegrama expedindo por um grupo de comerciantes de Cajazeiras, dando conta de que aquela cidade foram invadida por uma grande onda de famintos, que ameaçavam saquear casas comerciais e estabelecimentos públicos. No mesmo telegrama, informava-se que a população estava alarmada e solicitava medidas urgentes. No dia seguinte, várias entidades civis e eclesiásticas daquela cidade expediam o seguinte documento: "Cajazeiras II – Aglomeração faminta cresce cada momento attraídas notícias serviços estação absolutamente insufficiente. Dois mil homens chefes numerosas famílias sem trabalho imploram socorro particular sendo impossível serem attendidas creando-se imminente perigo ataque cuja ideia já se propala pelo que commercio fechado famílias intranquilizadas. . " (UNIÃO, XLI (84); 13/4/1932, p.5).

Na década de 50, o Nordeste sofreu as conseqüências de duas grandes secas: a de 1951 –1963 e a de 1958.

A primeira delas, de duração de 3 anos, presenciou a revolta dos trabalhadores que chegaram a invadir várias cidades, exigindo alimento de abertura de frentes de trabalho. Nesta seca teve início o transporte de nordestinos no caminhão "pau-de-arara", para os campos de Goiás e Mato Grosso, onde eram vendidos aos fazendeiros.

O Norte, em edição de 31/2/1953, apresentava a seguinte manchete: "Cidades e vilas cearenses sob ameaça de invasão". O mesmo jornal informava, uma semana antes, que a cidade de Cajazeiras fora invadida por mais de 600 trabalhadores rurais, pairando séria ameaça de saques às casas comerciais. Alertava ainda o governo para a abertura de frentes de serviços, para evitar conseqüências desastrosas.

Mas a grande seca desta década foi a de 1958. As frentes de emergência abertas em quase todos os Estados do Nordeste empregaram cerca de 500 mil trabalhadores. Para o caso da Paraíba, o jornal a União informava, em . . . . . 22/3/58, que 39.000 flagelados já estavam alistados nas obras do governo, dirigidos pelo DNER e DNOCS.

A União, de 25/3/58, informava que o governador Pedro Gondim e outros representantes da Paraíba expuseram a gravidade da situação na zona da

seca, pedindo "urgentes e imediatas providências". O presidente da República, por sua vez, assinou decreto autorizando a abertura de crédito no valor de 105 milhões de cruzeiros e telefonou ao Ministério da Fazenda dando ordens para que concedesse toda e qualquer abertura de crédito. Considerou "a situação do Nordeste merecedora de providências semelhantes às operações de guerra".

Tais medidas, entretanto, não impediram que dezenas de cidades e vilas do sertão fossem invadidas e saqueadas.

A União (27/3/58), informava que prefeitos de Flores, Serra Talhada, Ingazeira, Triunfo e outras regiões telegrafaram ao governador de Pernambuco dando-lhe conhecimento de que as cidades estão sendo invadidas por "imensas legiões de retirantes famintos". Em Serra Talhada, os flagelados foram contidos. Ocorrem invasões também em Imaniutaba no Ceará. No Rio Grande do Norte "os flagelados ameaçavam invadir armazéns e outras casas comerciais".

No dia 28/3/58, 5.000 trabalhadores rurais saqueiam um trem de passageiros com destino a Fortaleza. Simultaneamente, outros 500 trabalhadores invadem a cidade de Icó.

No Rio Grande do Norte, a partir de março a cidade de Natal passou a ser invadida por grandes legiões de trabalhadores rurais. Na cidade de Presidente Juscelino (RN), 100 trabalhadores, revoltados por terem sido demitidos dos serviços federais, saquearam a feira local.

Na Paraíba, a situação não foi diversa. O atraso no pagamento das frentes de serviços motivou um saque à feira de Cajazeiras (Norte: 3/11/58). A polícia reprimiu violentamente o saque, atirando na população faminta e deixando quatro feridos, um em estado grave. O prefeito da cidade arrumou no comércio local recursos para aliviar a situação, aguardando recursos do governo federal. As autoridades e associações do município solicitaram providências do governo do Estado para evitar atraso no pagamento dos trabalhadores das frentes.

No dia seguinte, 4/11/58, há uma invasão e saque à cidade de Patos. Dois mil trabalhadores atacam a feira da cidade à procura de gêneros de primeira necessidade (Norte: 5/11/58).

Em 18/11/58, centenas de emergenciados foram dispensados das frentes de serviços em Pombal e Patos, o que motivou saques aos Barracões dos mesmos.

Nas últimas secas, a de 1970 e a de 1978-84, o volume de invasões e saques cresceu significativamente, o que demonstra a sua extrema atualidade e eficácia como forma de pressão dos trabalhadores rurais nos períodos de estiagem.

4. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS SAQUES

4.1 Como ocorrem os saques

Tudo nos leva a crer que, pelo seu número, pela maneira como se efetuam, os saques começam a adquirir feições de movimento de massa, pequenos ensaios de enfrentamento de um exército de esfomeados que tem o seu quartel general em cada periferia das pequenas cidades, vilas e propriedades do semi-árido. Alguns saques ocorridos sobretudo na última seca (79-84) conseguiram arregimentar cerca de 3.000 participantes ou mais, como foi o caso de Cajazeiras e Catolé do Rocha.

Que fio invisível de comunicação perpassa os milhares de participantes, atando-os uns aos outros, formando uma massa compacta que surge inesperadamente, oriundos dos mais afastados rincões? A não ser a sua condição social semelhante, um destino igual e uma vontade sobre-humana de sobreviver, tudo o mais concorre para o isolamento de cada participante. O que une esses indivíduos numa ação que não fora planejada antes? SErá que os saques possuem lideranças invisíveis aos olhos do pesquisador, liderança essa absolutamente necessária para a efetivação do mesmo?

Que os saques precisem de uma liderança para se efetuarem, é questionável. Entretanto, eles pressupõem uma situação de mal estar vivenciada por todos os seus participantes, situação essa causada por uma profunda crise econômica, que gera a fome e o desespero, criando um estado potencial para possíveis explosões de violência. Aliás, um dos elementos presentes em quase todos os saques tem sido a violência. É o momento em que as cadeias da opressão se rompem nem que seja por alguns minutos, e o trabalhador, cotidianamente massacrado pelo poder local, suportando todas as agruras de uma miséria terrível, irrompe de modo não previsto e fora dos trilhos.

Dado o seu caráter de movimento "selvagem", os saques não têm tempo para confabulações ou negociações de qualquer espécie. Por isso mesmo, não podem estabelecer qualquer relação com movimentos formalizados, que atuam no sistema de representatividade. Isto confere aos saques uma autonomia em relação a qualquer associação ou partido político. Discutimos isso mais adiante.

Um outro aspecto irreverente dos saques é que eles não parecem obedecer a qualquer padrão comum de realização. Os saqueadores agem com a coragem, a disposição e a energia que só um bando de pessoas soldadas pelo desespero podem ter. Ele não escolhe hora para atacar, pode vir em pleno horário de funcionamento comercial ou na calada da madrugada. Podem vir sob o ensaio de grito de guerra ou silenciosamente organizados Podem vir em bandos, desalinhados e sem liderança visível ou com um comando formado. Às vezes, formam em pequenas alas, de 100 a 200 pessoas, com mulheres e crianças à frente, ou verdadeiras massas, como foi o caso de Cajazeiras, onde cerca de 2.000 a 3.000 pessoas arrombaram as portas de vários estabelecimentos do governo (DIDAGRO. MERENDA ESCOLAR) e levaram tudo quanto podiam.

Os saques, na verdade, não tem uma estrutura organizativa prévia e muito menos permanente, pois são frentes de arregimentações populares (principalmente trabalhadores rurais, mas não só estes) momentâneas que, uma vez realizado o intento, se dissolvem tão rapidamente como aparecem. E não poderia ser de outra maneira, já que suas ações são inassimiláveis pelo sistema, uma vez que violam regras essenciais do capitalismo, tais como a inviolabilidade da propriedade privada.

Entretanto, este caráter fugaz dos saques não invalida a sua eficácia como movimento de pressão e demonstração do querer coletivo das massas rurais. Para esses trabalhadores rurais (pequenos proprietários, posseiros, arredatários, moradores e assalariados), que vivem nas franjas da subsistência e que não dispõem de qualquer conduto próprio de reivindicação e pressão, através do qual pudessem agir coletivamente a respeito de suas condições de vida, qualquer fator que venha agudizar as suas condições de reprodução constitui o estopim para a ação direta, violenta. No caso dos saques ocorridos no Nordeste agrário, o móvel ou estopim tem sido a onda de desemprego e fome causada por uma estrutura agrária fundada no latifúndio-minifúndio, agravada ao extremo pelas secas. Os saques são, neste sentido, movimentos sociais de caráter conjuntural.

Embora os saques constituam revoltas momentâneas, eles não são ações diretas irracionais ou sem "juizo". Os seus alvos são em geral os grandes comerciantes e, nestes últimos anos, principalmente o Estado. Do total de saques ocorridos na Paraíba na última estiagem (79-84) 70% foram dirigidos ao Estado. No nosso entender isso se explica por dois motivos: 1) o Estado, nos últimos anos, sofreu grandes transformações, estendendo seus tentáculos, fixando a sua presença em setores vitais da economia nos mais longíquos lugarejos do sertão. 2) O Estado é o interlocutor dos trabalhadores rurais. As artimanhas do discurso da neutralidade veiculada pelo Estado, segundo o qual esse organismo defende o interesse geral, se voltam contra ele mesmo quando os trabalhadores afirmam a sua cidadania e exigem participação no que é público. Muitos trabalhadores rurais, quando perguntados se não constituía roubo saquear as instituições estatais, respondiam: "Aquilo que ali estava era pra gente mesmo".

Um outro aspecto importante dos saques é que eles proporcionam aos seus participantes uma clara expectativa de se obter resultados concretos com essas ações. Em todas as secas deste século, quando o número de saques se avolumava, o Estado procurava rapidamente criar frentes de serviços. E claro que essas frentes tinham outras finalidades, além de imobilizar o trabalhador desempregado: repassar fundos públicos para os grandes proprietários, reforçar a estrutura fundiária e de poder local, etc., proporcionar, enfim, acumulação de capital.

titui, ao longo dos ultimos cem anos, um dos poucos caminhos abertos para se fazerem ouvir e, ao mesmo tempo, remediarem um pouco a sua fome. Não é descabido afirmar que, para a grande massa dos trabalhadores rurais sem ter-

ra que participa dos saques brota destas ações coletivas uma tênue consciência de suas potencialidades e força capaz de intervir no processo social. Em outras palavras, os saqueadores inicialmente parecem participar dessas ações diretas quase que instintivamente, motivados pela fome, cada qual por si. Mas, no decorrer das ações, as soluções individuais se transformam em necessidade de operar coletivamente, de se organizar e lutar unitariamente. Eis porque temos razões para afirmar que os saques não se esgotam em si mesmos, nem são ações esporádicas e sem nenhuma significação política. Eles, pelo seu caráter secular, fazem parte da memória coletiva e existirão enquanto perdurarem as condições histórico-estruturais que os determinam.

Em suma, os saques aqui tratados, parecem adotar uma dinâmica e forma de organização própria, em nada semelhante aos movimentos sociais formalizados. As características que predominaram, como vimos, foram o protesto "selvagem", a ação direta, a espontaneidade, a ausência de uma estrutura organizativa prévia e, ainda, um desprezo por qualquer forma de representação política.

Como entender, então, essas ações diretas das massas que aparentemente parecem carecer de qualquer sentido ou propósito racional?

4.2 As Causas dos saques

Como explicar a vaga de saques que cresce à medida que nos aproximamos das secas mais recentes?

Uma hipótese que não podemos descartar e que tentamos explicitar ao longo deste texto, é a que se refere a estreita vinculação entre crise econômica e saques. Tal hipótese, aliás, hoje já clássica, associa as explosões espontâneas das massas populares a um agravamento das condições de subsistência de amplas camadas da população, que já vivem num nível de manutenção e reprodução de sua força de trabalho muito baixo. As crises tornam-se, portanto, conjunturas insuportáveis, uma vez que provocam graves deteriorações nas condições de vida das classes populares urbanas e rurais que vivem nas franjas da subsistência.

Hobsbawm, afirma que "o fato de grandes massas dos pobres urbanos viverem no limiar da subsistência, mesmo em épocas normais, e que para eles qualquer aumento de preços, ou desemprego, era catastrófico, seus motins constituíam, com freqüência, apenas reações automáticas e inevitáveis a essas modificações (Hobsbawm: 1978; p. 119).

Que a crise econômica porque passam as sociedades agrárias está na raiz desses movimentos de saques, não há como negar. Isto se constata pela composição social dos integrantes dos saques: maioria é constituída de posseiros, arrendatários, moradores, diaristas, minifundistas, desempregados e subempregados nas periferias das cidades sertanejas.

Entretanto, cairíamos num determinismo absurdo se atribuíssemos a emergência dos saques a razões puramente econômicas, que engendrariam nas massas trabalhadoras famintas reações "irracionais" e "selvagens" que, nas

condições-limite de sobrevivência, dados pelas secas, reagem como podem, sem medir a repercussão de sua ação e nem mesmo o potencial que ela representa em face do Estado e seus mecanismos (MOISÉS: 1978).

Sem decartar as raízes econômicas dos saques, poderíamos juntar a esta uma outra hipótese que a complementaria. Tratar-se-ia de enxergar nos saques uma lógica própria. Isto quer dizer que a busca da ação direta espontânea resultaria não apenas da ausência de canais institucionais de participação, como parece sugerir Moisés analisando os quebra-quebra de 1974, em São Paulo, *mas, fundamentalmente*, de uma consciência coletiva que começa a brotar da percepção de que canais, diante do autoritarismo do regime, são lentos e até ineficientes. Daí a ênfase dada pelas massas rurais ao método da ação direta como forma mais eficiente de pressão. Aí também residiria uma parte da explicação para o fato de que os saques manifestaram total alheiamento às formas de representação e associações sindicais formalizadas. Neste sentido, é sintomático o que ocorreu nesta última seca no Ceará. Os sindicatos daquele estado fazem referência às invasões e saques como ações perigosas porque não controladas e contrapõem a racionalidade das manifestações organizadas pelas associações aos saques. (CARVALHO: p. 32, mimeo).

Neste sentido, os saques parecem assumir conotações de ações que conservam sua autonomia própria. Na verdade, os saques indicam a presença autônoma das massas no cenário político, contrariando certas interpretações que classificam essa forma de atuação como movimento "pré-político", "irracional" ou "puramente instintivo". A população que participou de saques quebrou, na prática, com uma série de valores da sociedade burguesa. Em primeiro lugar, com o mito da propriedade privada inviolável. Como escreveu Eder Sader, noutro contexto. Diante do exemplo de tanta negociata e tanto cinismo lá de cima, de Capemis e Delfins, do ganho escandaloso de uns poucos contrastando com a miséria de muitos, os dominados já não acreditam nos sagrados valores que lhes faziam respeitar a ordem. Agora o respeito à propriedade só valeu quando a polícia estava lá para garantir. Isso deveria assustar as elites (SADER: 1983, p. 8).

Os saques propriciam aos seus participantes uma sensação de força, quando unidos num só propósito. De fato, embora esse tipo de movimento social não possua estrutura prévia de organização, há nele, entretanto, unidade de condição de seus membros e um só propósito.

Nesta perspectiva, a espontaneidade dos saques deve ser vista de um ângulo novo. Na proporção em que essa espontaneidade torna possível alguma forma de ação, essas massas começam a experimentar sua própria potencialidade como força social e política.

Em resumo, o que estamos querendo afirmar é que esse tipo de ação popular, mesmo que não apresente uma estrutura organizativa estável ou formalizada, apresenta, em certo sentido, um caráter permanente, ou seja, enquanto existirem as condições objetivas que os determinam eles estarão aí explodindo, mesmo que não possuam sede e estatutos próprios e muito menos um programa.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Gelja de Maria Costa. **O estado e a seca – (intervenção estatal no Nordeste do Brasil – 79/83).** FIPLAN, JP, 1985.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas.** 3ª ed. (Revista), PB, A União, Cia. Ed. 1980.

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As ligas camponesas.** RJ., ed. Paz e Terra, 1982.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos – planejamento e clientelismo no Nordeste.** Petrópolis, Ed. Vozes, e CNPq, 1984.

COELHO, Jorge. **As secas do Nordeste e a INDÚSTRIA DAS SECAS.** Petrópolis, Ed. Vozes, 1985.

DOMINGOS NETO, Manuel. **Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense.** Teresina, Fundação CEPRO, 1983.

DÓRIA, Carlos Alberto. **O cangaço** 3ª ed., S. Paulo, ed. Brasiliense, 1982.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos.** 6ª ed., RJ e CE, co-ed. Civ. Bras. e Edições Un. F. do Ceará.

FAUSTO, Boris. **História geral da Civ. Brasileira, O Brasil Republicano (Volume III).** RJ., SP., DIFEL/Difusão Editorial S.A., 1977.

SOUZA, Itamar de Medeiros, João Filho. **Os degredados filhos da seca.** 2ª ed., Petrópolis, Ed. Vozes, 1983.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** 4ª ed., RJ., Ed. Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, E. J. **Bandidos.** 2ª ed., RJ., Ed. Forense/Universitária, 1976.

HOBSBAWM, E. J. **Rebeldes primitivos – Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos sécs. XIX e XX.** 2ª ed., rev. e ampl. nova trad., Rio, Zahar Editores, 1978.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O coronelismo** 2ª ed., S.P. Ed. Brasiliense, 1981.

MAIOR, Armando Souto. **Quebra-quilos - Lutas sociais no outono do Império.** S.P. Ed. Cia. Edit. Nacional/MEC, 1978.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação a violência.** S.P., Ed. Hucitec, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.

MOISÉS, José Álvaro; ALIER, Verena Martinez; OLIVEIRA, Francisco de; SOUZA, Sérgio de. **Contradições Urbanas e movimentos sociais.** 2ª ed. R.J., Ed. Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião.** SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classe, 3ª ed. R.J. Ed. Paz e Terra, 1981.

PATARRA, Ivo. **Fome no Nordeste Brasileiro.** RJ., Ed. Marco Zero, 1982.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O estado autoritário e movimentos populares.** RJ., Ed. Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As classes perigosas.** R.J., Ed. Graal, 1981.

SZMRECSANYI, Tomáz e OUEDA, Oriowaldo. **Vida Rural e Mudanças Sociais,** 2ª ed., SP., Cia Ed. Nacional, 1976.

Resumo de Teses

A INDÚSTRIA MADEREIRA NA AMAZÔNIA

Marino Baima de Almeida

Este trabalho tem como objeto de estudo o processo produtivo do setor madeireiro na Amazônia e as relações de trabalho nele compreendidas desde a extração da tora, na selva, até a industrialização, nas unidades fabris.

Procurando chegar a um melhor entendimento da importância da atividade industrial madeireira junto às transformações das estruturas políticas, econômicas, sociais, etc. da região, desenvolve uma abordagem histórica a respeito da origem e formação das primeiras fábricas do ramo. Sempre que possível, relacionando as variáveis mais importantes e indispensáveis ao fortalecimento da referida análise como: local e época de instalação das fábricas, relações de propriedade e níveis de abrangência do sistema produtivo, inclusive levando em consideração a origem da matéria-prima e o destino da produção. Neste caso, revejo o desenvolvimento da atividade industrial não só a nível da transformação (desdobramento) da tora em tábuas, pranchões, vigas, ripas e outros produtos oriundos dessa fase da industrialização, mas do conjunto de todo o processo produtivo, extensivo à produção mesma dos diversos produtos componentes destinados aos distintos ramos de produção.

O tratamento desse quadro, onde ficam situados a formação e o desenvolvimento da indústria madeireira na Amazônia, foi oportuno ao entendimento das principais questões relacionadas à origem e formação dos trabalhadores desse ramo da produção, enfatizando o papel do índio, do seringueiro afugentado do seringal e do aprendiz das pequenas unidades de produção que iam se originando entre os diversos setores componentes do parque fabril regional.

Uma melhor compreensão da abrangência do processo produtivo na indústria madereira não seria possível se no decorrer do estudo fosse rejeitada qualquer referência sobre o processo de produção da matéria-prima (a madeira em tora) e suas relações com a produção industrial urbana. Neste sentido, procuro tratar separadamente as distintas fases do trabalho na extração da madeira em tora, com referências à remuneração, divisão e jornada do trabalho, a maneira de executar cada uma das tarefas contidas em todo o processo, bem como os instrumentos nela utilizados.

No conjunto dessas relações, revejo também o processo histórico de exploração dos trabalhadores nessa atividade de extração da madeira em tora, tanto através da manipulação nos preços e nos registros das mercadorias a eles vendidas, quanto por meio da aferição forjada dos resultados extraídos dos instrumentos de medição e classificação da madeira por eles produzida.

Na seqüência, refiro-me a respeito das distintas formas de transporte da madeira na região, de acordo com a localização geográfica da área de extração. Desta forma, são estudados os meios mais utilizados nessa tarefa, como por exemplo a jangada (desde o sistema mais elementar até a utilização da argola e do cabo de aço) assim como as distâncias e despesas realizadas no decorrer desse processo.

Tendo em vista a perspectiva histórica desenvolvida neste trabalho, finalmente reporto-me ao estudo do papel da indústria madeireira diante do quadro atual de destruição dos recursos florestais da região, amparada pelos artifícios político-administrativos empreendidos pelo Estado brasileiro nos últimos anos, em favor dos interesses do capital monopolista.

Data da Defesa: 28/02/1985
Orientador: Francisco Foot Hardman

DE INVASOR A POSSEIROS: ESTADO-IGREJA E A LUTA PELA TERRA URBANA

Elza Guedes Chaves

Este trabalho tenta compreender o processo global de ocupação do espaço urbano de Goiânia, cidade planejada e construída como capital do Estado de Goiás, onde o "planejado" e o "invadido" se articulam e são gerados simultâneamente.

É evidente que esse movimento simultâneo de ordem e desordem corresponde a instâncias e atores sociais distintos. Assim, tem se de um lado, um Estado capitalista que planeja, desapropria, constroi e designa diferencialmente espaços urbanos para as diferentes classes, numa ação nitidamente articulada aos interesses do capital. De outro, tem-se uma força de trabalho que é atraída para a nova região, transformada em mercadoria assalariada e que deve inserir-se no urbano em espaços social e territorialmente segregado para neles construir seu locus de moradia e vida.

As invasões que acompanham a cidade planejada são pois espaços atribuídos socialmente e essa atribuição inclui uma indicação espacial e de uma identidade social para as camadas trabalhadoras que nelas passam a viver.

Evidentemente que tais espaços refletirão as carências que compõem o cotidiano dessas camadas, marcadas por um processo de exclusão tanto material como social. Além disso, esses indivíduos devem investir trabalho na construção desse espaço, estabelecer formas de luta em sua defesa e empreender uma ação na mudança da identidade que lhes foi atribuída – a identidade de INVASOR.

A luta dos moradores possui portanto duas dimensões, uma material, configurada pela construção e defesa das ocupações, e, uma simbólica, constituída pelo questionamento da identidade que lhes foi socialmente atribuída e reconstrução de uma nova identidade – a de POSSEIRO URBANO.

Essa dissertação tenta portanto compreender esse movimento geral que partindo da construção da cidade, dos planos que expressaram os interesses dominantes, de consolidação e expansão urbana, e das formas com que foi recrutada, formada e expandida a força de trabalho necessária a tais interesses, chega à análise das invasões para aí verificar o processo por elas vivido na construção e defesa do espaço e construção e transformação da identidade pelos seus moradores.

Nesse movimento geral, destacou-se a ação da Igreja de Goiânia, como instituição que em determinada conjuntura se fez "porta-voz dos movimentos de resistência". Ao tomá-la como centro de interesses, nossa questão fundamental se volta para compreender a forma como ela intermedia os movimentos em seu enfrentamento com o Estado, e ainda, os mecanismos que ela mobiliza tanto para estruturá-los como pra construir a nível ideológico, um conjunto de significações que vão configurar a identidade dos moradores e orientar suas ações sociais.

Data da Defesa: 16/08/1985
Orientadora: Ana Maria Quiroga Fausto Neto

MICROEMPRESAS NO AMAZONAS: ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Amóbio Alves Bezerra

Este estudo consiste na análise sociológica de um conjunto de atividades concretas, de caráter econômico, que estão subjacentes ao que, nas pesquisas e políticas econômicas, tem sido denominado de microempresa.

O termo "microempresa" é encontrado na literatura econômica, principalmente a de conotação institucional — análises, planos, projetos, programas governamentais ou de empresas privadas — para caracterizar as atividades industriais, comerciais e de serviços situadas na escala inferior de uma classificação que tem no seu topo "grande", em seguida "média", "pequena" e "microempresa".

Os critérios estabelecidos para esta classificação são os mais diferentes possíveis, como será possível verificar no decorrer deste trabalho.

Nas análises que enfatizam mais o aspecto sociológico destas atividades, freqüentemente são referidas como "ocupações autônomas do comércio de mercadorias", "atividades artesanais", "indústrias à domicílio", etc. (1)

Tendo como fundamentação empírica uma pesquisa realizada em Manaus, AM, este estudo pretende contribuir para classificação e compreensão do tema, partindo da análise da formação econômico-social capitalista "subdesenvolvida" que caracteriza os países latinoamericanos, suas relações com a força de trabalho, seu modo específico de acumulação de capital, geradores de uma estrutura produtiva especificada por um "desenvolvimento desigual e combinado" que "consite na articulação simultânea de fragmentos estruturais que correspondem a instâncias historicamente distintas do modo de produção capitalista"; e a estrutura produtiva de cada sociedade nacional conteria "os vestígios de cada uma das etapas de sua inserção no sistema de dominação capitalista". (2)

Objetivando uma análise mais qualitativa do que quantitativa, este estudo concentra-se em dois gêneros — metalúrgico e Mobiliário — da Indústria de Transformação, em Manaus, procurando descobrir, descrever, analisar as características específicas que particularizam esses setores em relação aos outros e ao conjunto da economia urbana de Manaus-AM.

Nesta perspectiva, faz-se necessário, em primeiro plano, uma fundamentação teórica abrangente da inserção peculiar dos países considerados "dependentes" no capitalismo internacional. A partir, portanto, da análise do geral procurar-se-á, teoricamente, caracterizar as especificidades do particular e, conseqüentemente, estabelecer um campo teórico para servir de alicerce ao trabalho prático, desenvolvido através da pesquisa de campo.

(1) KOWARICK, L. "Capitalismo e Marginalidade na América Latina". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed., 1981, p. 83.

(2) QUIJANO, A. "Polo Marginal de La Economia y Mano de Obra Marginada". Peru, 1971, p. 51, mimeo.

Orientador: Francisco Foot Hardman, 1984.